

*Parte*  
*Quatro*

---

Tecnologia e  
problemas da  
existência

CAPÍTULO  

---

---

**XV**  

---

---

AS PERSPECTIVAS DA  
TECNOLOGIA

1. *A cibernética, nova versão da mathesis universalis*

Muitas foram as considerações que deixamos consignadas nas páginas anteriores sobre a natureza e vários atributos da cibernética. Por mais que alguém escreva sobre o assunto nunca poderá ter a pretensão de o haver esgotado, porque não apenas surgem continuamente novas realizações tecnológicas, estendendo objetivamente o significado da ciência, mas ainda aparecem seguidamente novas interpretações e comentários sobre ela, exigindo com freqüência atento exame por parte do pensamento crítico. Uma das concepções por exemplo que vale a pena mencionar é a que declara ser a cibernética a concretização, finalmente conquistada, da suspirada filosofia universal. São conhecidas as várias tentativas feitas por eminentes pensadores para encontrar uma ciência que, a seu modo de ver, representasse o conhecimento geral sistematizado, englobasse todas as formas particulares, as propriamente chamadas “ciências”, e lhes desse não só o fundamento comum definitivo porém ainda a estruturação completa. Depois de parecer, por um momento, no século XVI que a matemática, identificada então à análise algébrica das figuras geométricas, desempenharia essa função, pois reuniria em si a compreensão abstrata do espaço, condição de toda corporeidade, com a quantificação funcional provida pelas equações analíticas, que descreveriam todas as curvas e volumes, o que se verificou, ao lado do desenvolvimento daquela, foi o surto das ciências empíricas, a física, a química e a biologia, dissipar as precoces esperanças depositadas nas abstrações representadas pelo cálculo. Contudo, não fez esquecer o projeto antigo, que Descartes e Leibniz, ressoando velhos ideais pitagóricos e platônicos, chamaram de *mathesis universalis*, julgando somente poder instituir-se no plano da razão maximamente abstrata, pela união da lógica com a quantificação física. O anúncio da maravilhosa ciência permaneceu

sendo uma aspiração jamais abandonada, mesmo quando, com o evoluir do conhecimento, o que a história testemunhava era a progressiva marcha da especialização do saber, distribuído em um número de compartimentos cada vez maior. No início deste século, principalmente a algoritmização da lógica pela moderna logística levantou novamente a expectativa de se haver criado por fim o suspirado instrumento de unificação do conhecimento, visto que todos os raciocínios executados a propósito de qualquer objeto, em qualquer ramo do saber, podiam ser expressos e manipulados nas fórmulas gerais do cálculo das classes, proposições e predicados. Nessa fase a execução do cálculo complexo lógico seria ainda uma capacidade privativa do funcionamento do cérebro humano.

Duas observações impõem-se na qualidade de glosas marginais. A primeira procura lembrar que esse alto objetivo sempre foi cultivado pelos filósofos de todos os tempos, especialmente os mais antigos, porquanto a filosofia nunca foi outra coisa senão o anseio de cumprir a citada tarefa unificadora, nas interpretações gerais da realidade que veio concebendo ao longo das idades, procurando reunir todas as espécies de conhecimentos particulares que os homens de ciência descobriam sobre a natureza, a existência humana, as instituições sociais, e, de modo geral, a relação do pensamento com o mundo. Sabe-se que todas as ciências específicas nasceram de um tronco comum, as primeiras cogitações dos arcaicos filósofos, autores de arrojadas sínteses explicativas, numa ansiedade ingênua, precipitada por falta de alicerces experimentais, porém orientada no sentido justo do envolvimento de todo saber numa síntese racional. Por isso a pretensão, da qual a cibernética parece ser a versão mais recente, nada tem de original, mas revela ser mais uma nova tradução do que foi a própria essência da filosofia durante toda sua história. Se a cibernética está habilitada a desempenhar esse papel, é outra questão, completamente diferente, fora do lugar nesta página, embora não seja difícil a quem possua o mínimo de discernimento epistemológico perceber desde logo o exagero das pretensões dos teóricos e tecnólogos da nova ciência. A segunda observação refere-se ao caráter metropolitano que a função de *scientia reatrix*, agora atribuída à cibernética, manifesta com inteira luminosidade. Com efeito, muito mais capacitada do que a logística, que apenas se credenciava pela simples operatividade, de todo abstrata, a cibernética estava fadada a ser impulsionada em nossos dias a pretender desempenhar o velho papel de ciência universal, por ser a criação epistemológica que melhor convém neste momento aos interesses dos centros culturais dominantes. Estes acham-se sempre obrigados a exercer a fascinação da superioridade sobre as áreas economicamente pobres e culturalmente atrasadas, mas para isso precisam lançar mão de estupendas invenções originais,

distribuídas aos estudiosos indígenas, para que delas se ocupem, na postura de discípulos, satisfeitos consigo mesmos pela elevação a que se julgam erguidos por estarem aprendendo o que de mais avançado existe no âmbito da cultura. O intelectual nativo alienado, por força de sua posição no meio acanhado e improdutivo, não pode deixar de ser um orgulhoso. Ufana-se do conhecimento de glutido das coisas estupendas que viu, das personalidades excelsas que conheceu em suas emersões ao mundo exterior, esforça-se por se destacar da massa ignorante que o cerca, e com isso consoma a sentença capital da sua definitiva imprestabilidade social, porquanto comete o duplo crime de enfeudar-se à sapiência metropolitana e, em razão dessa triunfante traição, desligar-se do povo, cortar as raízes com o mundo que é o seu, convertendo-se na cômica figura do iluminado inútil. A fascinação a que nos referimos, aleivosa e ideologicamente subordinadora, nada tem a ver, está claro, com o processo natural de produção e difusão da cultura, surgida em toda parte, porém sofrendo a discriminação política dos centros dominantes, que só lhe reconhecem como *locus naturalis* a própria área.

O centro de comando regozija-se em ter à mão a cibernética porque descobre que tal ciência apresenta particulares vantagens para exercer a função de instrumento predileto de domesticação cultural das regiões atrasadas, pela forma como a constitui, interpreta e exporta, com intencional violação da legitimidade do conteúdo do saber, genuíno e necessário. Graças a algumas peculiaridades, impossível de esmiuçar aqui, a cibernética presta-se admiravelmente a ser hoje a mais insinuante versão da filosofia metropolitana, principalmente porque, não havendo excesso de escrúpulos lógicos, é fácil fazer desaguiarem nela todas as correntes do pensamento atual, por inconciliáveis e estapafúrdias que sejam. Acabam se declarando conciliadas com a cibernética, que assim as aninha a todas, sem ter de se pronunciar, ao menos pública e explicitamente, em favor de nenhuma. Neste sentido, a despeito das vantagens práticas que contém, tornando-a indispensável, há aspectos negativos e deformantes da autoconsciência do estudioso das áreas periféricas, que não podem ser ignorados, a fim de que o pensador, o matemático e principalmente o técnico não se deixem enfeitiçar pelas falácias que, por cavilosos enxertos, a nova ciência encobre. Há especialmente dois motivos que explicam por que a cibernética, por natureza uma ciência objetiva e portanto universalmente válida, pôde tornar-se, com visível transgressão de sua dignidade, uma ideologia dos centros imperiais. O primeiro deles consiste em que a cibernética, numa era que se julga ingenuamente a "era da tecnologia", fornece aos cientistas e técnicos, em geral pouco informados sobre a história do pensamento filosófico, o que inocentemente lhes

parece ser a primeira filosofia da técnica. Acreditam estarem pela primeira vez diante de um produto original e necessário, capaz de esclarecer o surto tecnológico atualmente espalhado por todas as regiões do mundo. Não discutiremos aqui essa "filosofia", de que já tivemos oportunidade de exibir algumas amostras, com os pertinentes comentários. Basta acrescentar poucas palavras para desfazer o equívoco, propositadamente difundido pelos porta-vozes das metrópoles imperialistas, que acaso levasse alguém a supor trazer a cibernética consigo uma filosofia absolutamente original, ou, pior ainda, ser ela própria uma filosofia da ciência, vale dizer uma epistemologia, em virtude da área, jamais tão amplamente vasta, de fenômenos que abrange e dos métodos tão variados, alguns inéditos, que aplica. Há mesmo quem procure fazer crer não ter havido antes dela outro ensaio sério e de âmbito universal para interpretar a origem, valor e função das ciências. Somente os especialistas de restritas bases culturais estão ameaçados de tropeçar nessa suposição. O mínimo de familiaridade com a história da ciência indica que a grande missão da filosofia em todas as épocas, sua ambição maior nunca foi outra senão acompanhar o desenvolvimento das ciências particulares, empíricas ou abstratas, e esforçar-se continuamente por interpretar os novos resultados derivados da pesquisa experimental do mundo físico e social, e bem assim das concepções matemáticas originais, procurando englobá-los em sistematizações unificadoras tão amplas quanto possível. Além disso, o que precisamente a cibernética jamais poderia representar é o papel de ciência universal, não apenas porque ela própria constitui uma das ciências, de direito igual às restantes, mas ainda porque, em razão de sua natureza, depende especificamente de numerosas outras para se organizar e progredir. Talvez por um engano fácil de compreender em quem não está habituado a manipular estes conceitos, terão sido as visíveis relações com tantos compartimentos científicos que levaram alguns pensadores de primeira viagem e tecnólogos profissionais a candidatá-la ao elevado posto de ciência regente. Mas, se tal foi o motivo, esqueceram-se de que essas tantas relações com outros campos do conhecimento, alguns dos mais antigamente estabelecidos, não são relações de envolvimento mas, ao contrário, de dependência. Uma consideração simples como esta faz desmoronarem as construções apressadas e ideologicamente fomentadas, mostrando que se há ciência carente das demais para se compor, expandir e explicar será justamente a cibernética. A prova disso acha-se estampada na história dela. É uma ciência que implica uma forma tão superior e avançada de unidade dos planos abstrato e técnico, que precisou esperar até os nossos dias para haver a acumulação do acervo de idéias e realizações máximas que vieram possibilitá-la.

O segundo motivo pelo qual a cibernética serve aos propósitos dos interesses metropolitanos reside na possibilidade de ser apresentada como valor universal, constituindo a ciência unitária tão desejada pelos filósofos e cientistas que acreditam não poder haver a compreensão total do conhecimento enquanto as numerosas ciências particulares não forem reduzidas a uma pequena, mas última, base epistemológica, a princípios globais que as unifiquem. Sentem a necessidade de construir o edifício do saber racional, e percebem que o compromisso terá de ser obra do pensamento lógico, que realizou todos os conteúdos particulares do saber. Mas, em vez de atinarem com o instrumento lógico que deveria cumprir tal finalidade, o que os levaria a descobrir a dialética nela reconhecendo a forma de pensamento unificador da racionalidade do processo objetivo com o reflexo consciente, sistematizado na representação subjetiva, tomam o errôneo caminho de erigir a cibernética em moldura conveniente para o encercamento definitivo da ciência. A mentalidade metropolitana, ao assumir a atitude ofensiva, não opera irrefletidamente ou casualmente; ao contrário, procura esteiar-se em razões que, mais do que aos destinatários, sirvam para convencê-la a ela mesma. Enuncia, assim, as seguintes razões: (a) estando incluída entre as partes fundamentais da cibernética a teoria da construção das avançadas máquinas de programação e realização das operações mentais complexas, chegando até à função inventiva, heurística, deve incorporar em grau máximo a compreensão de tais operações ou de outras, menos complexas, desenvolvendo-se nas estruturas vitais, ou seja, no cérebro humano. Logo, por esse simples feito credencia-se a constituir o fundamento das demais ciências, até aqui produzidas diretamente pelo esforço mental coletivo do homem. Assim, perdida no reino das intuições impressionistas, a mentalidade dos cibernéticos acredita que a lógica estruturada desde os primórdios da filosofia para servir ao pensar científico passa a ser um caso particular e menor da lógica operatória universal, executada com precisão, profundidade, extensão e velocidade imensamente maiores nos aparelhos inertes, especialmente construídos para esse fim. É o chamado “pensamento artificial”, do qual o natural se tornou um modesto, quase obscuro, e a bem dizer já dispensável apêndice residual. Não resta ao cérebro senão resignar-se ao triunfo do sucessor, o engenho cibernético. Verifica-se que a verdadeira lógica, a universal, não coincide com os reduzidos limites das possibilidades do pensamento humano em seu exercício filosófico, mas abrange as infinitas virtualidades do entendimento maquinalmente operado. Está patente nesta idéia a confusão entre a noção de lógica objetiva da realidade, efetivamente representando o modo segundo o qual se realizam todos os processos da natureza e da sociedade, recolhidos pelo pensamen-

to, que os reflete em si, e a noção de que as máquinas cibernéticas, julgadas capazes de executar atos inferenciais, por construção, ofereçam a ciência onde está contida a teoria definitiva desses atos. Quem assim pense esquece que as máquinas cibernéticas na verdade apenas exercem as operações para as quais foram planejadas e fabricadas. Pressupõem a logicidade do espírito que as concebe e as constrói com êxito porque previamente se apossou da racionalidade imanente aos conteúdos, propriedades dos corpos e fenômenos, e à dinâmica do universo. (b) Por outro lado, dizem ainda os referidos especialistas, a cibernética tem direito ao título de ciência universal porque não se identifica com uma teoria do saber mas abrange a prática de todo conhecimento, porquanto o põe em ação nas modalidades mais complexas e avançadas de estruturas processadoras, as máquinas calculadoras. (c) A cibernética faz jus a esse título supremo porque não só unifica a ciência dos nossos dias, mas se apresenta ainda indubitavelmente na condição da ciência universal do futuro. Não se admite dúvida a este respeito. A cibernética inclui em si o caso humano do conhecimento, que constitui a estrutura relativamente mais simples de funcionamento gnosiológico, enquanto o desenvolvimento das máquinas prometidas, em tipo e capacidade de ação agora inimagináveis, revela-se ilimitado.

Eis aí, desvendada no último aspecto a razão final justificadora, por uma projeção imaginária, fazendo as vezes de alicerce concreto, da superioridade da máquina automática sobre o cérebro humano. Desnecessário é dizer estar implícita nessa concepção ingênua a idéia de que o cérebro do homem não seja capaz de evoluir, não revele o poder de expansão de sua ação nas criações tecnológicas inventadas. As possibilidades dos maquinismos são indubitavelmente maiores do que as do órgão vivo. Faltava dar-lhes o impulso inicial, porque depois do “piparote”, que certos filósofos deístas atribuíram outrora à divindade e agora os cibernéticos creditam aos técnicos, a evolução dos aparelhos se torna autônoma, desenvolve-se sozinha, sem as limitações de tempo e capacidade que afetam a fisiologia da matéria viva. A cibernética firma solidamente sua capacidade gnosiológica sobre qualquer filosofia, mesmo a que se considera mais perfeita por ser dialética, porque se demonstra apta a fornecer de uma só vez a teoria e a máquina, a saber, a operação, a prática, enquanto o cérebro do homem até agora só tem podido tratar separadamente os dois aspectos unitários do conhecimento, conceber teorias abstratas, que quando apelam para a prática, experimental ou social, recebem, no melhor dos casos, confirmação *a posteriori*, conseqüentemente menor, de validade imprevisível e menos segura. A cibernética, sendo a verdadeira *mathesis universalis*, permite concretizar-se em nosso tempo aquilo que sempre foi o grande sonho dos pensadores e cien-

tistas, a construção *a priori*, e portanto com o grau supremo de certeza, de todo conhecimento possível da realidade.

Parece-nos que as breves reflexões acima expostas bastam para denunciar uma ingenuidade filosófica que, mesmo sabendo-se ser produto do pensar imperito, destituído de exigências lógicas sérias, destinando-se principalmente à exportação metropolitana, nem por isso deixa de constituir perigoso engano. Unicamente se torna possível comercializar essas confusões, distribuindo-as de preferência aos consumidores das áreas subdesenvolvidas, fazendo-as penetrar na consciência do leitor ou do ouvinte desarmado, quando a estes falta a autêntica teoria da ciência, aquela que se identifica com a dialética. O pensamento dialético oferece, com caráter de construção sistemática, a completa teoria do saber, válida para qualquer ramo do conhecimento científico, e ainda mais exclusivamente nela se unificam os atributos dispersos e antagonísticos do *a priori* e do *a posteriori*, do geral e do particular, do abstrato e do operatório. De fato, a dialética nada mais significa do que a reflexão na consciência cognoscitiva, em forma de idéias, das determinações inerentes ao processo do mundo objetivo, evidentemente origem única de toda e qualquer pesquisa da realidade que pretenda se organizar com caráter e valor de ciência, empírica ou ideal. Somente a dialética tem direito ao título de ciência universal, mas justamente porque tal qualificação lhe pertence com exclusividade não precisa invocá-la a todo instante para se engrandecer ou se impor, bastando-lhe a denominação que tem, e na qual está expressa a unidade final da teoria e da prática. A procura da ciência unificadora, imaginada possível a princípio no plano da teoria matemática, depois que se patenteou a inanidade da tentativa, volta hoje em dia a ser renovada, com as esperanças suscitadas pela crença na possibilidade de constituí-la em base tecnológica. A primeira tentativa está explícita em Leibniz, que acreditava possível construir *calculus quidam novus et mirificus*, que se encontra em todos os nossos raciocínios, de modo que quaisquer discordâncias entre filósofos ou entre homens de ciência perderiam a razão de ser, uma vez que bastaria os disputantes lançarem mão da pena e dizerem um para o outro: *calculemus*, tal como acontece quando dois aritméticos discutem sobre algum erro de cálculo (cf. C. Burali-Forti, *Lógica matemática*, 2ª ed., Milão, 1919, p. XVII). O algoritmo matemático parecia então capaz de unificar a inteira metodologia das ciências.

Tendo a evolução do saber demonstrado o infundado e a precipitação desses anelos, esmoreceu por longo tempo a idéia da constituição da ciência regente, por falta de base que a justificasse, enquanto muito pertinentemente, de modo cada vez mais intenso, os pesquisadores do mundo natural e os matemáticos se



esforçavam na exploração de seus respectivos campos de conhecimento. Em nossos dias, com o surgimento de novas extensões da lógica, voltou à atualidade a velha aspiração da unificação do conhecimento, de que dá testemunho o intento de alguns lógicos e epistemologistas norte-americanos e europeus, esforçando-se por organizar uma Enciclopédia da Ciência Unificada. Cedo, porém, dissipou-se o sonho quando se verificou que as novíssimas formas de lógica, em vista da filosofia que as procriou, pouco mais valiam que as antigas para esse fim, ou até menos ainda, uma vez que, cultivando um rígido empirismo positivista, da variedade semântica e analista da linguagem científica, não despegavam dos níveis rasos e improficuos da atitude idealista. O fracasso foi a causa que conduziu os epistemologistas a buscarem uma nova via, encontrada na cibernética, a qual por essa mesma época começava a abandonar o ninho. Certamente grande número de pesquisadores formalistas deve ter chegado a compreender que o ponto fraco do projeto residia no instrumento utilizado, de caráter formal e abstrato, incapaz por isso de atender aos requisitos dele esperados. Foi então que deve ter sido percebida a impraticabilidade da pura via lógica, abstrata e formalista, nascendo assim a idéia de que somente pela unificação dos fundamentos práticos, experimentais, tecnológicos de todas as ciências se alcançaria a desejada unidade. Ora, exatamente por essa ocasião estava começando a surgir a cibernética, que, entre outras admiráveis promessas, trazia também a de criar a base unificadora de todo conhecimento existente ou futuro, ao mesmo tempo teórica e prática, até então procurada sem sucesso. Essa idéia evoluiu lentamente, mas se foi impondo cada vez mais porque propiciou a utilidade, essencial para uma ciência que começava a brotar, de atribuir-lhe uma função imprevista pelos Pais Fundadores, porém capaz de dar-lhe o mais alto relevo epistemológico. No contexto social em que aparecia revela-se, graças à deformação infantil a que foi submetida, apta a servir a finalidades econômicas e políticas dos grupos dominantes da área onde se originara. Logo os cibernéticos passaram a apregoar a sua ciência com a nova qualidade que nela acabava de ser descoberta, a de constituir a ambicionada e fugidia síntese do saber humano.

Devemos distinguir entre o conceito de ciência unificada e a indicação de uma particular espécie de conhecimentos a que se atribui a função unificadora. A primeira noção será cultivada na suposição de se tratar de uma revelação original por quem ignore ter a filosofia em todos os tempos nutrido essa pretensão, não por vaidade de algum pensador iluminado, mas porque sempre foi julgado caber-lhe essa missão. Na época moderna, e principalmente em nossos dias, tornou-se claro que a força capaz de unificar o saber humano terá de ser

encontrada na própria origem do saber, por conseguinte na realidade objetiva, fornecedora das idéias e das leis pelas quais o pensamento vai continuamente progredindo no trabalho de compor a interpretação do mundo. O que se discute então não é o direito da filosofia de exercer essa função, mas se já existe, ou não, uma concepção unitária dos dados do conhecimento, se tal concepção se acha compendiada nesta ou naquela interpretação do mundo. Por motivos que nos parecem fora de propósito discutir no momento, estamos convencidos de que a elaboração da dialética científica em fundamentos não idealistas permitiu a realização sistemática de tal filosofia. Os autores que não entenderam devidamente essa concepção filosófica, ou com ela não concordam, prosseguirão, sem dúvida, na procura do Velocino de Ouro, agora, ao que tudo indica, identificado por eles com a cibernética.

Apenas a título de documentação, desejamos mostrar que Martin Heidegger, num de seus últimos opúsculos, acaba aceitando a concepção da unificação das ciências pela tecnologia, quando afinal se dignou dizer alguma coisa sobre a cibernética, pelo menos mencioná-la de nome. Partindo da conhecida concepção de que as ciências na época moderna foram se desprendendo uma por uma do tronco comum que era a filosofia, anuncia agora a possibilidade de voltarem ao seio da ancestral unidade. A diferença, porém, consiste em que a unificação não se fará hoje, conforme se pretendia nos tempos passados, pela universalidade dos "princípios", em que todas estavam implícitas, mas pela base tecnológica na qual agora repousam. A unificação, antigamente feita "por cima", pelos "princípios", portanto pelas noções e teorias abstratas, está sendo praticada finalmente "por baixo", "pela base". Em síntese, a filosofia no sentido clássico tradicional foi derrotada pela tecnologia, a interpretação do mundo perdeu a razão de ser, atualmente só tem valor a transformação da realidade pela criação de inimagináveis servomaquinismos, com finalidade puramente utilitária, operatória, fabril, inteiramente divorciada da inútil carga de especulação, da teoria e do pensamento abstrato. O filósofo ancião, embora não o diga explicitamente, precipita-se num pragmatismo tecnológico verdadeiramente estupefaciente para quem sabe já dever o pensador alemão ter celebrado suas Bodas de Ouro na carreira de profissional das mais requintadas e nebulosas abstrações. Anuncia o domínio final e avassalante da cibernética, ou seja, da técnica, que dispensará qualquer esforço do pensar, substituído pela necessidade do fazer. Parodiando um dos temas fundamentais da dialética, exposto em uma célebre tese de um dos seus fundadores, que declara não ser mais tarefa dos homens exclusivamente pensar a realidade e sim modificá-la, o octogenário especulativo alemão finge adotar esse ponto de vista, mas ignora, ou se esquece de

dizer, que para a concepção dialética a transformação é fruto precisamente do conhecimento teórico justo, confirmado e ampliado com a execução das modificações do mundo físico e social que inspira em quem aceita essa compreensão geral da realidade. Unicamente essa ciência tem caráter verdadeiramente revolucionário, pois não depende de uma base técnica constituída à sua revelia, mas fornece, ela mesma, as diretrizes eficazes para a construção, ampliação e crítica dessa base. Em sua visão enviesada, diz M. Heidegger: "Não é preciso ser profeta para reconhecer que as ciências instituídas são imediatamente determinadas e dirigidas pela nova ciência fundamental, que se chama cibernética. Esta ciência corresponde à definição do homem como ser social ativo. Pois é a teoria da direção do possível planejamento e da organização do trabalho humano. O desdobramento da filosofia em ciências independentes, embora cada vez mais decisivamente comunicantes entre si, é o legítimo final da filosofia. A filosofia termina na época atual. Ela encontrou seu lugar na cientificidade da humanidade socialmente atuante. O traço fundamental dessa cientificidade é porém seu caráter cibernético, isto é, técnico" (*Zur Sache des Denkens*, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1969, p. 64).

Parece-nos dispensável colher novas amostras de ingenuidade, mesmo num breve trecho como este, a que enuncia, por exemplo, o fim da filosofia em nossos dias. Importa-nos aqui documentar a tardia posição ideológica do autor, que só agora desperta para o reconhecimento do significado da cibernética, porém o faz descendo da cama pelo lado errado, ao julgar ser o caráter técnico, intimamente ligado à nova ciência, que lhe oferece o terreno para a unificação final do conhecimento. Não percebe que a unidade do conhecimento tem por fundamento a origem material dele num mundo objetivo onde imperam por toda parte as mesmas leis dialéticas universais, e se consuma inteligivelmente na atividade cognoscitiva do cérebro humano. Não compreende terem todas as sociedades do passado possuído as técnicas a elas acessíveis. Se tais realizações não conduziram à compendiação unitária do saber não foi porque constituíam conquistas menos tecnológicas do que as atuais, e sim porque, não sendo efetivamente tão amplas, e de eficácia transformadora tão espetacular e extensa, o pensamento científico supria as deficiências da base objetiva apelando para concepções teóricas ou operações abstratas, instrumentos nos quais depunha a esperança de lhe assegurarem a visão unitária. Por conseguinte, a declaração de que atualmente cabe à cibernética desempenhar o papel de ciência unificadora não se deve ao simples surgimento e expansão desse tipo particular de conhecimento, referente às máquinas e apenas alargando e modificando em grande parte o que já era conhecido, mas ao fato epistemológico, de inspiração ideo-

lógica, de se haver deslocado da chamada “filosofia da ciência”, ramo estéril da metafísica, para a concepção pragmatista da cibernética o interesse intelectual pela descoberta do enlace lógico entre todas as manifestações da atividade científica. Na verdade, segundo dissemos, exclusivamente a filosofia possuidora da verdadeira compreensão das leis mais gerais da realidade está capacitada a fornecer ao pensamento científico os elementos que estruturarão e sistematizarão a totalidade dos dados do saber. Essa filosofia é a dialética, e não a cibernética, área menor e subalterna, dependente da outra para encontrar a correta interpretação de seus princípios, ver iluminadas as operações lógicas que efetua e ter explicados os resultados tanto teóricos quanto técnicos que conquista.

## 2. *A cibernética, filosofia metropolitana*

Já nos referimos ao fato de os interesses da dominação metropolitana induzirem seus ideólogos a procurarem sempre algum artefato teórico que possam distribuir ao mundo subdesenvolvido a fim de confirmarem a superioridade econômica e cultural, manterem a subalternidade da consciência periférica e fortalecerem os grilhões da subserviência e da alienação. A simples exibição da própria superioridade foi por muito tempo um recurso suficiente para conservar a veneração e a obediência da área colonial. O vínculo político bastava para o estabelecimento da dominação, sobretudo porque significava automaticamente a vassalagem cultural, pela imposição da língua, costumes, religião, administração etc., sem necessidade quase da emissão de influências ideológicas disfarçadas sob as espécies de ensino e educação dos povos atrasados. Hoje porém os elos políticos foram oficialmente em grande parte abolidos na aparência, e os interesses econômicos que sob eles se acobertavam tiveram de procurar outras modalidades de envolvimento para continuarem a exercer a sujeição espoliadora. Daí a necessidade de produzir periodicamente teorias e concepções, em quase todos os campos do saber, que possam ser exportadas e mantenham ocupada a consciência periférica no estudo das mensagens culturais que lhe são dirigidas. Tudo foi montado, sendo cuidadosamente fiscalizado para impedir que os mais independentes representantes dos povos pobres se entreguem à única ocupação digna e útil que deveriam cultivar, a de interpretar a própria realidade, com o auxílio de categorias lógicas universais reveladoras de seu verdadeiro estado existencial, acima de tudo a condição de submissão econômica e cultural em que vegetam. Havendo uma relação de implicação mútua direta entre ambas as formas de submissão aos centros imperiais, os sociólogos, economistas, pedagogos, administradores e demais locutores que por eles

falam esforçam-se primeiramente por se inocentar da acusação de acorrentamento da consciência e dos recursos materiais do mundo pobre, tentando fazer passar a relação espoliadora exatamente pelo oposto do que na verdade é: secundariamente, querem ainda mais, querem ser reconhecidos como benevolentes libertadores das massas atrasadas, em virtude da ciência e da técnica superiores em que as iniciam. No entanto, torna-se indispensável observar que tal ciência e a tecnologia enviada de contrapeso serão sempre fabricadas pelos núcleos universitários e órgãos industriais de pesquisa pertencentes à metrópole. Ademais, deve dizer-se que só chegarão aos povos subdesenvolvidos na versão conveniente aos titulares da dominação. Mas ocorre então um fenômeno importante, e indesejável para os dirigentes do processo de subjugação. A produção ideológica, espalhando-se rapidamente e sem fronteiras, conduz ao resultado, até certo ponto paradoxal, de os ideólogos elaboradores das doutrinas excelentes para os grupos dirigentes, sabendo que seus livros serão traduzidos e divulgados no mundo pobre, ao qual de fato são dirigidos, terem de fazê-los circular no meio interno, a fim de receberem a sagração que lhes permite apresentarem-se como a última palavra da cultura autêntica. Mas, assim procedendo intoxicam involuntariamente as massas do próprio país, as quais absorvem aqueles artefatos culturais produzidos para uso externo, e se julgam capacitadas culturalmente pelo que aprendem nos livros não destinados a elas. O resultado cifra-se num enorme dispêndio de energia intelectual degradada em atividades culturais de baixo teor, ou mesmo totalmente inúteis, sobretudo pesquisas sociológicas, econômicas, pedagógicas e políticas ociosas, com graves perdas de dinheiro para a classe dominante que entretanto nada pode fazer para evitá-las, a não ser convertê-las em fonte de lucro. Simultaneamente tem de haver a formação de uma multidão de alunos no país dominante sem função produtiva real, equiparados para todos os efeitos aos seus colegas das áreas primitivas entregues à intelectualidade professoral subornada, interna e externamente.

A nação poderosa pode ainda por algum tempo dar-se ao luxo desse desperdício porque dispõe de recursos para manter o grupo de verdadeiros trabalhadores intelectuais que, nos laboratórios ou nas bibliotecas, entregam-se à descoberta de novos conhecimentos e impulsionam o avanço real da ciência. Ainda mais, o “prejuízo” constitui na verdade a origem de pingues lucros obtidos com a espoliação econômica dos países dependentes, impossível de ser sustentada não fora a conservação da alienação da consciência de si das elites dirigentes coloniais, embriagadas pela produção cultural da metrópole. Os trabalhadores científicos metropolitanos úteis não se confundem com a legião dos aprendizes sem finalidade definida, contentes com a obtenção do sustento graças à mími-

ca da ciência. Por isso, o centro metropolitano apresenta a característica biforme, a de possuir os núcleos de produção da verdadeira ciência e, ao lado destes, inacessíveis às massas desqualificadas da mão-de-obra doméstica supostamente intelectual – e com mais forte razão aos discípulos sedentos, que afluem das regiões bárbaras exteriores para se abeberarem do saber –, o enxame de cursos menores, de universidades de fácil acesso, e mil outros abrigos para os inválidos estrangeiros em busca das luzes a serem transportadas de volta ao solo nativo. Ora, uma das criações que se prestam a desempenhar esse duplo papel é a cibernética. De um lado, representa um saber sério e útil, sendo, enquanto tal, cultivada nos pequenos círculos, quase secretos, onde atuam os legítimos técnicos que a desenvolvem e lhe dão conteúdo respeitável. Mas, por outro lado, em virtude dos numerosos conceitos e perspectivas ingênuos nela vicejantes serve admiravelmente para assumir o papel de “ciência da moda”, instrumento cultural de choque, destinado a pasmar a consciência ignorante e crédula do mundo atrasado. Veicula, junto com os dados pertinentes que é obrigada a divulgar, as concepções maliciosas, ou simplesmente infundadas, estendidas por todos os campos do conhecimento, que irão compor o intencional conteúdo da mensagem ideológica, deste modo irradiada para as regiões periféricas. O êxito da lição confundidora está previamente assegurado pelo respeito com que se vê recebida pelos nativos suficientemente alfabetizados para pertencerem à intelectualidade oficial do país submisso, que absorvem a palavra do alto com a implícita certeza de se estar educando nos graus mais avançados da ciência de nosso tempo. A cibernética, em si mesma uma ciência igual às outras, adquire na atual conjuntura, pela artilosa manobra que dela se vale e aproveitando o clima de excitação e novidade que a fazem despertar, feição e função que de todo são absolutamente estranhas. As inconfessáveis finalidades nada têm a ver com a matéria autêntica que a recheia, e unicamente operam os efeitos alienadores agora constatados graças às espúrias intenções dos manipuladores desse particular ramo do conhecimento convertido em portador da ideologia de dominação, quando mais não fosse pelo simples fato de ser recebida na área subdesenvolvida como produto excelso do mundo superior, o que confere o significado de testemunho constante da superioridade metropolitana. Sendo a ciência “mais completa”, “mais avançada”, “mais original e necessária”, converte-se no meridiano que separa o mundo rico e criador das regiões atrasadas e consumidoras. Outrora, entretanto, os antepassados metropolitanos dos arautos atuais lançavam mão, para o mesmo fim, dos conhecimentos científicos avançados existentes em sua época. Partindo do pressuposto, em si rigosamente falso, de que o mundo subdesenvolvido só se acha nesse estado por

falta da adequada tecnologia, única força capaz de transformá-lo, os apóstolos da cibernética propõem-se remediar essa deficiência de que padecem os infelizes elevando-lhes o nível do conhecimento em tão vital setor. Se o problema consiste em dar às massas das nações pobres indispensáveis conhecimentos técnicos, a cibernética será a chave para a transformação qualitativa que operará o milagre pelo qual todos anseiam. Sendo verdade que o país atrasado precisa cultivar a cibernética, como aliás todas as outras espécies de ciências, nada melhor do que induzi-lo a dar preferência à educação nessa disciplina, que pela vastíssima extensão e contatos com numerosos progressos na teoria e na técnica dos demais setores científicos, tende, no dizer dos panegiristas, a se tornar a ciência envolvente, ou, o que é ainda uma expressão demasiado acanhada para louvá-la condignamente, a ciência única.

Toda manifestação de metropolitanismo será bem acolhida pelos filósofos da cibernética. Seguros, como estão, de que a distância entre o centro e a periferia nessa ordem de conhecimentos é tal que exclusivamente os dominadores poderão exercer a função de criadores, permitem-se divulgar os progressos reais obtidos, sempre acompanhados, está visto, das infalíveis instruções ideológicas, sem receio de que ocorra a inversão da relação cultural, passando os receptores à categoria de produtores. Tendo, por uma citação anterior, constatado há pouco como o pensador M. Heidegger desemboca no ciberneticismo mais ingênuo, certamente constituirá excelente documento complementar mostrar que, com plena coerência, o mesmo escritor estereotipa um dos expoentes da posição metropolitana na filosofia de nossos dias. Se, conforme julga, cabe à metrópole iluminar as trevas coloniais, enviando às regiões longínquas mal localizadas as irradiações luminosas do perfeito saber, e se a *summa sapientiae* encontra-se hoje na viva compreensão, que dá o fundamento de ciência a toda aquisição cognoscitiva, fica comprovado o laço que, no pensamento daquele professor, outorga à cibernética o caráter de principal conteúdo da instrução metropolitana. Tal compreensão não se restringe às lucubrações pessoais do mencionado representante do pensamento hermético das minorias sociais europeias cultas, cada vez “mais menores”, mas pode ser julgada o paradigma da atitude eminente. A posição metropolitana do ponto de vista de M. Heidegger não admite ser objeto de dúvida. Para ele só a Europa, supostamente única herdeira da Grécia antiga, tem condições e direito de criar a filosofia, ou seja, de interpretar a realidade em totalidade. A consequência imediata desse preconceito - não sabemos dizer se melhor qualificado de pueril ou de senil -, cada vez mais desmentido pelos fatos, consiste na tácita e peremptória condenação do resto da humanidade, dos povos periféricos subdesenvolvidos, à posição

genúflexa de eternos catecúmenos, uma vez que lhes está vedada a condição essencial para a criação do pensamento filosófico, o acesso à visão universal. Apenas o pensador centrado nos pólos de dominação cultural e econômica tem direito a ver do alto a realidade inteira e a compor a teoria que a interpreta. Basta-nos citar duas frases de M. Heidegger para documentar a arrogante atitude, a paranóica proclamação de privilégio que a si mesmo e ao seu restrito mundo erudito e senescente outorga o professor germânico. A proposição “a filosofia em sua essência é grega” não significa outra coisa senão: o Ocidente e a Europa, e só eles, são, em seu mais íntimo curso histórico, originariamente “filosóficos” (M. Heidegger, *Was is das-die Philosophie?*, Günther Neske Pfullingen, 1956, p. 13). Mas em outra obra, ao repisar a idéia de que a filosofia chegou ao fim, provavelmente com os pensamentos por ele enunciados, o escritor repete a confissão explícita da unilateralidade de sua concepção da filosofia, em palavras que certamente não demonstram uma excepcional largueza de vista. Diz, com efeito: “O fim da filosofia revela-se como o triunfo da instituição dirigível de um mundo científico-técnico e da ordem social adequada a esse mundo. Fim da filosofia significa: começo da civilização mundial fundada no pensamento ocidental-europeu” (*Zur Sache des Denkens*, p. 65).

Parece-nos inútil acrescentar qualquer comentário para comprovar o compromisso ideológico com a ideologia chamada “ocidental”, que na verdade bem sabemos o que significa em caráter econômico e político, cuja vitória final, próxima, está predita com certeza pelos visionários ou assalariados, pensadores e especialistas, a serviço dos interesses dos centros de dominação imperialista. Pouco lhes importam os dados da realidade, antecipando com gritante evidência o desfecho histórico do curso dos acontecimentos, contrário às suas róseas esperanças já palpáveis nos movimentos de libertação e autodeterminação dos povos subdesenvolvidos e espezinhados, repudiando com maior vigor o certificado de minoridade cultural que lhes querem passar os insolentes e, além do mais, obtusos dominadores. A vitória das massas oprimidas é interpretada na versão remendada para ser aceita atualmente, e confeccionada muito de indústria pelos pensadores-artistas, dos quais um dos excelentes expoentes atende pelo nome alemão acima referido, em termos de difusão definitiva de uma civilização tecnológica de origem supostamente européia ocidental, mas diga-se de passagem, por estranho deslocamento geográfico, significando norte-americana, com a correspondente implantação final da ordem social que lhe corresponde. A realização política desta última define o verdadeiro objetivo das encantações filosóficas preparatórias. Para dizer as coisas às claras, a região “ocidental” seria ainda o único centro de onde os povos atrasados poderiam espe-



rar receber instruções para se organizarem racionalmente, saindo da barbárie e do atraso que sempre foi a sua Nêmesis. Logo, a inteligência do país pobre deve renunciar a qualquer esforço por criar uma interpretação própria de sua realidade, da vida, das condições determinantes da sujeição. Em vão pretendem educar-se por si, porque a ciência não se fabrica nem se guarda no mundo sublunar onde habitam, mas cintila nas excelsas regiões hiperbóreas, e somente aí pode surgir. Um desconhecido professor universitário norte-americano, cujo nome não nos ocorre no momento, depois de curta viagem de turismo pelos países da América Latina, escreveu um livro de impressões com este sugestivo título *A filosofia abaixo do Equador (Philosophy below Equator; não conseguimos encontrar a obra em nossas prateleiras)*. Só fazemos esta referência pelo precioso valor indicativo do título da peça. Os diligentes discípulos subequatoriais não podem aspirar senão ao direito de assistir às lições dos mestres setentrionais. Mas construir a escola, este terá de ser sempre um privilégio dos dominadores metropolitanos.

Acontece, entretanto, que o pensamento agora aconselhável para instituir a civilização universal deixou de ser o especulativo, segundo se julgava outrora, e sim tem de fundar-se no conhecimento científico e técnico altamente especializado. Ora, a ciência que em nossos dias reúne tais qualificações é a cibernética. Por conseguinte, tudo quanto foi dito equivale a declarar que a civilização final, implicando ao mesmo tempo o domínio total do mundo pelo "Ocidente" atual, terá de fundar-se na entrega da direção social, do progresso da ciência e da condução política dos povos à cibernética. Sendo a ciência da direção na acepção mais geral do conceito, não se limitará, segundo alguém talvez viesse a pensar e a prática indicaria, a criar por toda parte um regime de produção automatizado, com a ampla distribuição das máquinas auto-reguladoras. A finalidade do avassalamento revela-se imensamente mais ambiciosa. Não basta automatizar a fábrica, torna-se necessário automatizar a sociedade, o que, em última análise, significa automatizar, ou robotizar, o homem, o trabalhador, o pensador. Desvenda-se assim o ideal escatológico da concepção metropolitana da cibernética, a concessão da beatitude eterna ao homem, afinal libertado da obrigação opressora e demoníaca de pensar. Os homens serão felizes quando retornarem à antiga existência servil, simplesmente agora enobrecida, porque não será a submissão ao injusto e abominável arbítrio de um semelhante, mandando porque tem em seu poder o dinheiro e as armas, mas a consoladora entrega de si à direção de um computador infalível. Por via desse passe "dialético" a servidão perderia as revoltantes conotações lógicas e existenciais que a estigmatizam, pois se converteria no contrário, seria a única forma possível do

advento da liberdade. Deixando de servir ao homem para obedecer à máquina, o ser humano não estaria servindo a ninguém, porque afinal a máquina não é “alguém”. Com este raciocínio temos a dialética convertida em trocadilho. Entretanto, nem a lógica nem a prática social, ou seja, o ímpeto dos determinantes da história, serão derrotadas por um infantil jogo de palavras. Os ideólogos, contudo, insistem, visto serem eles as primeiras e principais vítimas do sofisma armado para a platéia. Não apenas a felicidade está agora ao alcance de todos, foi-nos dada também a honra de ser vassalos de um engenho científico, significando, dizem os tentadores, a voluntária e repousante abdicação do homem das deliberações sociais, dos ditames da cultura. À parte o ingênuo psicodrama, composto por esses apressados e interesseiros arúspices, há aqui uma sutil insinuação capaz de enganar ocasionalmente algum leitor incauto. Apela para a inclinação, julgada, erroneamente, natural, do homem de se livrar das tarefas a que está obrigado, sem observarem que só tem agora o sentido a ela atribuído, diante da necessidade odiosa e trágica do trabalhador curvar-se a corvéias impostas em virtude do regime social vigente. Pretende-se descortinar a era da felicidade final, aquela na qual o homem terá renunciado à dignidade de produtor da cultura para se tornar objeto configurado pelas máquinas inventadas com essa finalidade. O signo da felicidade futura, ficamos hoje sabendo, consiste na dispensa do pensamento. Até aqui as máquinas podiam trabalhar para o homem, mas o trabalho de inventá-las ainda era um difícil esforço de que somente ele podia se incumbir. Daqui em diante porém está livre até de tão penoso encargo. As máquinas cibernéticas tomam a seu cargo inventarem-se a si mesmas. Assim, a vitória suprema do homem será a demissão derradeira e definitiva de sua presença no plano da cultura, último terreno de criação intelectual que ainda lhe restava. Da cibernética em diante passará a ser o consumidor total, a figura ideal do representante da espécie no dia do Juízo Final, que longe de ser aquele *Dies irae* sombriamente vaticinado pelos astrólogos da teologia vindicativa e tribal, será a hora da sublime antropofania do ser racional, enfim redimido da culpa da escravidão sofrida durante milênios, pela vitória final, não dele propriamente, mas da máquina que o salvou. Desde já, ou daqui a muito breve, o homem não precisará mais engendrar idéias. Terá apenas de colher o pensamento que as máquinas elaborarem e puserem em prática.

Parece dispensável acrescentar que na alucinação apocalíptica dessa derradeira mística do Ocidente está suposto destinarem-se as miraculosas condições de vida futura ao homem em geral, o que induz o leitor sem malícia a crer que toda a humanidade, sem distinção de classes e de etapas de desenvolvimento, fruirá de tal paradisíaca situação. Será a idade do repouso final, do regresso ao

Éden, que virá como prêmio à longa série de séculos de sofrimento e espoliação enfrentados pela maioria dos homens. Mas se acaso alguém acalantar tal risonha miragem, logo despertará ao verificar que não se espera ver as coisas se passarem exatamente assim. A continuação da ordem social ocidental não auspícia tão jubilosos prognósticos. E além do mais, mesmo o regime de *dolce far niente* não será, conforme talvez se esperasse, uma época de límpida felicidade, porquanto o próprio lazer, enfim realizado, apresenta-se desde já grávido de inquietantes problemas, prometendo mais insatisfações que tranquilidade. Este infalível tema da consciência cibernética ingênua, que a angustia com tanta antecipação, participa ideologicamente na qualidade de importante ingrediente da futurologia, merecendo ser examinado de mais perto, segundo faremos ao tratar da cibernética na função de mística escatológica. A incompreensão do caráter existencial da técnica conduz os pensadores especulativos a julgarem que o homem chegará a desvincular-se da técnica, dando em resultado estas duas impossibilidades: (a) a técnica subsistir em si, por si só, em forma de ente autônomo, corpóreo e agente; (b) de outro lado, a transferência total dela para as máquinas que a materializam ao executá-la. O simples exame pelo pensamento dialético existencial não idealista revela a ausência de sentido de ambos os enunciados. Jamais poderá haver a fantasista disponibilidade total do homem, desencarregado de qualquer coisa, sofrendo o tédio da plenitude paralisante do ser, do pensamento e da atividade construtiva porque esse quadro pertence às projeções futuroológicas da mentalidade metropolitana, oscilante entre apresentá-lo com o valor de um universo de delícias ou de um inferno de monotonia. Parece-nos inútil discutir uma alternativa sem sentido. A técnica define um modo de ser do homem, que dela não se pode desvencilhar em instante algum, transferindo-a para as máquinas porque estas não têm exigências. A simples formulação de uma exigência já supõe a percepção da deficiência objetiva de algum aspecto da realidade, noção que só tem sentido na perspectiva humana, e por isso unicamente ao homem incumbe remediá-la. As máquinas do futuro não serão em essência diferentes das atuais, pela simples razão de continuarem sendo máquinas. Por isso, julgamos lícito dizer que as máquinas do futuro são o futuro das máquinas atuais. Mas o transporte destas para as vindouras, quem o tem de efetuar será o homem, obedecendo às mesmas determinações que engendraram as atuais, tirando-as das passadas.

O significado existencial da técnica, materializado nas máquinas de cada época, decreta simultaneamente a caducidade das que vão perdendo produtividade e inventa as que substituirão as peremptas. Ora, o significado da máquina decorre do papel social que desempenha, na perspectiva dos interesses

reais dos homens, seus criadores. Assim, exclusivamente o homem, concretamente, as massas trabalhadoras, em função da atividade produtiva, pode projetar a máquina futura, certamente mais proveitosa e útil que as atuais. Uma elementar consideração desta espécie basta para desalojar as especulações fantasistas dos cibernéticos a respeito das máquinas “criadoras” de outras. Não se deverá porém julgar “utilidade” ou “vantagem” a exclusão da capacidade cognoscitiva e inventiva do cérebro humano. As máquinas cibernéticas da “época do lazer” seriam certamente, se tal fantasmagoria pudesse ser levada a sério, as que propiciariam ao homem as mais confortáveis condições para o exercício da capacidade intelectual, tanto no domínio da natureza, para a obtenção de bens valiosos, quanto na produção da cultura, tornada então a forma universalmente reconhecida da realização do ser humano. As máquinas dos tempos de folgança seriam as que permitissem aos cientistas e engenheiros criar outras ainda mais produtivas. Por conseguinte, as máquinas da “era do lazer” serão justamente aquelas que não deixarão o homem ter um inútil, indesejável e insuportável lazer. Dissemos anteriormente que, se por certo aspecto é o homem que transporta a tecnologia para o futuro, por outro, e ao mesmo tempo, é a tecnologia que transporta o homem para o futuro. Com efeito, o que o homem leva para o futuro consiste na perene exigência de realização do seu ser, por definição denominada técnica, entendida como a forma dada pelo homem à sua vida, mediante a aquisição dos conhecimentos sobre as propriedades do mundo capazes de permitirem fazê-lo progressivamente à imagem do seu projeto de si. E ainda, a tecnologia, ao se esgotar a eficácia possuída em cada momento, esgota consigo as possibilidades de realização do homem nas condições associadas à técnica vigente. Tendo sido criada para atender a um conjunto de necessidades sociais constitutivas de uma modalidade de vida para o homem, abstratamente falando – descuidando, por necessidade metodológica, da evidente base material que dá sentido concreto à afirmação, e a contradiz, mostrando a diversidade dos seres que realmente se oculta sob a genérica expressão o “homem” –, a técnica apresenta-se por essência temporal, tanto quanto o ente de cuja natureza faz parte. Por isso, ao ser substituída, graças à invenção humana, torna o homem uma invenção de si mesmo. Na verdade, dizer isto significa repetir ainda uma vez que o homem é o ser a quem a sociedade atribui a função existencial de projetar o seu ser.

As delicadas finuras de interpretação filosófica encontradas na análise da ciência cibernética explicam o fato, acima indicado, de se haver tornado atualmente esse novo gênero de conhecimento o herdeiro da antiga esperança de constituição da ciência universal. Convém entretanto acentuar que em nossos

dias a promoção da cibernética ao mencionado papel inspira-se em motivos interessantes, e assim se compreende haver adquirido o caráter de ideologia metropolitana. O caso da cibernética tem precedentes. Também a estatística conheceu, durante a fase de esplendor de crescimento, o mesmo empenho dos que a manejavam com o intuito de fazer dela uma ciência de exportação dos centros dominantes. Outrora, a filosofia sempre julgou, apesar das dissensões internas, caber-lhe de direito a função unificadora de todo conhecimento. Sendo um produto cultural tipicamente metropolitano, mas não havendo em épocas passadas nos povos atrasados a necessária consciência habilitada a denunciar a ação magistral subordinadora exercida por muitas das formulações filosóficas, de modo geral todas de cunho metafísico, era normalmente recebida com as insígnias de instrução suprema pela qual ansiavam os estudiosos do mundo intelectualmente marginalizado. O surgimento de concepções esclarecedoras do ludíbrio, as lutas concretas de libertação dos povos, obrigando-os necessariamente a produzirem uma consciência para si, e a noção, agora patente, da associação entre as “filosofias” e teorias “científicas” sociais, exportadas pelos centros imperiais, e os vínculos econômicos espoliativos impostos às populações aborígenes que os sofrem conjuntamente com o papel lenitivo e transviador das doutrinações ideológicas, nos vários campos da ciência, tudo isso levou à decrepitude da função fascinadora, tradicionalmente exercida pelas diversas concepções de intenção hegemônica. Não só os povos atrasados descobriram a causa do seu descompasso, mas perceberam achar-se sob o efeito de total hipnose social, derivada das relações de supremacia política, econômica e cultural que os anestesiava para a compreensão de si. É quando então começam a produzir para si os primeiros ensaios de explicação de sua realidade, *ipso facto* a resposta ao fascínio dos eflúvios metropolitanos. Tal situação forçou os ideólogos do mundo superior a mudar de tática. A filosofia, identificada sempre com alguma das versões idealistas e alienadoras, perdeu quase totalmente a força atrativa. Foi preciso substituir esse instrumento lógico por outro, de sabor original, capaz de exercer os mesmos efeitos, ou até reforçados, mediante novas fórmulas ainda mais sugestivas. Desgastado o prestígio da própria palavra “filosofia”, foi ela abandonada. Preferiu-se recorrer à noção de “ciência”, naturalmente possuidora de valor perene e indiscutível, atraindo necessariamente a atenção. Mas apresentava-se então o problema de encarnar a “ciência” em alguma ciência real, para que o termo pudesse ser capaz de representar alguma coisa perceptível. Ora, a ciência que se prestava a servir aos invariáveis desígnios ideológicos das áreas capitalistas hegemônicas estava à mão. Era a cibernética, porque aliava ao incontestável valor e utilidade, exatamente mais nota-

dos, e com razão, no meio atrasado, a possibilidade de receber as oportunas formações teóricas para se converter, graças à multiplicidade de conceitos originais por ela introduzidos e veiculados e de perspectivas insuspeitadas que abria, na mais eficiente fórmula de exibição de poderio, infiltração ideológica e bitolamento cultural da inteligência dos países retardados. Claro está que a cibernética enquanto ciência nada tem a ver com tão indigna falsificação, que a degrada de saber autêntico e área de pesquisas racionais de máximo interesse, aberta a todos, em molde configurador do pensamento inocente, o qual recebe com o respeito devido a um dom celeste os problemas recomendados, para deles se ocupar, e ao lado as soluções já prontas. Mas, como de regra, a cilada da má consciência transforma-se na armadilha onde acaba caindo ela mesma. Conta, em seus planos, com a perpétua submissão da mentalidade despreparada e humilde, porém, não conhecendo a lei da dialética das contradições da realidade, ignora estar semeando os germes culturais da libertação dos povos que pretende manter na imutável postura de discípulos.

Em grande parte a natureza específica da cibernética contribui para esse desenlace. Com efeito, colaborando para tornar progressivamente desnecessária a prestação de grande número de serviços braçais por parte de ponderável contingente das massas, que recebem, mesmo em grau ínfimo, eventuais benefícios, a cibernética, engendrando os novos tipos de estabelecimentos fabris, desempenha o papel de fator de modificação da consciência do trabalhador manual ou de categoria terciária. Unicamente em virtude deste aspecto parece representar um fator histórico revolucionário. Na verdade não possui tal função, pois o que liberta o homem é a consciência de si, mas pode influir indiretamente para criar condições de trabalho e modificações nas relações sociais de produção, favorecedoras do despertar daquela consciência. Por si mesmas, as máquinas, de qualquer espécie, são indiferentes, não possuem diretamente, por via autógena, efeito transformador da consciência humana, porque a função de mediação não lhes dando jamais a condição de causas, não as distingue no desempenho por elas exercido. As máquinas realizam sempre a mesma finalidade geral, não tendo significação a qualidade ou grau de perfeição técnica. Nas formas alcançadas em todas as épocas oferecem sempre a base material, representada pelas modificações do processo produtivo, para que o trabalhador, em virtude primariamente da luta social que tem de travar para sobreviver, elabore uma nova compreensão de si e da realidade, que será, este sim, o verdadeiro fator revolucionário. Mas, exercendo uma pura mediação, desconhecida pelos eufóricos escritores nos entusiásticos brindes à cibernética, a ciência atua no plano da realidade histórica não na qualidade de fator tecnológico direto mas

enquanto condicionante de fatores existenciais que se manifestarão no plano político. Só a consciência pode ser origem primeira de fatos políticos. Por conseguinte, o volume e a qualidade das modificações tecnológicas devem atingir um ponto crítico, para afetar a base material condicionadora do surgimento de nova consciência de si nas massas dos países subdesenvolvidos, fazendo-os descobrir a razão do seu estado no tipo de relações econômicas, políticas e culturais a que estão jungidos pela ação dos grupos dirigentes dos centros imperiais. A cibernética, usada como instrumento de dominação tecnológica, ingressa com particular relevo e indiscutível eficácia no arsenal dos meios de alienação, cuja posse arma de uma grande força o país predador. Contribuí, especialmente pela novidade de que, com o fim de propaganda ideológica, se paramenta, para despertar a justa atenção e o interesse dos estudiosos, biólogos, pensadores e técnicos, que logo descobrem a superior importância e utilidade desse saber, sem estarem contudo habilitados, pela posse da imprescindível preparação lógica, a discernir a significação autenticamente científica do uso espúrio, da indesejável “mensagem” em que os ideólogos e divulgadores convertem a ciência das mensagens. Poderíamos dizer que neste pequeno jogo de palavras consiste a “ironia” da cibernética para a consciência científica dos intelectuais e técnicos do país subdesenvolvido. Mas, se por um lado as considerações anteriores denunciam a gravidade e a extensão do emprego nocivo da cibernética como ideologia para a conquista do país atrasado, por outro revelam também a fragilidade das relações que, por ora, são favoráveis ao dominador. A exaltação de que são cercadas as proezas dos engenhos, a oficialização de tal ciência no papel de arma de propaganda do país hegemônico, levando ao exagero os comentários a respeito dela, o maior número dos quais sacando irresponsavelmente sobre hipotéticas realizações futuras, constitui, por trás da vitória aparente, um risco real para os momentâneos triunfadores, porquanto os torna instigadores da conversão da consciência periférica, transformação que supremamente desejam evitar. Ao falarem de “revolução cibernética”, de “explosão cibernética” e outros impressionismos de igual jaez estão acenando para os povos atrasados com o conceito de “revolução”, manobra altamente perigosa, porque contraditória, levando com facilidade as massas oprimidas a compreenderem a possibilidade de dar à arma tecnológica um significado político em favor delas próprias. Importa-nos esclarecer com um pouco mais de atenção o embuste contínuo no recurso ideológico aqui mencionado e as condições contraditórias a ele inerentes, que o conduzem, de acordo com uma lei fatal da dialética, a virar-se contra o feiticeiro que o desencadeou.

### 3. *A ingenuidade do conceito de “revolução cibernética”*

Não parece haver dúvida que em nossa época os entusiásticos turiferários da “revolução tecnológica”, tão impressionante a ponto de ser julgada pela maioria constituir uma “explosão tecnológica”, querem se referir à “revolução cibernética”. Para eles a passagem, em plena execução, a uma fase histórica dominada pelas máquinas de controle e computação estabelece a nova moldura na qual terão de ser colocados todos os problemas sociais, políticos, econômicos, morais e quantos outros se relacionem com a existência do homem para adquirirem sentido inteligível e apontarem soluções práticas felizes. Se algum humanismo for ainda possível, terá de ser definido no quadro dessa “revolução”. Por isso, há até quem se refira a um “transumanismo”, para definir o objetivo da biocibernética, parte da ciência geral que compreenderia o homem como uma “estrutura de informação”, podendo conseqüentemente ser modificado pelos procedimentos de transmissão e correção das informações genéticas. Encontramos, desde essa primeira aspiração da cibernética ingênua, uma brilhante prova do patente divórcio entre a interpretação filosófica legítima dos grandes problemas humanos e a simplificação a que os submetem os cibernetólogos. O tema do humanismo, a respeito do qual parece-nos impossível discorrer aqui, possui natureza tão mais profunda do que os debates suscitados pela pura e circunscrita conceituação da tecnologia, que não precisamos dizer senão o mínimo essencial para esclarecê-lo. Todo o nosso ensaio, mesmo sem abordá-lo em tese, nada mais contém do que o exame deste assunto, por muitos dos seus mais importantes ângulos. Procuramos sempre mostrar a significação central da existência humana, as discussões sugeridas pelo esclarecimento da natureza e extensão da cibernética. Sendo a ciência das estruturas materiais capazes de funcionar em condições de auto-regulação, envolve naturalmente os seres vivos, e o homem em particular, organismos nos quais se descobre a presença de mecanismos fisiológicos incluídos naquela denominação. Porém, não basta apontar um aspecto adequado à caracterização de um ser se não puder mostrar-se que esgota a apreensão da essência dele. Nem com relação ao homem nem no caso do animal a cibernética, ou biocibernética, se preferirem, satisfaz essa condição.

A qualidade social do existente humano, o regime de relações produtivas em que obrigatoriamente tem de viver, dá-lhe traços distintivos que serão as verdadeiras notas lógicas definidoras do conceito de humanismo. Os interessados na divulgação ideológica da cibernética precisam praticar não apenas um, mas duas deturpações da verdade. Não lhes será suficiente contorcer a cibernética,



violando-lhe a estrutura legítima de ciência objetiva, para interpretá-la a seu modo, fazendo dela um instrumento de deformação da consciência dos incautos estudiosos. É preciso empreender, a par da desfiguração da ciência, outra, a que tem por objeto a essência do homem, fato que bem se entende porquanto a segunda revela-se condição necessária para atribuir verossimilhança à primeira. Nasce assim um estrambótico ente intelectual, o “transumanismo”, que ninguém sabe ao certo o que seja, mas do qual se percebe ter sido irresponsavelmente enunciado para permitir a imaginária acomodação de um conceito errôneo da cibernética com outro, equivalente, do ser humano. Talvez caiba imaginar tratar-se de formular a nova teoria do humanismo para a época de “revolução tecnológica”. Se assim for, tudo indica seria melhor então denominá-lo “tecno-humanismo”, para acentuar a nova e cândida idéia de que, a partir de agora, e somente desde agora, o homem se define pelo nível técnico do conhecimento conquistado. A intenção ideológica desponta fulgurantemente. Se tal for a verdade, o homem se definirá pela técnica porque está, de hoje em diante, subordinado a ela. Entregou-lhe a alma, a natureza moral e cultural, e pede-lhe em troca que lhe dê outra, a tecnológica. Se assim aconteceu, então torna-se indubitável que as exigências da tecnologia primam sobre as antigas exigências “humanas”, e portanto – e tal será a conclusão rendosa a que visa esta cavilação – na prática da vida social a única “revolução” que o homem necessita e pode fazer não é a de caráter político, concepção idealista de velhos e ultrapassados filósofos, desconhecedores da realidade atual, mas a de natureza tecnológica. Não passam de uma miragem as antigas esperanças, fundadas em teorias sociológicas e históricas, de uma revolução transformadora da existência, feita pelos homens que a exigem, e a ela se lançam, porque são vítimas de oprobrias situações de vida tornadas agora insuportáveis. A “revolução do desenvolvimento”, fundamentalmente obra da técnica, aparece atualmente como a única possível e desejável. O fator político, no qual ingressam todas as exigências éticas e sentimentais do homem, dilui-se no planejamento técnico, evidentemente só capaz de ser concebido e executado pelos técnicos. A revolução almejada significa a organização da tecno-estrutura em âmbito total, e desse envolvimento não decorre simplesmente a direção rigorosa da sociedade, mas dele cada indivíduo receberá a nova natureza que o irá plasmar na figura do homem da “era tecnológica”. Eis aí o ominoso objetivo da única revolução “humanista” concebível pelos desvairados tecnocratas. Tal é o conteúdo do “transumanismo”, ou que outro nome tenha. O importante está na nota de fria crueldade dessa falsa racionalização histórica. Os principiantes do estudo e do uso do pensamento crítico serão talvez os únicos a deixar de ver a cristalina perversão

sidade dos articuladores das mencionadas fabulações, de cuja excessiva sutileza são aliás as primeiras vítimas. Assim o “transumanismo” não passa de uma falsificação da cibernética fundada na suposta concepção do “homem informado”. Excetuada a hipótese de ser conseguida por meios materiais a alteração do conteúdo genético, o que não saiu do ovo de simples especulação científica, a informação enquanto tal não pode alterar a essência do homem. O modo humano de utilizá-la é que poderá modificar o homem, ao mesmo tempo modificando a própria informação.

Foi a insistência na divulgação do conceito de “revolução cibernética” na literatura semicientífica de alguns irrequietos divulgadores, hábeis em rapidamente aglomerarem basbaques à porta de sua barraca no país de poucas letras, que estabeleceu um dos motivos determinantes de nossa atenção e interesse pela nova ciência, chamada cibernética, pois nos pareceu útil tentar trazer uma modesta colaboração para o julgamento crítico de seus princípios, resultados e pretensões. Não o teríamos feito se não se enquadrasse no tema geral do presente ensaio o esclarecimento do conceito de tecnologia. Sendo a expressão mais aperfeiçoada da tecnologia atual, pelas conceituações teóricas e realizações práticas originais, seria indesculpável deixá-la à margem. Mas acontece que, pelas razões de ordem ideológica várias vezes indicadas, a cibernética pretende apresentar-se agora como a expressão dominante da técnica de nosso tempo e igualmente acredita dar-nos a antevisão da técnica do futuro. Tendo em conta essas ambições, o tema complica-se, porque não se trata simplesmente de discutir e interpretar o que se está realizando, ou em curso, sendo portanto acessível à percepção, análise e julgamento, mas somos arrastados a levar em consideração e manipular o não-existente, a falar dele como de coisa feita, cabendo-nos, por imposição em mínima parte dos projetistas sérios e em atordoante maioria dos ficcionistas irresponsáveis, discutir desde já problemas referentes às máquinas e conquistas científicas da humanidade futura. Vários estudiosos especializaram-se nesse sub-ramo da cibernética, tentando explorar imaginativamente um território que não se sabe bem se está situado dentro dos limites das legítimas previsões da ciência natural ou se não passa de uma mistificação, sempre interesseira, melhor rotulada se a chamássemos feitiçaria cibernética. Procurando conservar-nos no terreno dos fatos e cedendo unicamente às conjecturas de indiscutível fundamento científico, devemos indicar que o engano imediatamente visível, o primeiro e mais geral conceito ingênuo descoberto nos trabalhos dedicados a formular o pensamento teórico destinado a enquadrar e definir o significado da novel ciência encontra-se na crença de que, com a criação dos engenhos mecânicos ou eletrônicos de controle, a humanidade ingres-

sou em nova era. Tal idéia orienta a quase totalidade dos estudos a este respeito, vale dizer condensa em si o vício desde o primeiro momento desfigurador de todas as concepções e comentários seguintes.

Não deixa de ser também significativo assinalar que, uma vez situada a questão no plano da ingenuidade intelectual, conforme as inclinações ou compromissos ideológicos dos escritores, tanto será possível prever a consolidação da presente ordem capitalista quanto a revogação dela. Os argumentos em um sentido ou em outro revelam grande similitude, o que se deve, sem sombra de dúvida, à simplicidade geral de pensamento, base comum das duas interpretações opostas. Acreditam os noviços hermeneutas que a “revolução tecnológica” encerra um fator revolucionário puro, capaz de agir com a força das exigências irreprimíveis, conduzindo ou à consolidação da ordem vigente, pela eliminação das causas de miséria social e das deficiências humanas por ora ainda estreitamente associadas à atual estrutura, só então florescendo enfim na forma ideal definitiva, ou à transformação completa da presente organização em outra, de novo tipo, que lhe há de suceder. Para a segunda esperança serve de fundamento a crença de que a tecnologia avançada contribuirá espontaneamente para o desemprego em massa, a pauperização ainda maior de grandes populações humanas, e com isso criará o fator quantitativo necessário para a remodelação social. Resumindo a concepção, há quem imagine que a tecnologia deva ser considerada o principal fator revolucionário nas atuais condições do mundo, porque teria mais força para a libertação dos povos explorados do que a luta política. É urgente esclarecer, na verdade desmascarar, esse modo de pensar, extremamente grave, por motivo do fatal engano e das sérias confusões teóricas nele encerrados.

A tecnologia não pode ser por si mesma fator revolucionário pela simples razão de estar sempre em modificação e consistir na introdução de puras mediações que irão criar condições novas para o desempenho da atividade social dos homens. Esses aspectos não a caracterizam como causa dos acontecimentos históricos, mas significam exatamente o oposto. A tecnologia simplesmente fornece novos elementos que irão ingressar nas formas tomadas pelo curso histórico em virtude da ação que o impulsiona, proveniente do único e verdadeiro agente motor, o homem, que tem de enfrentar contradições com a realidade a fim de executar o trabalho produtivo, modo pelo qual se realiza a si mesmo. O engano dos comentaristas autores de reflexões do gênero acima citado consiste em não possuírem a noção dialética de mediação, e portanto não disporem do conceito que lhes daria a clara compreensão do papel, valor e limites da tecnologia. Ao considerarem os conflitos e revoluções sociais efetivamente

ocorridos ao longo da história e notarem que no ato da luta os contendores utilizam-se dos petrechos técnicos disponíveis para a destruição do adversário, e até expressamente inventam outros recursos com esse propósito, confundem instrumento com causa, e se esquecem do condicionamento geral, das bases do processo histórico, que engendram a situação revolucionária e desencadeiam, em certo momento, a ação de choque. Isolam o uso de um meio técnico do contexto social onde figura, que o produziu e permite a utilização dele, processo lógico tipicamente metafísico e antidialético. A totalidade do processo social fica desprezada, passando a ser função daquilo que é produto dela e só em vista do estado do conjunto adquire significação e possibilidade de atuação. Nas fases de transição revolucionária a tecnologia muito naturalmente se constitui com os traços da circunstância geral a que pertence. Não conseguimos ver nada de extraordinário neste fato, pois o mesmo acontece nas fases aparentemente mais pacíficas.

A tecnologia só se torna revolucionária quando se converte na tecnologia da revolução. Mas o adjetivo, não foi ela que o deu a si própria, pois não corporifica um ente real e autônomo, mas o recebeu dos acontecimentos exteriores. Os coreutas do imperialismo ou os escritores que espairecem os ócios no domínio do pensamento metafísico acreditam na simplicidade, já francamente exalando odor de santidade, de ter enfim acabado a luta de classes, hoje sem razão de ser, substituída, ou antes liquidada, pelo progresso tecnológico. Livros recentes de autores que ecoam o pensamento metropolitano veiculam essa parvoíce. Os filósofos que no passado compreenderam o desenvolvimento histórico da humanidade determinado pelas lutas sociais entre os homens, motivadas pela diversidade de posição e de proventos, locupletando-se uma pequena minoria com o esforço do trabalho das massas, estariam equivocados, ou então teriam enunciado uma verdade, porém válida unicamente para o tempo em que viveram. Na atualidade, entretanto, a tecnologia ocasionou um salto qualitativo nas condições humanas e por isso passou a ser o fator predominante. É o caso de perguntar: (a) se no tempo dos clássicos que expuseram aquela proposição fundamental da teoria sociológica dialética, julgada, por hipótese, válida para seu tempo, não havia tecnologia ou a existente seria de tipo tal que não afetava a realidade dos homens da época; (b) se a essência da sociedade, e seu movimento, mudou porque foram introduzidas novas formas de energia motriz, criados outros maquinismos e realizadas extraordinárias modificações na maneira dos homens produzirem a existência; (c) se não é justamente a permanência da essência racional do homem, condicionando finalidades diversas para as várias classes, que mantém vivo e em contínuo aprofundamento o confli-

to entre as camadas da sociedade em ativa contradição na procura do interesse de cada qual; (d) se tem sentido uma atividade de rebeldia, ou, como agora se prefere dizer, empregando um eufemismo que permite aos conservadores encapuçarem-se de “revolucionários”, de “contestação” em nome da simples exigência de melhor tecnologia, a não ser pelos benefícios reais que acaso possa trazer aos homens. Mas, se assim é, irá encontrar cada um em sua condição concreta, ou seja, de indivíduos pertencentes a classes opostas.

Em particular, a invenção dos meios bélicos é o resultado, e não a causa, das tensões sociais existentes no âmbito humano por motivos precedentes e prenunciadores dos próximos choques violentos entre facções antagônicas, ou entre países, fazendo-os colocarem a capacidade intelectual e os recursos econômicos culturais de que dispõem a serviço da defesa dos respectivos interesses, levando-os à descoberta de novos instrumentos de luta, a fim de melhor vulnerar o adversário. Mas será sempre na qualidade de mediação que os maquinismos bélicos surgem. A luta é dos homens, não das armas. O esquecimento desta verdade elementar deve-se ao prolongado desnorteamento da consciência ingênua, acostumada, pelo habitual desconhecimento da dialética da realidade, a tomar por seres em si o que não passa de mediações no fluxo de um processo. A tecnologia sempre existiu em qualquer sociedade e, nas modalidades presentes, nunca deixou de servir às finalidades dos grupos dirigentes, que empreendiam ações guerreiras contra outros grupos. Do arco e flecha à bomba de hidrogênio, da expedição de observadores solitários à eficientíssima organização, altamente maquinizada, da espionagem empregada pelas grandes potências, há uma linha ascendente em que varia continuamente a qualidade material dos meios sem variar nunca a essência deles. Nenhum computador é revolucionário, como nenhum machado paleolítico o foi. No entanto, ambos já serviram aos homens para destruírem outros homens. O que pode ser revolucionário é a conjuntura histórica, o contexto de desempenho vital, quando marcado pelo agravamento das contradições sociais entre os homens e as classes que se digladiam, condicionados por objetivos bem discerníveis. Por conseguinte, a tecnologia que, enquanto tal, mostra-se incapaz de oprimir o homem comprova também ser incapaz de libertá-lo. A aceitação da maliciosa tese aqui discutida representa na verdade a busca de uma justificativa moral para a inatividade real do homem, o desengajamento na verdadeira pugna em curso, o convite à entrada grátis no teatro para assistir de camarote a um espetáculo irreal, inexistente. Seria o caso de dizer, parodiando uma frase célebre: comodismo, teu nome é tecnologia.

A luta social tem por essência caráter político, ou melhor, diz-se política precisamente a luta dos homens entre si, grupados nos respectivos setores, pa-

ra efeito de tentarem fazer triunfar seus “ideais”. Estes de modo algum são idéias abstratas, mas resumem os interesses materiais dos grupos humanos que os concebem. A reflexão que motiva uma concepção do tipo daquela acima referida apresenta-se simplesmente destituída de sentido, revelando dupla ausência de compreensão, da tecnologia e da política. A verdade situa-se exatamente no enunciado oposto. A tecnologia não pode ser “fator revolucionário” porque não possui exigências próprias, não condiciona por si o processo onde se desenvolve, o qual unicamente adquire a aparência de um curso expansivo quando visto de fora, apreciado pela razão no enfileiramento das realizações de crescente complexidade e eficiência, mas demonstrando, todas, a ação criadora da inteligência que se apossou dos conhecimentos necessários para extrair da técnica anterior, menos eficaz, a técnica seguinte, mais produtiva. Para compreender-se o caráter alegórico da expressão “revolução tecnológica” basta atentar para o fato de não ser a técnica que a faz, mas aquilo em que a revolução consiste. Somente o fator político, e com este termo queremos significar o projeto existencial do homem, em função da classe a que pertence, tem e sempre terá a possibilidade de operar uma transformação qualitativa no curso da história. O engano contido no enunciado aqui tomado por objeto de análise não deve ser julgado acidental. Ao contrário, nele está contida a essência da mensagem da consciência metropolitana, dirigida aos povos subdesenvolvidos espoliados, com o fito de anestesiá-los, ao mesmo tempo em que visa a obter mais dois efeitos vantajosos, o de engrandecer-se e auto-elogiar-se, pois somente ela aparece como inventora e detentora da tecnologia portentosa e agressiva. Claro está que ao agitar esse chocalho pensa desencorajar as tentativas dos povos submetidos, fazendo-os perder qualquer resquício de esperança de virem a conquistar a libertação. Os pensadores cibernetólogos equiparam-se assim aos chamãs, que também espantam os maus espíritos fazendo soar matracas. Assim sendo, o enunciado agora discutido reveste-se de extrema malignidade, pode ser julgado o paradigma das expressões imperialistas destinadas a desanimar a consciência das massas exploradas em todo o mundo, mesmo na altura metropolitana, desencaminhando-as para a néscia e ilusória esperança de alívio que lhes seria dado pelo “fator revolucionário” representado pela tecnologia, fazendo-as esquecer ou minimizar o caráter político, real, concreto da luta humana de libertação. A expressão “tem mais força do que” encerra outro simplismo de sinistras conseqüências. Leva a crer que a máquina “tem mais força do que” o homem, fórmula impressionista diretamente dirigida a desvirtuar o significado do processo histórico de humanização. A este respeito desejamos recordar a palavra do filósofo brasileiro Álvaro de Faria, quando diz: “Só

há no mundo uma força mais poderosa do que a bomba atômica, é a inteligência do homem que a criou”. Vimo-nos obrigado a desenvolver estas reflexões porque nos pareceu oportuno contribuir para desfazer a trama bem urdida pelos astutos porta-vozes da metrópole rica, que terminaram por descobrir mais esse expediente ideológico para pacificar as inquietações do mundo subdesenvolvido. Apressam-se em dar aos povos famintos e atrasados a receita útil para realizarem sua revolução: tecnologizem-se. Assim, enquanto não vem a técnica, também não haverá lutas e obstáculos sociais. E como quem vende a técnica são as metrópoles, claro fica que nunca virá em quantidade e qualidade julgadas perigosas pelos benévolos doadores. Resta entretanto registrar a lição correspondente inteiramente aos interesses dos centros dominantes. Mas, ainda uma vez, a “astúcia da razão” histórica consiste no erro que orienta o pensamento dos poderosos. Não sendo a tecnologia aquilo que pensam, não tendo portanto em si qualquer efeito revolucionário real, a instrução comedida, a sonegação disfarçada em nada altera a situação, porque do ponto de vista do povo oprimido o processo de libertação segue outro rumo, não obedece aos conselhos paternais dos exploradores.

Conforme dissemos, há quem acredite que a cibernética e a automação realizarão a “revolução do bem”, salvando o homem das opressões físicas e mentais impostas pelo trabalho, com isso assegurando a consolidação definitiva da ordem vigente, criadora desses poderosos instrumentos. Convém dissuadir desde já quem acalente essa esperança, mostrando que jamais uma alteração nas mediações do trabalho, a troca das ferramentas e das máquinas mediante as quais se executa, conduziu a nova etapa histórica. Muito menos ainda se poderia considerar “revolução”, necessariamente um acontecimento inaugural e renovador, a simples purificação e consolidação do existente. O novo só tem esse significado se altera a essência do que é real no momento. Do mesmo modo, quem julga a revolução tecnológica o fator decisivo nas transformações sociais incide no equívoco, anteriormente apontado, de ignorar a natureza das mediações, de que o homem, enquanto ser ativo, pode lançar mão, a fim de resolver as contradições sociais. Ora, o conceito dessa ação explícita o que por definição se denomina política. Portanto, a técnica apenas em caráter limitado e mediatamente serve a um objetivo revolucionário, pois o verdadeiro agente das transformações será sempre o homem. O único fator revolucionário consiste na consciência, quando nela se refletem, em clara representação, as contradições a que o indivíduo no sistema de relações sociais está sujeito. Nessas condições, a consciência se vale, a título instrumental, das possibilidades técnicas a ela oferecidas no momento pela evolução da cultura para utilizá-las nos processos de lu-

ta. Mas a luta continuará a ser sempre política, por essência. A tecnologia serve aos objetivos das partes em conflito e com freqüência é mesmo inventada propositadamente para essa finalidade. Não há luta entre canhões ou mísseis intercontinentais, mas entre nações que os possuem.

O erro da transformação do instrumento em sujeito autônomo alastra-se pelo terreno inteiro das concepções relativas à cibernética e à tecnologia em geral. Dissemos encontrarmo-nos em face de um sintoma atual do pensamento ingênuo. Se em alguns autores bem-intencionados pode servir, subjetiva e ineficazmente, a generosos propósitos de libertação do homem, em outros, quase certamente a maioria, instala um impedimento ideológico, com a finalidade de confundir a compreensão das coisas. A exaltação da técnica aos píncaros da divinização faz a esperança das massas trabalhadoras desviar-se para essa deidade, dela implorando a cura dos males de que padecem. As populações atraídas tornam-se passivas e desconhecedoras de que exclusivamente delas, da luta por melhores condições de vida, depende a conquista daquilo que desejam. São levadas a esperar da tecnologia a resolução de seus problemas, sem compreender que a própria tecnologia é um desses problemas, e portanto a melhoria do estado da vida do povo não pode provir dela mas depende do grau de consciência de si que as grandes multidões dos países subdesenvolvidos tiverem alcançado. Na verdade, os agentes ideológicos da nação imperialista esforçam-se por insuflar uma forma particular de alienação na consciência da intelectualidade e das massas da nação vassala. Torna-se necessário fazê-la alienar a própria consciência, mas esta frase deve ser entendida em sentido muito especial, significando não somente a simples ocupação e substituição da consciência do país pobre pelas representações nela inculcadas pela do país superior, e sim algo imensamente mais pernicioso, o esquecimento por parte da nação subdesenvolvida de que tem consciência.

Sabem muito bem os eruditos e espertos pensadores metropolitanos que o inimigo consiste na consciência do povo explorado. Contra ela empregam as táticas alienadoras habituais, resumidas no fornecimento de um sucedâneo falsificado da representação da realidade, sob a forma de teorias filosóficas, noções e pesquisas sociológicas, doutrinas, práticas, conselhos e planos econômicos, incorporação a exigências políticas e muitas outras variedades mais, juntamente com a farmacopéia que devem adotar. Do receituário consta principalmente, conforme não podia deixar de ser, a importação da maquinaria e dos técnicos que a devem manipular, pois aqui se encontra o lado imediatamente lucrativo do negócio, além de render também pelos efeitos colaterais de demonstração de poderio, perfilhamento político, obnubilação da imaginação criadora



nativa e ocupação econômica e tecnológica do espaço interno. Porém, mesmo assim o êxito do dominador nunca será completo, porque a transferência do conhecimento e da ciência mesmo praticada de má-fé representa uma ascensão qualitativa, não pode impedir a ampliação do horizonte cultural, chegando a acarretar compreensões indesejáveis, descobertas, objeções e críticas que atinjam o nível de resistência declarada. Se isso acontecer foi excedido o limite de tolerância no qual deviam ser mantidas as relações de dependência. Para prevenir tão desagradável eventualidade faz-se preciso usar de um expediente, que não sabemos se temos razão em chamar alienação de segundo grau. Não basta possuir e manobrar uma consciência tornada totalmente alienada, mediante a pacífica, consentida e até desejada substituição de seu conteúdo por outro, natural alheio. É forçoso ir além, e negar à consciência nativa o próprio caráter de consciência. Com essa operação corta-se o mal pela raiz. Se o perigo está no povo pobre tomar consciência de si, o que há a fazer consiste em retirar-lhe a possibilidade de ter consciência. Sendo, no entanto, matéria delicada e susceptibilizante enunciar essa rude proposição mesmo às classes dirigentes comprometidas e interessadas na dependência, sempre disfarçada com motivos justificadores, e também à intelectualidade indígena, por mais ávida que seja da chuva do maná, os sicofantas da metrópole engendraram um novo objeto de doação ao pensamento dos povos atrasados, destinado a fazer para eles as vezes da atividade reflexiva a que seriam levados pelo normal e espontâneo exercício das faculdades intelectuais. Comprovando a perda de prestígio das velhas lições universitárias, o desrespeito da mentalidade jovem pelas sebatas de todos os ramos da ciência, o desinteresse pela prática tradicional da leitura de textos estrangeiros canônicos erigiram a tecnologia, por ser um conhecimento que ao mesmo tempo é ação e manipulação de aparelhos, em agente autônomo da elevação das condições de vida das áreas periféricas. Com isso, a única tarefa ao alcance do pensamento e da atividade dos estudiosos das regiões atrasadas resume-se em se apossarem do saber e dos engenhos técnicos, na maior parte cibernéticos, que lhes são propostos e vendidos, com inteiro abandono das cogitações sobre a realidade de sua existência pessoal e do país, ou seja, com o esquecimento de sua mesma consciência. Só lhes competindo abeberar-se do material de estudo e de ação oferecido aos estudiosos marginais para consumir, cessa o direito, tornado ridículo e inútil, de se interrogarem a respeito do ser e do destino de si mesmos. A tecnologia desdobra assim sua finalidade e virulência supremas na conspiração dos poderosos. Vai além de um simples conteúdo para consumo da consciência "culta" e alcança o estágio em que se converte em representação da realidade, o que significa substituí- se à consciência efeti-

va e autêntica. Mediante tão perversa prestidigitação, os mágicos da dominação conseguem o que premeditavam. Sabem ser natural o homem buscar na própria consciência, onde se reflete a realidade ambiente, as vias, os meios para solucionar os problemas, os obstáculos existenciais com que se depara. É o homem do país dominado continuará a proceder assim, apenas acontece que, depois da operação de transplante da consciência, ao se voltar para a julgada sua, encontra em lugar dela a compreensão tecnológica do mundo, que lhe devolve uma imagem de si mesmo e a noção das relações com os semelhantes deformada pela dominação, maliciosamente interpretada, da técnica, a que tem de conformar todas as suas ações, seus mais íntimos e autênticos projetos de existência pessoal. Agirá então naturalmente procurando uma solução tecnológica para seus "males", uma interpretação tecnológica para sua situação, e principalmente se deixará levar docilmente pela crença na virtude onipotente da técnica de procedência estrangeira para transformar o mundo pobre onde vive. Mas a técnica constitui uma mercadoria, aliás cara, não só pelo custo das aparelhagens, instalações e instrução que exige, porém ainda pelo pagamento pessoal, "know how", a incontável coorte de sábios de exportação, técnicos de meia-porção e evidentes parasitas que é obrigada a sustentar. Enfeitiçado pela ânsia de conquistá-la, o habitante dos países subdesenvolvidos cede a qualquer preço os recursos nacionais para obtê-la, confiante em que antes da desgraça que é a perda dos seus bens palpáveis chegará a salvação pelas máquinas e capitais importados. Eis por que nos referimos a uma alienação de segundo grau, aparentemente irremediável porquanto a única força com que contaria o país dominado para efetuar o despertar da consciência de si foi aniquilada, tornou-se inoperante, substituída pela magia tecnológica. No estado final de desagregação da capacidade reflexiva do povo pobre trava-se um drama subjetivo, mas inteiramente real, seu nos condicionamentos, a luta da consciência de si contra a tecnologia do outro. Poderia parecer que estaríamos esboçando uma tragédia maniqueísta, não fosse a prova concreta e sólida que infelizmente é dada aos habitantes de todo país sem plena autonomia pelos acontecimentos de cada dia, com que a nação dependente e desorientada, privada da assistência da possível compreensão emergente do espírito da grande maioria do povo, vai escrevendo penosamente as tristes páginas de sua minoridade histórica.

A solução não pode consistir, está claro, no repúdio do conhecimento tecnológico, mas na preparação da consciência autóctone para capacitá-la a quebrar o encanto das feitiçarias que lhe pretendem impor e dar às massas do país que planeja o desenvolvimento os recursos necessários, com a extinção de todas as alienações. A tecnologia passa a ser intencionalmente apresentada como fator

de salvação, e assim o povo acredita padecer as agruras que o acabrunham porque lhe faltem conhecimentos técnicos. Ocultam-lhe a verdade fundamental e libertadora, a saber, que as condições de acesso ao “remédio” dependem exclusivamente da compreensão de si, porque a aquisição da técnica não é um fato técnico, e sim político, uma decisão da vontade soberana dos legítimos representantes e dirigentes do país pobre.

#### *4. Tecnologia, subdesenvolvimento e domesticação do futuro*

A artimanha dos interessados na dominação dos países subdesenvolvidos consiste em diagnosticar como causa desse estado a insuficiência de cultura e instrumental técnicos. Não percebem que de fato há insuficiência, mas é relativa, e isso em dois sentidos: primeiro, o povo pobre possui sempre um grau, embora inferior, de tecnologia, que pode ser a base para rápido desenvolvimento; segundo, o acesso à tecnologia representa um fato político, depende do poder de soberania de que o povo atrasado dispõe. Com efeito, por um lado os problemas têm de ser resolvidos por ele mesmo, ou seja, cabe-lhe a invenção e a adaptação de técnicas que atendam à suas necessidades, sem estar obrigado a importar aquelas correspondentes à solução de problemas de uma conjuntura superior e alheia; e por outro lado, toda tecnologia não passa de uma mercadoria, com preço de mercado, e pode ser importada na quantidade e qualidade desejadas, desde que existam os recursos financeiros necessários. O importante está em ser o planejamento da aquisição da técnica dirigido pelo centro interno de poder, estranho a injunções estrangeiras, em benefício exclusivo do povo que decide tomar a si a conduta do seu destino.

A divinização da tecnologia reedita um velho artifício de dominação, hoje difícil de dissimular-se. Exprime efetivamente simples variedade da exibição de poderio, demonstração ideológica natural da superioridade de um grupo social, de formação imperial subsistindo em meio a populações alheias, em etapa inferior de desenvolvimento. Observa-se como fenômeno constante ao longo da história, porque, em primeiro lugar, preserva a herança cultural e técnica do centro político dominante em cada momento, marcando o limite do que lhe pertence pela comprovação visível do que falta aos outros. Com isso ficam consolidadas as fronteiras do território historicamente avançado, aquele no qual se encontram as mais grandiosas realizações da técnica possíveis em cada época, as pirâmides egípcias, as basílicas bizantinas ou o parque fabril inglês. A exaltação da tecnologia encobre a declaração da superioridade do império, do po-

vo ou da raça que a criou e cultivava. Mas, em segundo lugar, não visa à pura satisfação subjetiva de orgulho nacional, pois logo os grupos privilegiados da sociedade superior compreenderam que a transmissão de uma parte da sua tecnologia aos povos “bárbaros” constituía um mecanismo de subjugação de extrema eficácia política, além de representar excelente transação financeira. Em tempos mais antigos o segundo aspecto talvez tivesse menos importância, enquanto o primeiro permitia o engrandecimento dos impérios, a submissão das massas estrangeiras, e futuramente as dos povos coloniais. Sendo a base técnica destes últimos incomparavelmente menos desenvolvida, especialmente na potencialidade da produção bélica, o centro hegemônico nada tinha a temer nas parcimoniosas concessões tecnológicas que fazia, sempre acompanhadas de cláusulas que salvaguardavam os interesses da metrópole, desde a posse jurídica das instalações fabris, os portos e ferrovias no território atrasado recipiente até o acompanhamento dos agentes instrutores, da permanente e indefinida “assistência” técnica. Digamos, entre parênteses, que a última atravessa hoje em dia duas fases: se de início pode significar colaboração no aprendizado da confecção de planos e manejo de maquinismos, depois de algum tempo, quando se revela ociosa e só vale para garantir a presença do dominador, torna-se “assistência” no segundo sentido da palavra, o de espectadores desocupados. Mas, referindo-nos ainda ao passado, o centro de dominação podia distribuir certas facilidades de produção técnica sem receio de desafio, a não ser por parte de outros impérios contemporâneos competidores, nunca dos povos que subjugava e cujas revoltas abafava nas tradicionais hecatombes das massas nativas.

O mencionado quadro desapareceu do cenário histórico por efeito da própria expansão tecnológica, que exigiu a transformação do escravo em consumidor. Foi então necessário fazer da técnica uma mercadoria que redundasse na produção de outras mercadorias, os bens de consumo, a serem também adquiridos pelas populações atrasadas. Mas a melhoria tecnológica e o correspondente desenvolvimento da fabricação interna de bens de uso deveriam ser feitos segundo rigorosos critérios a fim de elevar as populações retardadas a um plano um pouco acima de condição real, porém somente o bastante para fazer delas consumidoras das demais exportações das metrópoles, as dos principais e mais complexos produtos acabados. Começou assim uma nova fase de transmissão do progresso tecnológico na história, ainda no quadro da relação de dominador a dominado. Continua a valer a “lei” do progresso controlado ou do intervalo consentido, em virtude da qual o centro só concede à periferia a tecnologia que, em quantidade e qualidade, não perturbe a segura superioridade que detém, e ao mesmo tempo contribua para a gradual elevação do nível de existência dos

povos pobres, em medida tal que, sem alterar-lhes o estado de pobreza, sempre um dado histórico relativo, permita-lhes aprimorarem-se até o ponto de se tornarem capazes de consumir cada vez mais o capital e os gêneros exportados pela metrópole. A tecnologia desempenha neste caso uma função traiçoeira paradigmática, a saber, serve para imbuir o espírito dos recipiendários do orgulho de se estarem engrandecendo cultural e economicamente, o que é verdade apenas em relação ao sistema de coordenadas local, por conseguinte na comparação do estado presente com outro, anterior. Simultaneamente, em vez de estancar a espoliação estrangeira, aumenta-a, porquanto a ascensão tecnológica se converte em base para mais urgentes exigências de produtos e conhecimentos importados. Existe somente um recurso para romper esse aparente círculo vicioso. É a compreensão, por parte da consciência do povo subdesenvolvido, de que justamente se a tecnologia equipara-se a uma mercadoria como outra qualquer, possui sobre ela o poder de escolha e de barganha, conforme acontece com os demais bens negociáveis. Muito compreensivelmente porém os teóricos da cultura dominante e seus ressoadores no território ocupado esforçam-se por ocultar este aspecto da realidade, mediante diversas interpretações sofisticadas, ou por negá-lo frontalmente, quando esgotarem os argumentos. Por isso, a lição que compete à consciência das áreas subdesenvolvidas repetir incessantemente e aperfeiçoar consiste em apreender a noção de que é vítima das abordagens teóricas sopradas pelos ventos metropolitanos. Sobre tudo cumpre-lhe entender que cabe aos pensadores e estudiosos do país desenvolvido construir a teoria do desenvolvimento. Claro está que os especialistas e mensageiros do alto nunca poderão ser autores da autêntica teoria do desenvolvimento do mundo atrasado. A isto opõem-se o conteúdo de sua consciência e os interesses econômicos que lhe servem de base. Além de não poderem jamais concebê-la senão fundados na própria experiência, sempre singular e momentânea, partem do princípio errôneo de que os pensadores da área atrasada não dispõem de condições para abranger a totalidade da realidade. Não admitem que esta exigência está perfeitamente ao alcance dos povos pobres, certamente lhes é possível, desde que possuam a consciência crítica para julgarem a si mesmos e apreciarem suas relações com o mundo desenvolvido. A isso acrescenta-se o aspecto lógico da questão, mostrando que o subdesenvolvimento traduz um conceito relativo, cujas medidas maliciosamente são fornecidas pelos desenvolvidos, para conservar a situação de desnível existente e infundir esta perspectiva na mentalidade do país retardado. Os povos subdesenvolvidos são levados a esquecer o fato elementar de possuírem uma tradição técnica, fixada em múltiplos aspectos de sua vida na arte por exemplo, a que

não devem renunciar. Somente em função de parâmetros culturais distintos dos seus aparecem rotulados globalmente de subdesenvolvidos, qualificativo inaceitável em tese e em caráter absoluto, só admissível quando sujeito a inúmeras e profundas distinções. As metrópoles imperialistas, para as quais o mundo pobre constitui apenas área de predação, não podem fugir à necessidade de autodivinização e para isso forjam os grillhões do acorrentamento cultural, mas não conseguem evitar a diminuição da diferencial histórica. O negócio tecnológico acaba evidenciando-se um mau negócio.

A mais corrente das teorias metropolitanas sobre as desigualdades de desenvolvimento tecnológico no campo das relações internacionais consiste em pretender que unicamente os povos adiantados têm condições para fazer progredir a ciência, porquanto o saber cresce em função do próprio crescimento. Se assim fosse ficaria desencorajada a criação autóctone, reduzindo os cientistas nativos à condição de eternos aprendizes. Se é verdade que o enorme desenvolvimento econômico das áreas metropolitanas dá-lhes ponderáveis vantagens, não lhes assegura entretanto o monopólio da inteligência, dom estatisticamente distribuído de modo igual por todos os grupos humanos. Fazendo crer que a tecnologia fornece o instrumento da revolução pacífica do desenvolvimento, e ao mesmo tempo insinuando aos povos marginais a impossibilidade de engendram a técnica em quantidade e qualidade requeridas, os ideólogos do mundo alto convencem as populações atrasadas da prática inviabilidade de saírem por si mesmas da miserável condição onde vegetam. Chamamos a isso o falso e interesseiro emprego do conceito da tecnologia, convertido em elixir de bruxas, destinado a adormecer a consciência da nação dependente exercendo uma influência entorpecente. Segundo essa presunção, a distância que separa os povos desenvolvidos dos subdesenvolvidos já se mostra definitivamente infranqueável, tendendo a aumentar continuamente. Não há necessidade de dizer que se trata de uma noção falsa mas útil aos interessados nas atividades malignas, porque lhes permite concentrar toda a compreensão teórica exportada na idéia de “ajuda”. Se o país pobre não pode se desenvolver sozinho, tem de ser “ajudado”, o que oferece aos piedosos cantores de hinos dominicais recompensa celeste que é a oportunidade de praticar ao mesmo tempo uma boa ação e um bom negócio. Anestesiado e emudecido o pensamento de si, o povo atrasado aceita passiva e jubilosamente a “ajuda” financeira e técnica que lhe estende a filantropia dos magnatas. Os pedagogos nativos encarregados de distribuir a mistificação teórica e instalar as espoliadoras práticas no meio indígena beijam, genuflexos, as dadivosas mãos dos semeadores do Bem. Em seus escritos e cátedras ensinam aos discípulos entorpecidos que a nação periférica acha-se no

meio de um círculo infernal: não tem desenvolvimento porque lhes falta tecnologia, e não a tem porque é subdesenvolvida. Já mostramos a invalidade deste sofisma, que se tivesse sido aplicado no passado aos atuais povos dos países desenvolvidos do Ocidente, os levaria a permanecerem eternamente na posição intelectual secundária que ocupavam então em relação à cultura oriental.

Mas não basta aos ideólogos da dominação difundir o alienador conceito da tecnologia. Querem também mostrar, por argumentos projetivos, que se tal é a situação no presente, no futuro será ainda pior. Com isso liquidam de vez qualquer fio de esperança que por acaso ainda restasse aos países atrasados de se lançarem a um planejado esforço de superação do seu estado. O truque consiste aqui em projetar no futuro o conceito atual de tecnologia por eles admitido. Para desmascarar a manobra, cumpre em primeiro lugar mostrar não serem legítimos os habituais conceitos de tecnologia proclamados pelos especialistas ingênuos a soldo dos interesses metropolitanos. Para começar, diferem entre si, o que impede desde logo falar em “conceito” de tecnologia, como se fosse uma noção evidente, axiomática ou experimental a respeito da qual não houvesse discordância de opinião. Ora, importa justamente frisar, numa atitude defensiva, que neste ponto transparece inofismavelmente a diversidade de modos de pensar, em grande parte correspondendo à concepção da técnica que cada filósofo, sociólogo ou tecnocrata adota. Estando, em geral, presentes várias versões, faltando apenas a correta, a de cunho dialético, os mentores da cibernética ou especialistas de outros ramos científicos avançados ficam embaraçados nas múltiplas definições por eles mesmos propostas, sem lograr acordo. Por conseguinte, torna-se evidente não ser possível alguém, o filósofo ou o sociólogo do país opíparo, esclarecer o significado futuro da tecnologia quando não sabe com certeza em que ela consiste no presente. Para o pensador crítico encontra-se aqui um precioso índice da fragilidade das concepções teóricas agora debatidas como coisa certa. Garante o direito, que lhe cabe, não somente de analisá-las e refutá-las, mas sobretudo de substituí-las pelas que lhe sugerir a compreensão da realidade fundada no ponto de vista existencial não idealista. Para os técnicos metropolitanos, o futuro, sendo a dimensão esperada do tempo, desempenha o papel de caixa de ressonância, destinada a reforçar o tom da compreensão atual. Somente esta tem verdadeira importância, por isso convém aos pedagogos do amestramento acrescentarem-lhe as imagens do futuro para dar maior firmeza e convicção às idéias expostas. O futuro perde então o caráter dialético existencial que efetivamente tem, no sentido de ser intervalo de tempo dado ao homem para viver, no exercício da capacidade criadora impossível de prever-se senão em traços gerais desde já, para se converter no eco do presente, no estribilho da

atualidade. Com isso fica assegurada a solidez da presente dominação, e ainda dissipam-se os temores de vir algum dia a desmoronar.

A reflexão sobre o futuro da técnica não deve ser obra dos técnicos ou dos seus imaginosos repórteres, os “futurólogos”. Ao contrário do que poderia parecer a quem se detivesse apenas na observação formal do processo da tecnologia, não cabe aos técnicos de uma especialidade científica, enquanto especialistas, fazer a teoria da própria especialidade. É isto porque tal especialidade não existe isoladamente, mas pertence a um todo lógico, epistemológico fundado no processo da realidade objetiva e unicamente se explica em função da totalidade. A vulgarmente chamada “especialidade” científica não passa de um conveniente modo limitado de conceber a totalidade do real, explorá-la e conceituá-la em algum aspecto. O especial estabelece a forma particular em que se apresenta o universal. A elaboração de uma teoria, mesmo especial, tem de ser obra dos filósofos ou dos pensadores sociais, que, antecipadamente, (a) percebem tratar-se de uma questão genérica de caráter epistemológico, não podendo, portanto, ficar à mercê dos estritos conhecimentos particulares de qualquer sábio ou técnico; (b) compreendem o fundamento do problema e o entendimento do papel da lógica na construção das teorias científicas, na modalidade inicialmente formal e na apreensão universal dialética. Somos forçados a denunciar o engano da suposta habilitação preferencial do especialista para compor a teoria geral do seu campo de saber e as projeções no porvir por ela autorizadas. A análise epistemológica geral, que, muito naturalmente, não constitui prática obrigatória de nenhum homem de ciência particular, tem de ser produto da cooperação do pensador, do lógico e do cientista especializado. Ficamos desde logo avisados da temeridade inconsciente dos irrequietos escritores científicos que envergam a túnica dos áugures. Assim como não adianta a um homem subir numa escada para ver de cima a própria cabeça, assim também o especialista ao se tornar cada vez mais profundamente especializado, não ganha, por esse simples fato, condições para elaborar a teoria, a generalização inteligível, da sua especialidade. A projeção das criações tecnológicas no futuro não pode ser deixada aos especialistas, desconhecedores das exigências filosóficas, mas acreditando estarem habilitados a fazê-la por poderem apresentar, a título de credenciais, as notáveis realizações e indiscutível capacidade em seu campo de estudo. O cientista ou aceita a colaboração da instância filosófica superior ou se arrisca a vagar ao sabor da própria ingenuidade, quando não se degrada a fazer o papel de porta-voz dos grupos industriais que protegem seus objetivos sob o manto das teorias confeccionadas sob medida e devidamente subvencionadas.



Independentemente dos interesses ideológicos transparentes nos vaticínios tecnológicos, onde quase sempre é impossível traçar as fronteiras entre expectativa justificada, de um lado, e a imaginação irresponsável, o atrevimento infundado e a má-fé de outro, vale a pena assinalar o vício lógico da manobra intelectual, na grande maioria das vezes explicável pelos ponderáveis proveitos que a motivam. De fato, segundo os aedos da tecnologia, esta, por efeito da rápida transformação que imprime ao mundo, renova-se com velocidade cada vez maior, conforme apontam os escritores quando fazem exaustivamente a história das técnicas de produção, do volume e velocidade da extração de matérias-primas e da elaboração de produtos de consumo. Assim, são eles os que mais intensamente proclamam a rápida mudança do conteúdo da tecnologia. Nada indica, evidentemente, estar o processo na iminência de esgotar-se ou cessar. Por conseguinte, deve-se naturalmente admitir que o conteúdo da tecnologia do futuro será extremamente diferente do atual. Ora, o argumento dos apologetas da dominação consiste na extrapolação formal e linear do conhecimento tecnológico atual para o futuro, projeção imaginativa que permite o desencadeamento de alucinantes especulações. O argumento logicamente leva à conclusão oposta à pretendida pelos expositores. Com efeito, quanto mais for acentuada a idéia da crescente aceleração das mudanças tecnológicas, mais estas tendem a se tornar imprevisíveis. No limite, a única coisa certa a dizer é que nada se pode dizer ao certo sobre o futuro. Não percebem os inexperientes astrólogos que, ao contrário do que fazem, insistindo na imaginável velocidade das transformações, conviria logicamente aos seus propósitos apresentá-las como lentas, tão lentas que permitem projeções sensatas para o futuro. Mas, justamente de acordo com o conceito que têm da tecnologia, deve esperar-se ocorrerem insuspeitadas transformações qualitativas, segundo de fato ensina o pensamento dialético. Porém, assim sendo, repetimos, fica perdida a base, cara aos arautos do regime presente, oferecida pela tecnologia atual para delinear as projeções futuras. Os ideólogos metropolitanos acham-se colhidos nas tenazes da evidente impossibilidade de escolher. Se insistem na estabilidade da base tecnológica atual para, a partir dela, imaginarem as realidades do futuro, ou confessam ter de recorrer a vôos imaginativos, ou têm de se limitar a projeções sóbrias, de reduzido alcance. Se de outro lado, porém, negam a constância, embora relativa, da base tecnológica presente, para afirmar a calidoscópica seqüência de transformações, admitindo que o porvir deriva do estado atual, o futuro perderá qualquer viso de compreensão antecipada, podendo ser tudo quanto qualquer escritor julgue dever ser. Os mestres dos centros reitores desejam domesticar o futuro nos moldes a eles convenientes, e para tanto encenam

fantasiosas imagens dos tempos vindouros, mas em contrapartida estão obrigados a imobilizar a tecnologia usual a fim de servir de ponto de apoio, supostamente lógico, para desempenharem os cenários do futuro. Se admitissem o caráter verdadeiramente original de toda técnica, e a relação com as bases sociais que a explicam e sustentam, ficariam desmoralizados em suas travessuras futuroológicas. Ora, essas “aventuras” não são empreendidas para fornecerem, sob o aspecto sempre emocionante da fantasia científica, as mensagens ideológicas endereçadas ao leitor desprevenido a fim de convencê-lo de que o futuro está sendo preparado agora tão radioso quanto será, predizem os iluminados, se lhes for deixada, aos econômicos e políticos dirigentes por quem falam, a liberdade de ação reclamada para a consecução dos grandiosos objetivos entrevistos. A domesticação do futuro consiste de fato na domesticação do presente, única realidade que interessa aos detentores do poder imperialista. A tecnologia, em especial a cibernética, nada tem a ver com essa usurpação moral e intelectual indignamente praticada em nome do progresso científico. A ciência sempre conduziu o homem para o futuro, porquanto nisso se resume permanentemente sua função. A marcha ascensional explica-se pelo incremento da racionalidade humana produzido pelo progresso científico ao penetrar aspectos ainda não desvendados da realidade do mundo físico e social. A única “futurologia” possível é aquela que se apóia não na técnica enquanto tal, mas na racionalidade crescente da humanidade, um de cujos efeitos objetivos particulares manifesta-se precisamente no progresso da técnica. É lícito, tem cabimento por exemplo, dizer que o futuro verá o desaparecimento das guerras internacionais, tornadas obsoletas e contraproducentes, quando as condições tecnológicas das nações mais avançadas levarem-nas a um empate absoluto e definitivo, o que determinará o desvio das forças produtivas, ora aplicadas pela consciência das classes dominantes do imperialismo agressor na produção de armas e pelos países ameaçados na corrida à procura da paridade como único recurso possível para concretizarem, com graves prejuízos para o bem-estar de seus povos, a legítima intenção defensiva. Será então o momento em que o progresso técnico se fará inequivocadamente no plano do desenvolvimento cultural pacífico, representando a entrada da humanidade na fase realmente histórica, humanizada, de sua existência.

Na competição cultural livre e sem limites impostos por carências materiais, condicionadas pelo interesse de dominação, desaparece a maior parte dos fatores, ligados à base econômica, que outorgam superioridade às atuais potências, porque sendo a inteligência e o espírito artístico criador um bem universal, distribuído equitativamente a todos os povos, os presentemente subdesenvolvidos

terão compreendido que unicamente se julgavam inferiores, inclusive na produção científica e cultural, porque a atmosfera de alienação que respiravam os levava a fazerem de si mesmos a imagem distorcida e desencorajante neles insuflada pelos gênios metropolitanos. A pintura mexicana, a música brasileira ou a coreografia senegalense são valores absolutos, que na perspectiva mundial são conservados em plano secundário por efeito do peso do poderio econômico das metrópoles, que ditam as condições de reconhecimento oficial da cultura chamada superior. Enfeitiçam, com o emprego dos recursos financeiros de que dispõem, aplicados pela força nos meios de comunicação de massas, a consciência alienada do país dependente para obrigá-lo a acatar com reverente admiração o produto das áreas hegemônicas. Fazem o povo pobre e submisso perder o gosto de si mesmo, de sua arte, costumes, língua, atitudes típicas e caráter próprio, tudo esquecido, submergido, substituído pelo estilo e modo de ser, trajes, jeitos, maneiras de falar, feitos particulares a uma tradição alheia de ver o mundo, imposta pela sutil propaganda que lhe insinua ser verdadeiramente culto e adiantado se aceitar comportar-se como uma humilde, e aliás desprezada, duplicata da realidade do colonizador. O caminho no sentido da progressiva desalienação da consciência periférica está desde agora traçado, e será inevitavelmente seguido pelos povos subdesenvolvidos, em consequência exatamente do relativo excesso de desenvolvimento das metrópoles. Com efeito, grande parte das condições a que estão obrigadas para manter a superioridade é constituída pelo êxito da impregnação cultural operada nas áreas periféricas, onde os valores alienados precisam penetrar com o caráter de veículos ou de cobertura da apropriação econômica. Mas, sendo verdade que na fase atual a confusão causada pelo derrame dos valores científicos e artísticos exteriores mostra-se extremamente nefasta e impeditiva da produção e crescimento de novas formas lídimas da consciência cultural de si, da conservação do ser nacional próprio dos países vassalos que aspiram a libertar-se, não é menos verdade que os valores autóctones são os únicos capazes de poderem sempre ser reconhecidos autênticos pelos povos pobres, que a eles têm de se apegar-se porque só neles encontram sua verdadeira imagem. Chegar-se-á então a esta situação contraditória, imensamente auspiciosa: enquanto no plano puramente tecnológico os povos atrasados não podem de momento suportar a competição com os avançados, o esforço que os últimos realizam por dominar economicamente as áreas subdesenvolvidas desperta nelas a consciência de estarem em condições no plano cultural de se equipararem aos intrusos, pois em matéria de plêiade de valores os seus são para elas tão valiosos quanto os dos dominadores para estes mesmos. Assim, a competição que, no território tecnológico, ofe-

rece por enquanto bases para a manutenção, sempre histórica, provisória do desnível, revela poder ser desde já vitoriosa no campo cultural. Os povos atrasados, pela reintegração em si de seus valores artísticos autênticos, pela intransigente defesa deles e repúdio à intromissão desfiguradora exercida pelas formas culturais alheias, convertidas em instrumento de domesticação da consciência, julgada submissa, ganham o recurso que lhes faltava para terem a revelação da sua verdade e enfrentarem com vantagem o adversário. Sendo a cultura a manifestação natural do prolongamento da hominização, não caberá apenas à técnica e à ciência avançadas representarem a superioridade cultural da metrópole, mas ao lado delas ascendem, com maior força constitutiva da consciência de si, os valores artísticos da área subjugada. Se a afirmação, feita por alguns autores, de que a consciência cultural total tem o máximo valor libertador dos povos dominados, estampa o lema da verdade. Porque essa consciência corresponde simplesmente à exigência de maior racionalidade, na compreensão de si mesmo e do mundo, finalidade que nenhum homem pode recusar.

### *5. O futuro, projeção ideológica da tecnologia*

Para os dominadores tem significação decisiva conservar a esperança das massas trabalhadoras suspensa à previsão da idade da fartura, a chamada “civilização afluyente”, a fim de distraí-las da desastrosa curiosidade de examinar a origem dos infortúnios presentes. Em nome de um propósito legítimo, o de desvendar e programar o futuro, o que os interessados na ideologização da técnica desejam resume-se em fazer o homem viver na imaginação uma idade vindoura feliz, como se nela se encontrasse e desde agora soubesse o que vai ser. Na verdade, pretendem que o homem, o trabalhador de hoje, não se inquiete com as injustiças atuais, porquanto foi convencido de que os defeitos do mundo presente resultam de imperfeições tecnológicas ainda não corrigidas pela ação da inteligência. Com isso, as bases materiais de uma realidade social, sem respeito pela ação dos homens no trabalho e na luta contra as forças opressoras, são transformadas em problema intelectual abstrato, científico, o da invasão de melhores técnicas. Faz-se preciso traçar quadros audaciosos atraentes, ofuscantes do que serão as condições da existência num futuro imprecisamente distante, quando o homem for servido por robôs, deslocar-se em velocidades fantásticas, para lugares também fantásticos, os satélites e planetas. Ao serem pintadas estas imagens mirabolantes, o que os ideólogos do poder fazem crer é que todos os homens participarão por igual das venturas da próxima Idade de Ouro, quando no máximo ocorrerá a realização de extraordinárias experiências

científicas, por exemplo viagens cósmicas, das quais apenas insignificante punhado de bravos pioneiros participará. Além disso, as façanhas desse gênero não implicam a modificação das bases sociais nem do país rico e avançado nem, com mais forte razão, dos situados na penosa faixa da espoliação, subalternidade e subdesenvolvimento. Basta à razão hegemônica possuir alto nível tecnológico e portentoso poderio econômico.

Deixando de lado o aspecto visivelmente propagandístico do anúncio do futuro porvir, contudo fundamental enquanto “cobertura” ideológica para os interesses sociais e políticos dos centros imperialistas, se examinarmos o conteúdo lógico da chamada “futurologia” verificaremos que a rigor não trata o futuro como futuro e sim como presente. Supõe em princípio poder-se sempre exprimir os fatos e situações porvindouras em termos da realidade atual, mas esse engano tira todo valor objetivo às previsões de médio ou longo alcance, as quais, exatamente pela inexpressividade atual, assumem a figura de ficções científicas. Não sendo possível pensar senão com as idéias existentes no presente, sugeridas pela história do desenvolvimento cultural até o dia de hoje, o que será chamado “futuro”, em sentido longínquo e indeterminado, não passa de uma combinação fantástica das suposições atualmente concebidas, necessariamente função das condições materiais circunstantes, tendo de original exatamente o caráter imaginário das inúmeras combinações possíveis. O que de fato irá acontecer no curso da história conserva-se imprevisível no conteúdo, no detalhe concreto, apenas podendo ser predito no sentido tomado pelos acontecimentos. Desde já temos o direito de anunciar, como em qualquer época, é que o futuro consistirá na contínua evolução das contradições humanas, cuja resolução corresponde ao constante progresso da hominização. Existencialmente, significa isso a ampliação do domínio da razão e o aumento da liberdade do ser humano. A pretensão de fixar os modos de existência e os valores do futuro incorre na ingenuidade de querer fazê-lo segundo a maneira pela qual podemos hoje pensá-lo com o nosso entendimento atual do que seja “o futuro”, submetendo-o aos projetos e interesses atualmente influentes na criação de nossas concepções. Mas o conceito de “futuro” sendo uma das dimensões da existência humana, tem caráter eminentemente dialético, e portanto variável para cada fase do tempo. Por conseguinte, a palavra racional está em dizer que o “futuro” é função do futuro. Se podemos pensar o que será a realidade daqui para diante isso acontece porque o fazemos em função de um dia, chamado “hoje”, que constitui na verdade o futuro de um tempo passado. O mesmo acontecerá com cada momento do porvir cronológico, o qual condicionará a imagem que os indivíduos pensantes nele situados farão relativamente ao tempo a es-

tender-se adiante deles. Por isso, toda construção imaginativa denominada “futuroológica” pode chamar-se indiferentemente “presentologia” ou “passadologia”. A importância da atual investida propagandística revestida do título de “futurologia” deriva, em primeiro lugar, do esquecimento das considerações aqui consignadas, mostrando o caráter inteiramente relativo e impreciso que possuem; em segundo lugar, da natureza ideológica envolvente dessa nova repetição da velhíssima tentativa de antecipação dos tempos, inspiradora das utopias periodicamente produzidas pela literatura filosófica. No passado, pelas mesmas razões de hoje, sempre foram ensaios ideológicos, destinados a consolar os sofrendores, mediante a esperança de descobrir os meios para levar a humanidade à bem-aventurança pela qual, com justa causa, anseia. Com o nome de utopia, ou de futurologia, o produto vem a dar no mesmo, simplesmente variando as intenções da consciência ingênua elaboradora de tais visões. No passado, em várias épocas e situações sociais, foram os ideólogos das classes oprimidas que se lançavam à comovente empresa de fazer a humanidade entrever uma réstea de esperança. Mas houve também pensadores, entre eles, em posição eminente, Platão, a quem os atuais futurólogos deveriam venerar na qualidade de padroeiro dos atuais futurólogos, que, colocando-se a serviço das classes superiores, fizeram do futuro a tela onde projetavam as fantasias justificadoras de sua má consciência.

Toda pretensão profética incorre nesta contradição lógica: o que se pensa hoje dever ser o futuro será o passado quando se realizar. Ou seja, estamos na verdade, sob a aparência de projeções que pretendem ser científicas, elaborando imagens às quais damos o valor de futuro quando serão de fato o passado do futuro. Não fosse o aspecto ideológico não haveria futurologia, a não ser na qualidade de gênero confessado de ficção literária. Na definição do futuro o parâmetro decisivo reside na escala de tempo. Os escritores do gênero costumam tomar, nos dias de hoje, por ponto de referência, para nele situar o “futuro”, o ano 2000, visto constituir o término do milênio atual, aspecto naturalmente excitante da imaginação da platéia. Mas nada existe para justificar a especial previsibilidade do futuro com relação a essa época, como se fosse o caso do retorno de um cometa periódico. O futuro compõe uma dimensão permanente da história e, assim, um modo de percepção pela consciência da temporalidade inerente ao fluxo dos acontecimentos naturais. No campo social, o futuro configura-se pela possibilidade de transformações sociais revolucionárias e pela realização de criações do pensamento, particularmente o exercício do poder inventivo, que determinarão novas formas de organização da sociedade e das mediações tecnológicas. Não será em virtude de um determinismo mecânico, cau-

sal, rígido, fatal, que chegaremos à era vindoura da humanização, mas pelo estabelecimento das mediações entretecidas com os demais. O futuro não representa um estado físico da realidade, uma data ou fase no correr da história, mas significa um valor humano qualitativo, um modo de ser original das relações entre os homens. Define-se pela instituição de uma sociedade capaz de criar a humanidade do futuro, para a qual as realizações técnicas por grandiosas e profícuas que sejam permanecerão sempre o secundário, o subordinado, e a existência humanizada, livre de contradições antagônicas, o essencial.

Com efeito, consideramos o futuro como a possibilidade a nós oferecida de alcançar uma realização diferente, superior de nosso ser. O crescimento fisiológico do organismo dá fundamento à perspectiva de nossas potencialidades, que sabemos dependerem do tempo para encontrarem meios de florescer. Em termos estritamente precisos o futuro é a dimensão do tempo sentido por nós como condição da concretização de nossas possibilidades de ser. Mesmo para o indivíduo em fase de declínio orgânico, pela idade avançada a que chegou, o futuro existe sempre não só na condição de possibilidade efetiva de realizar alguma coisa mais na vida pessoal, enquanto esta não se extingue, porém ainda significa a visão antecipada daquilo que dá sentido à existência do homem e espera ver materializar-se. Não havendo quem conheça a extensão definida do seu tempo restante de vida, o futuro define apenas o espaço da realização do desejável, pouco importando se a concretização do esperado cairá na parte a ser efetivamente vivida ou se estará situada além da fronteira existencialmente intransponível para cada indivíduo. Explica-se assim o engano primário cometido pelos escritores de imaginação exaltada quando povoam o futuro unicamente de estupendas criações materiais. O leitor passa por cima delas e coloca-se na extremidade do que foi descrito, perguntando o que será o futuro, porque este começará então depois de realizadas as coisas prometidas ou previstas. A insanável ironia da “futurologia” consiste, por paradoxal que pareça, em nunca chegar a falar realmente do futuro, porque este escapa sempre através das descrições e se estende para a frente além do limite daquilo imaginado. É tal se dá por uma razão extremamente simples, porque o futuro uma vez descrito deixa de ser futuro, perde o sentido do incognoscível do tempo e se confunde com o “já a ser visto”. Compreende-se assim o motivo do fracasso de toda a futurologia enquanto projeto ideológico. Isso acontece porque a substância da esperança não consiste num mundo farto de incalculáveis objetos mecânicos e assombrosas conquistas tecnológicas mas na constituição de novas formas de existência para a humanidade. Se na realização destas os extraordinários produtos da técnica desempenham papel de máxima importância, nunca

passam de formas de mediações, para efeito de propiciar a transformação das relações entre os homens, a criação de uma nova sociedade, condição única para a aquisição da melhor realidade humana. Deste modo parece-nos lícito dizer que a “futurologia” eloqüente euforicamente desenhada por economistas e sociólogos a serviço do imperialismo constitui alguma coisa pior que um erro; é uma inutilidade. O homem, em última instância, não está interessado em saber com que máquinas irá conviver mas com que homens. Outra maneira de dizer a mesma coisa: o que o homem espera do futuro não são melhores máquinas, que lhe dêem maior conforto, mas melhores homens, formando uma sociedade fraterna, sem riscos, privações, angústias e explorações.

Toda tentativa de descrever o futuro pelas invenções miraculosas e deslumbrantes conquistas da ciência não passa de uma projeção mecanicista, formal, semibocó, e na verdade, de fato uma erudita tolice fantasista, daquilo que por essência só adquire significação inteligível enquanto condição existencial. A matéria do futuro não pode consistir no desenrolar dos acontecimentos físicos da natureza, que sabemos só possuírem história na perspectiva da inteligência humana, embora com fundamento no curso dos fenômenos que se processam no tempo físico, curso independente da consciência. Exclusivamente a sociedade dá ao tempo distante o suporte exigido para defini-lo no verdadeiro valor de existencial do homem. Por isso a qualidade da sociedade determinará a qualidade do porvir. O futuro espelha o modo de existência do homem futuro. Nesta frase a palavra “futuro” aparece duas vezes; na primeira refere-se à condição do homem, na segunda a uma dimensão cronológica. Por não perceberem a diferença, os chamados “futurólogos” aventuram-se a pintar a realidade longínqua no tempo por vir com os recursos retirados da percepção da existência atual, sempre ligada à situação de classe e aos interesses ideológicos de cada qual. Bem sabemos que esses particulares espécimes de aventureiros cruzados com cientistas não poderiam proceder de outra forma. Importa-nos particularmente assinalar que todos, sem exceção, transformam a tecnologia na fada benfazeja ou na maldosa bruxa incumbida de engendrar o futuro. Incidem então em nova, e talvez mais grave, incorreção, obrigando-nos a catalogá-la entre os traços da consciência ingênua. Referimo-nos à confusão entre tecnologia do futuro e futuro da tecnologia.

A diferença entre as duas noções tem notável importância para o estabelecimento do conceito crítico de “tecnologia”. Enquanto a primeira está sendo constantemente preparada e construída pelo natural e incoercível avanço da ciência, com os conhecimentos e a técnica atualmente empregados, sendo portanto o desenvolvimento destes seu campo próprio, o futuro da tecnologia com-



pendia uma noção abstraída do modo social de produção. Está portanto em cada época na dependência das condições que o determinam nesse momento, condições simultaneamente preparadoras da sua renovação e do advento de nova formação histórica na vida da sociedade. A tecnologia do futuro é um fato técnico. O futuro da tecnologia é um fato social. O presente determina ao mesmo tempo a tecnologia do futuro e o futuro da tecnologia, mas por dois processos conceitual e objetivamente diferentes. A tecnologia do futuro prolonga necessariamente a do passado, através do presente, porquanto deriva da acumulação de todos os conhecimentos científicos e da experiência de seus efeitos práticos na criação de instrumentos de maquinismos e instalações, que cada época recebe das anteriores. Não há entretanto continuação uniforme, ou apenas quantitativamente crescente, porque o simples fato de realizar-se o engrandecimento do saber conduz a situações de crise no campo teórico e de esgotamento na fecundidade inventiva, permitida por um conjunto de conceito, princípios ou leis, empírica ou idealmente estabelecidos e aceitos até então com pleno acatamento, obrigando a pesquisa científica a efetuar às vezes viradas, em certos casos espetaculares, a fim de encontrar novos caminhos de progresso. Mas, em todo, a tecnologia de um dado momento revela-se ser função da cultura possuída pela humanidade em tal tempo e só engendra a sucessora em virtude da lei inelutável da existência, a incessante procura da solução das contradições objetivas enfrentadas pelo ser humano. A tecnologia do futuro pode encontrar representação ao longo de um eixo, atravessando as fases anteriores, prosseguindo no presente mas, apesar de freqüentes irregularidades, sem jamais perder a continuidade. Por isso estabelece um processo que admite ser apreciado em sua própria dimensão, no curso da substituição dos espécimes maquinais, aparelhos e procedimento operatórios, o que constitui a história da técnica relativa a determinado modo de atividade e de interesse humanos. Assim, torna-se exequível, e tem sido feita por vários autores, a descrição dos tipos de veículos de que a humanidade se serviu desde a aurora da civilização até hoje. O mesmo cabe dizer de qualquer outra técnica, a da relojoaria, da administração das finanças públicas ou da terapêutica, por exemplo. Os engenhos construídos, os procedimentos metodológicos ou os comportamentos avaliadores que materializam um particular gênero de técnica, formam uma linha ininterrupta capaz de ser apreciada em seu exclusivo curso. Claro está ter havido sempre numerosos fatores influenciando a todo momento os meios de transporte empregados por um grupo humano, em especial definido pela constância da finalidade visada, a natureza dos objetos e materiais a transportar e, para o transporte individual, os padrões de conforto aceitáveis no tempo. Em qual-

quer linha de desenvolvimento tecnológico evidentemente em última análise o condicionamento decisivo será de ordem social, resumindo-se nas imposições com que as exigências da produção social, aparecendo igualmente sob a forma de sugestões, muitas vezes a título de modificações de um objeto, instrumento ou processo em uso, carregam o espírito dos sábios e inventores. Por isso, a sociedade constitui o fundamento último da evolução tecnológica, mas ao considerarmos o conceito de tecnologia do futuro, podemos com caráter simplesmente analítico isolar os dois cursos específicos, o das realizações práticas e o das construções teóricas, considerando à parte um do outro, ignorando momentaneamente a determinação social de ambos e referindo-nos a cada máquina ou hipótese científica como fruto das realizações congêneres imediatamente anteriores.

Quando, porém, mencionamos o futuro da tecnologia estamos falando em sentido geral, englobando numa totalidade todas as produções vindouras. Constitui um ponto de vista pelo qual é posto em relevo o fator social que determina o futuro e colocando em segundo plano, em obediência à atitude metodológica, a acumulação do conhecimento necessária para atingi-lo, o conteúdo da consciência social científica de cada época. Ao falar do futuro da tecnologia, não sabendo nós precisamente em que vai consistir, nem quais serão as criações reais, somente podemos afirmar com certeza ter de ser aquele que as necessidades da produção social vindoura determinar. Por conseguinte, a evolução do processo social condicionará diretamente o surto tecnológico do porvir, e embora a mesma coisa tenha sempre acontecido no passado, não acentuamos na segunda aceção a dependência com relação aos artefatos atuais mas o condicionamento entre o estado de uma sociedade atual, seu regime de produção, e o que terá no futuro. A transição entre etapas sociais no desenrolar do processo produtivo, a passagem a outros modos de convivência humana, expressos em novos tipos de regimes políticos, será a determinação fundamental das alterações do curso das técnicas. É o homem em definitivo quem dará, pelas exigências produtivas não abstratas, imaginárias ou gratuitas, mas efetivamente vividas em função das técnicas possuídas em cada tempo, um futuro à tecnologia, no mesmo ato, e em razão dos mesmos objetivos, pelos quais dá uma nova forma de existência a si mesmo. O presente determina o passo seguinte na direção do futuro, não simplesmente quanto à possibilidade de criação de novos métodos, instrumentos e máquinas originais, mas sobretudo das idéias, inclusive as concepções fantasistas dos sondadores do futuro. A ficção científica, literária ou de intenção ideológica sub-reptícia, certamente não cessará, mas não podemos imaginar em que consistirá quando tiver de conceber o futuro do

futuro. Nada parecerá sem dúvida mais ridículo aos olhos dos homens ainda por nascer do que as “ousadas” alucinações escritas e filmadas hoje a propósito daquele tempo. Serão seguramente incorporadas à literatura utópica, como fazemos agora com obras de visionários do passado, muitos dos quais, para criticar o estado social da época na qual viviam, refugiavam-se no futuro, descrevendo-o às vezes com detalhes só compreensíveis para quem acabasse de regressar de uma viagem ao paraíso.

## 6. *As bases sociais do futuro da tecnologia*

Nossa capacidade de projeção dos fatos históricos é extremamente limitada. No terreno científico há um alcance de visão um pouco maior, porque as relações causais podem ser mais objetivamente percebidas, porém em compensação torna-se mais rigoroso o espírito crítico, impondo a sobriedade de expressão. Torna-se impossível, evidentemente, fixar limites ou datas, mesmo porque variam para cada linha tecnológica particular. No entanto, a experiência passada mostra-se sempre em um índice fiel, que deveríamos acatar. Os autores habituados a praticarem à rédea solta a ficção científica, mas reclamando as insígnias de pensadores sociais, valem-se de um argumento que somos obrigados a mencionar. Declaram que se estivéssemos no passado também julgaríamos fantásticas as idéias de invenções convertidas agora em realidade banal. Acusam-nos então de falta de perspectiva e sensibilidade históricas, como se repetíssemos a acanhada visão dos críticos de antanho. Nossa atitude, segundo esse modo de ver, seria reacionária, estreita, provinciana e mesquinha, pois estaríamos nos negando a reconhecer o tremendo potencial de progresso da ciência, insuspeitável em suas criações. Nada mais improcedente. Manifesta-se na presente objeção simplesmente a confusão entre previsão de fatos e previsão de direções de desenvolvimento. Sabido é que Leonardo da Vinci previu, e até esboçou, máquinas voadoras e, mais próximo de nós, Julio Verne imaginou grande número de descobertas e façanhas humanas que se tornaram realidade em nossos dias. Certamente tais são antecipações da obra do gênio inventivo, ainda impossibilitado de concretizar os projetos por falta de recursos técnicos apropriados e principalmente pela insuficiência no conhecimento das propriedades dos corpos e das leis dos fenômenos naturais que permitiriam tornar reais aqueles vaticínios.

Seja-nos lícito, porém, observar que o argumento aqui consignado a título de objeção não se dirige na verdade contra o modo de pensar exposto nestas linhas, e sim, ao contrário, fala a favor dele. Com efeito, desejamos dizer exata-

mente que devemos nos comportar em relação ao futuro do ano 2000, ou que outro seja, como Leonardo se comportou, a saber, prever as linhas pelas quais seguirá o desenvolvimento da tecnologia, sendo impossível fixar prazos para a concretização de um projeto ou anunciar os meios materiais de levá-lo a cabo, pela simples razão de que se dispuséssemos de tais elementos não estaríamos nos referindo ao futuro mas ao presente. Ora, a futurologia especializou-se justamente em violar este comedido princípio, indo além das normais previsões do curso do processo histórico, por exemplo na resolução dos problemas objetivos que agora ainda nos afligem, dando por suposta a existência dos meios para tanto. Deslizando por esse plano inclinado naturalmente tem de cair no terreno da fantasia, porque se possuísse o conhecimento ausente e necessário para a realização do projeto atual nada impediria pô-lo em prática, apenas com isso tirando-lhe o caráter de projeto para o futuro.

O conceito de projeto mostra ser decisivo para a compreensão do futuro, e merece que o aprofundemos devidamente. Nele se unificam os aspectos subjetivos da práxis humana. Enquanto idéia concebida pela inteligência, refere-se à construção de algo no tempo vindouro e consiste na precipitação da consciência para as épocas distantes no tempo a desenrolar-se à sua frente. Mas não revela apenas o funcionamento, sempre projetivo de novos artefatos, característico do pensamento que, com os conhecimentos adquiridos, vê-se forçado a pesquisar mais além o conteúdo ainda incógnito da realidade, e sim mostra que esse modo de proceder pertence à essência da consciência, que não se reduz à reflexão dos dados perceptíveis imediatos e à conservação dos recolhidos de experiências passadas, porém projeta, quer dizer, lança para a frente, antecipa o ser real do homem, identificado com o criador daquilo que deseja saber e produzir. Talvez não seja inadequado dizer que a capacidade projetiva da consciência, por certos filósofos modernos, retomando um velho conceito idealista e nesses termos originais imprestável, chamado “intencionalidade”, se exprime ainda com maior profundidade, no conceito de “aventura”. A palavra adquiriu um significado banal, mas a nós importa indicar que recolhe um sentido profundo e quase insuspeitado, ou pelo menos fora do campo de percepção intelectual. Por isso passou a ser usada livre e descuidadamente quando os escritores se referem à “aventura do homem”, referindo-se à capacidade de enfrentar o perigo, à ousadia da penetração no desconhecido, por um impulso irracional ou lúdico. De todo modo, no emprego vulgar da palavra falta a referência ao fundamento racional da atividade “aventureira” humana, à natureza íntima da consciência, por ela revelada, e seu desempenho no plano da realização existencial; muito admiramos os frutos científicos ou esportivos do atrevimento do

arrojo das ações humanas julgadas “uma aventura”, e a intemorata decisão move o homem a tentar realizar algo, aparentemente impossível. Se contudo analisarmos melhor o conceito indicado, e sobretudo se atentarmos para o significado original da palavra “aventura”, perceberemos que neste termo acha-se condensada a experiência da realidade do ser humano, desde as origens. De fato, “aventura” representa o prosseguimento, em português, do vocábulo latino *aventura*, isto é, *ad ventura*, a “ida às coisas que hão de vir”. O termo português, e bem assim os equivalentes espanhol, francês e inglês, retrata exatamente esse movimento, a tendência para o futuro, o lançamento na direção do que está para chegar, ao reunir a preposição latina *ad*, significando “movimento para”, “em direção a”, com o particípio futuro do verbo *venire* (veja-se o verbete próprio em *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de F. J. Caldas Aulete, 3ª ed., Lisboa, 1948, igualmente N. Webster, *Dictionary of the English Language*, 2ª ed., 1944; *Diccionario de la Lengua Española* de la Real Academia Española, Madri, 1947; *Larousse Universel*, Paris, 1922; *The Concise Oxford Dictionary of Current English*, 3ª ed., Oxford, 1949; e outros mais, da importância das obras de Felix Gaffiot, Santos Saraiva, etc.). O homem é portanto o único ser vivo que busca a aventura, a marcha (cf. os cognatos grego βαίω, βάσις, o alemão *Kommen*, de *venio*, Hermann Menge, *Lateinisch-Deutsches Schulwörterbuch*, Berlim, 1911) na direção daquilo que há de vir, em síntese o futuro. A última palavra, sendo o particípio do futuro do verbo *esse*, exprime literalmente “aquilo que há de ser”. O homem revela-se portanto o ser definido pela aventura de ser, isto é, faz as coisas que “hão de ser”, as *ventura*, tornarem-se o objeto de sua busca, da projeção da consciência. O aproveitamento da expressão “aventura” pelos literatos fê-la ocultar o entranhado sentido existencial nela contido, não deixa transparecer o significado de revelação da natureza do homem. Por isso, a ânsia para alcançar o tempo que há de vir constitui a mais íntima estrutura da consciência, que se percebe muito mais exatamente qualificada pelo ainda não feito, mas pretendido fazer – no conceito de “pretender” está dito o estender diante de si –, do que por aquilo já conseguido e armazenado na memória, fruto colhido de experiências de “aventuras” passadas.

O futuro estabelece a dimensão suprema da consciência, aquela na qual o homem se encontra consigo mesmo, quando dá forma e realidade ao projeto concebido. Daí não poder haver maior traição à essência autêntica do homem do que a transformação em suposta ciência, em “futurologia”, do campo natural e exclusivo do desempenho humano. A “futurologia” por definição tem de ser impossível na qualidade de conhecimento sério. E é impossível porque se

opõe ao futuro, que representa o desdobramento, a ampliação por via racional do ser do homem. A “futuurologia” – na forma em que vem sendo trombeteada pelos batedores ideológicos dos interesses econômicos e culturais dos centros hegemônicos, para a exibição de poderio e pasmo intelectual dos modestos, dóceis e agradecidos alunos das regiões marginais do mundo, incapazes de submeterem à crítica autêntica, e não ao fastidioso comentário, aquilo que lêem nos livros metropolitanos traduzidos – não passa portanto de uma grotesca mistificação do verdadeiro papel da ciência, a qual, sendo conteúdo da consciência cognoscitiva, serve para o exercício da atividade distintiva do homem, a criação do seu projeto de si, de sua “aventura”. Mas o termo precisa ser entendido em absoluto e rigoroso sentido dialético, e não na vulgar referência literária dos acidentes da vida humana. O homem é aventura porque “vai” “ao que vem”, ou seja, define-se pela mobilidade da consciência, que ao realizar seus projetos constrói a história e se ergue acima do fluxo apenas evolutivo da matéria impessoal. Nenhum outro ser, inerte ou vivo, tem futuro, pois tudo quanto lhe pode acontecer no tempo adiante está prescrito pela causalidade linear da sucessão dos fenômenos físicos ou pelas leis da evolução biológica, que não pode compreender nem modificar. O homem, no entanto, ao compreender a historicidade em que a consciência envolve a temporalidade do universo exterior, cria o futuro enquanto dimensão do tempo adiante de si, para prendê-lo de acontecimentos dos quais será o autor. Assim, a aventura, o “ir ao que vem” traduz o encontro dele com ele mesmo, do eu projetante com o eu projetado. A história pregressa da humanidade foi constituída pela série dos projetos dos homens e por isso, embora paradoxalmente, talvez seja perfeitamente lícito dizer que a única “futuurologia” possível é a que se espelha no passado. A rigor só compreendemos objetivamente o futuro na condição, para nós hoje, de passado de um tempo anterior, no qual os homens de tal época o projetaram. As criações vindouras da humanidade serão sempre portentosas, pois esta qualidade lhes cabe por eutanásia, porquanto serão sempre julgadas tais, desde que se consuma a solução de alguma grave contradição enfrentada pela espécie. A aventura mostra-se portanto, em seu legítimo significado, mais um traço existencial do homem, descoberto e explicado pela lógica dialética não idealista. O homem, por necessidade do desenvolvimento biológico, agora no terreno cultural, jamais sente uma dificuldade real, uma aporia como problema fútil, excetuado, claro está, o exercício das atividades lúdicas esportivas ou desvairadas. Toda contradição verdadeira tem significado grave, e somente este traço justifica a preocupação com a solução dela, convertida em projeto da consciência diante do estado do mundo. Por isso, o homem unicamente entende por fu-

turo, no sentido de “aquilo a que vai”, o que lhe interessa vitalmente. Ora, acontece que as exigências desse gênero nunca são individuais, do contrário nunca reuniriam a unidade de esforços intelectuais e morais necessários para satisfazê-las. Ao dizermos “o homem”, precisamos logo acrescentar que nos referimos ao universal concreto, e não à abstração individual. Por isso temos de empregar categorias de apreensão desconhecidas pelo pensar formalista, exclusivas da análise e da explicação dialéticas. Mas a indicação da necessidade de raciocinar com o emprego de um conceito universal concreto revela que o plano dialético do pensamento neste caso identifica-se com o plano social. Somente as exigências sociais sentidas pelo indivíduo o movem a pesquisar o incógnito, a preencher o tempo adventuro, e a criar, na condição de instrumento modificador da realidade, a tecnologia, objeto permanente da aspiração de toda *mantéia*, mística ou presumidamente científica.

Os máximos problemas da medicina atual, a cura das moléstias degenerativas ou a supressão do envelhecimento são evidentemente linhas de pesquisa que a humanidade irá trilhar até encontrar os meios de extermínio desses males. O mesmo se dirá da criação de novos meios de transporte ou de instrumentos para superar vários tipos de resistências da matéria. A tecnologia do futuro será sempre constituída na condição de tecnologia atual do tempo vivido, pois ninguém jamais a sentirá como localizada no futuro. Não temos a percepção do futuro ao vivermos as extraordinárias conquistas da ciência que por toda parte nos cercam, e de que nos servimos a cada instante. E no entanto assim são, se medidas pela visão centrada sobre épocas anteriores, às vezes extremamente próximas. O importante porém está em compreender que o futuro da tecnologia acha-se ligado ao modo de produção atual. Os homens estão simultaneamente construindo o presente e lançando neste as condições de onde germinarão as realidades do porvir. Daí a decisiva significação do estado social atual para a determinação do futuro. Esta reflexão dá fundamento aos esforços da consciência social contemporânea avançada para prosseguir na luta pela conquista de mais forte poder de decisão coletiva e definir cada vez com maior precisão os objetivos humanos. Porque não se trata simplesmente de usufruir melhores relações de convivência entre os homens no dia de hoje e sim de assentar as bases que possibilitarão o surgimento dos modos melhores de produção técnica para benefício da humanidade no futuro. A revolução do futuro está sendo feita hoje, assim como a de agora manifesta o afloramento da que foi preparada no passado, tanto mais influente quanto mais recente.

A idéia de que a revolução futura deve ser deixada para o futuro mostra-se inteiramente ingênua à análise histórica. Não germina no tempo senão o que

foi plantado anteriormente. Os aspectos social e político das revoluções definem a expressão mais ampla e positiva das transformações que a lógica do processo histórico traz consigo. Mas não sendo um acontecimento subjetivo, deriva da ação das relações de produção a que as massas trabalhadoras estão submetidas nos diferentes períodos do trânsito histórico. A força das idéias progressistas parece abstrata enquanto as idéias se conservam de fato abstratas, são recém-abstraidas da percepção crítica da realidade existente no momento. Mas têm por destino converterem-se em determinantes concretos da atividade humana, quando as condições do desenvolvimento da consciência das massas capacitarem as multidões de trabalhadores a se apossar dessas representações, por enquanto teóricas e antecipadoras, e lhes dar corporificação concreta em movimentos materiais de transformação da sociedade. No curso do processo, que originária e essencialmente significa o desenvolvimento da racionalidade da existência humana, tem de efetuar-se concomitantemente o projeto e a realização da evolução tecnológica. Tal é o motivo pelo qual o futuro da tecnologia está intimamente dependente das bases sociais que o preparam desde agora, e o irão concretizar adiante. Não há evolução tecnológica autônoma, independente do advento de novas modalidades de convivência humana. Supor ser verdade o que vai expresso nesta última proposição corresponde não apenas a incidir numa quase cômica ingenuidade intelectual, explicável pelos poderosos impulsos ideológicos estimuladores da divulgação de tal simploriedade, mas equivale sobretudo a confessar a limitação formal do pensamento, somente habilitado a oferecer uma visão prospectiva linear. Para tal compreensão o futuro acha-se situado no fim da linha de visada, e os pontos que a constituem são ligados pelas exclusivas relações causais do determinismo mecanicista. Mas a atitude correta é a dialética, a única que nos ensina não a olhar um ponto adiante no tempo, mas a descortinar um horizonte envolvente infinito, no qual se contém todas as contradições com as quais os homens se defrontarão algum dia, dentre as quais avultarão, chegando a hora da solução, aquelas que maior significado tenham para as exigências da humanidade em cada momento do porvir. O conceito de “horizonte” possui significado dialético, em contraposição ao de alvo ou “ponto” de chegada. O homem nunca chega existencialmente a ponto algum, mas está sempre se movimentando no círculo de um horizonte ilimitado, ampliado a cada nova conquista da ciência e da justiça social. A noção de “horizonte” tem cunho dialético porque revela ser o receptáculo de todas as possíveis contradições em que o homem terá de se achar envolvido. O conceito de “horizonte” implica a escolha de direções, cada uma das quais admite a contrária. O homem deve ser entendido por definição como o contem-



plador dos horizontes e não na figura do caminhante obrigado a seguir ao longo de um trilho único. E por ter sempre à vista a amplitude de um círculo sem fim, deve pronunciar-se pela escolha de uma direção, não previamente oferecida, mas significativa de uma decisão da livre racionalidade. Ainda em função desta consideração, compreende-se ser a sociedade construída livremente pelos homens no futuro a que alicerçará a tecnologia então possível.

As criações técnicas do futuro e os modos de existência humana de então acham-se contidos, a título de premissas, nas condições atuais da realidade, mas não há lei causal ou determinismo mecânico utilizável para permitir prever com segurança a invenção. Se por um lado não há método operatório para descobrir a descoberta, por outro é certo que toda invenção está contida no conhecimento presentemente possuído. Aquilo que hoje nos parece habitual foi o fantástico de outro tempo, ou quando era apenas obra de visionários ou quando foi realizado em modelos embrionários. Reaparece aqui o mencionado paradoxo da futurologia, o qual consiste na verificação de que essa suposta ciência somente se tornaria possível mediante a negação do futuro. Efetivamente, o futurólogo, pelo simples fato de se julgar em condições de prevê-lo, já o constituiu, pelo ato mental de concebê-lo, descrevendo-o no estado de presente. Além disso, não o pode prever senão com as idéias atualmente disponíveis, precisando para relatá-lo e explorá-lo das palavras e modalidades de raciocínio de uso inteligível no presente, as quais, por força das próprias razões invocadas, poderão ser diferentes quando o tempo distante tiver chegado. Essa atitude mostra-se tanto mais paradoxal e realmente contraditória quanto ao mesmo tempo o futurólogo afirma que naquela distante região do tempo vigorarão modos de expressão lingüística e procedimentos, na maior parte maquinais, por ora insuspeitados. Deste modo, o simples ato de enunciar em palavras qualquer coisa sobre o futuro já nasce formalmente contraditório, ininteligível e inútil. Vemos nessa atitude a confissão plena de quem pretende falar de uma coisa declarando ao mesmo tempo não saber o que é. Nem sequer se tem o direito de usar os vocábulos preferidos, porque tampouco se está seguro de conservarem no tempo vindouro referido o sentido que ora eles emprestam. A contradição inerente a toda profecia consiste em destruir-se a si mesma, ao tornar presente o que, por hipótese, deve ser imprevisível e longínquo. Mas assim sendo, a atitude profética, por mais que se cerque de aparatosa documentação, crie abstratos “modelos” matemáticos de análise e prospecção e entregue às máquinas calculadoras a deliberação e os planos para configurar a realidade, confunde-se com a essência da irracionalidade. Os economistas metafísicos, os chamados “cientistas sociais” e os tecnocratas, desprovidos de compreensão dialética e

crítica, nada ganham em substituir por computadores o fígado das vítimas sacrificadas. Do ponto de vista lógico autêntico todos esses tipos de arúspices entregam-se a procedimentos intelectuais equivalentes.

Por isso faz-se mister estabelecer-se com rigor a diferença entre a profecia, atitude ingênua e irracional, quando não acontece ser patológica, e a prospecção científica, fundada na pesquisa do processo de evolução dos dados presentes da realidade, com o auxílio de métodos legítimos de análise lógica, formais e dialéticos. A ciência realmente nada prevê mas apenas pronuncia-se antecipadamente sobre a existência de algum acontecimento futuro em função do conhecimento atual do mecanismo natural que o produzirá, por exemplo um eclipse ou, em termos probabilísticos, o crescimento de uma população, por prazo curto. Fora destes casos unicamente formula hipóteses sobre o porvir, mas deve ter consciência de assim proceder. A invenção científica, pela qual se engendra a tecnologia do futuro, nada tem de comum com a ficção porque se funda no terreno sólido do conhecimento presentemente possuído. Só é possível inventar o que está em condições de inventabilidade, ou seja, aquilo que tem amadurecidas no dia de hoje as condições objetivas e subjetivas para se constituir em idéia apta a ser levada à realização material ou a ser incorporada, com caráter de novo conhecimento, ao plano ideal do saber teórico. A história das invenções do passado aparentemente mais revolucionárias no momento em que surgiram mostra, vistas da distância em que nos encontramos, acharem-se, por assim dizer, à espera da descoberta, estarem na corrente de idéias sazoadas no tempo, faltando apenas a dedicação e a perspicácia do gênio humano. Mas o interesse por uma invenção qualquer não surge fortuitamente e sim sempre em função das exigências sociais. Os rudimentos do magnetismo, no essencial, a noção da atração magnética, foram conhecidos desde a Antiguidade, mas não deram origem ao surto de pesquisa experimental e às formulações teóricas hoje ligadas àquele fenômeno por falta de base social que constituísse o conjunto de fatos físicos conhecidos em objeto de atenção e interesse científico. Na mesma época estavam se desenvolvendo outros conhecimentos, mas aquele permaneceu à margem por não ter despertado curiosidade intelectual, maneira superficial de indicar a ausência de base social adequada a motivar o estudo dele. A era espacial, pela qual se quer definir o período da história em que vivemos, é consequência lógica da acumulação de conhecimentos científicos da mais variada espécie, mas não se explica simplesmente por este aspecto quantitativo e sim pela relação com a base social, política e econômica das nações empreendedoras dessas complexas e admiráveis experiências, suporte que fornece o verdadeiro motivo para elas.

Deparamo-nos aqui com uma faceta particular do processo geral mediante o qual a consciência da fração dominante da sociedade se vê modelada pelas condições da produção material da vida. Quando no âmbito de uma comunidade se estabelece a divisão de níveis de aproveitamento dos bens de consumo e das oportunidades de acesso ao saber, são as classes regentes que se apossam, em proveito próprio, dos objetos de valor gerados pela técnica do momento e dos conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da ciência. Às massas desafortunadas cabe apenas o trabalho de extração ou criação das matérias-primas e a execução das operações transformadoras do substrato em objeto de valor consumível. As massas ficam por conseqüência excluídas da possibilidade de compartilhar do progresso da cultura, sendo-lhes negada a oportunidade de darem a contribuição de sua normal inteligência, além do inestimável acréscimo de qualidade, representado pela experiência direta, manual das propriedades dos corpos e fenômenos físicos sobre os quais operam. Estabelecida pela irresistível construção social essa injusta discriminação, os trabalhadores recebem logo a seguir a denominação de “incultos”, “ignorantes”, como se tais adjetivos se referissem a notas imutáveis, naturais, congêntas de sua natureza. A desumana divisão social, sobrecarregando com o trabalho pesado a maior parte dos homens e gerando a figura moral e inútil das elites, expulsa a maior parte da humanidade, composta de seres pensantes normais, e até mais bem dotados, em vista da experiência da realidade que possuem, do que o círculo, malevolamente estreitado, daqueles poucos eleitos, supostamente os únicos capacitados para a produção do saber e da invenção técnica. As sociedades antigas, escravistas, eram regidas por um decreto expresso nestes termos: quem sabe não faz, quem faz não sabe. Assim, a participação da inteligência da humanidade no avanço da ciência ficava numericamente reduzida, não porque faltasse capacidade às grandes massas humanas, mas porque, ocupadas segundo a idéia de que podiam fornecer força física de trabalho, nas mais baixas e penosas formas de labuta, estavam privadas do direito de colaborar na produção de novas idéias e maquinismos. A razão da exclusão é visível. Se as massas adquirissem condições culturais de conceber idéias que alcançassem curso social, a estrutura do sistema de dominação seria abalada, e jamais poderia permanecer em mãos da minoria privilegiada pela posse e uso dos bens da cultura. Para evitar o infausto desenlace, os grupos regentes, além de organizarem a força física coercitiva e os empecilhos morais, inclusive imaginárias razões de ordem teológica, necessários para subjugar os trabalhadores e mantê-los afastados das ocasiões de cultivo da inteligência, proclamaram a cultura um bem unicamente por eles possuído. As massas são vistas marcadas pelo signo da incultura, e

até hoje os ideólogos do poder repetem a mesma falsidade, propagando uma decisão arbitrária e interesseira das camadas dirigentes, em todos os tempos e formações sociais discriminatórias, que entre seus muitos e rendosos direitos incluíram o de proclamar quem é culto. Não foram sempre os escritores pertencentes às classes altas, ou dela serviçais, que promulgaram o que era a linguagem culta e qual formava o *sermo plebeius*, o falar do povo? A admissão dos postulantes aos sagrados recintos universitários e a faustosa cerimônia da outorga de “diplomas” representa a institucionalização dessa prerrogativa, ciosamente defendida. Por força de tais formalidades cartoriais, os admiráveis trovadores, os violeiros e ceramistas do nosso Nordeste não são pessoas cultas e, mais ainda, nem sequer são poetas, músicos ou escultores. Foi esse o mais odioso de todos os artifícios de dominação, porque teve longa eficácia histórica, impedindo realmente a colaboração da inteligência do povo no progresso da ciência e da arte. A perda do acesso à cultura na variedade letrada levou o desânimo e o conformismo de massas trabalhadoras, acabando por se convencer de sua fictícia inferioridade, sobretudo porque neste sentido eram doutrinadas pelos ativos ideólogos políticos, religiosos e filosóficos. Retendo em mãos o que convencionavam chamar de cultura, as minorias poderosas asseguram para si, juntamente com este, os demais privilégios sociais, inclusive o de pôr a seu serviço a inteligência criadora dos indivíduos de talento que excluía da camada superior. A exigüidade da produção e o atraso do progresso científico não as afetavam, porque essas noções são relativas sendo medidas pelos padrões históricos de cada época, e sempre os grupos dominantes se consideram satisfeitos, visto disporem do máximo de bens de conforto, arte e saber que seu tempo lhes oferece. A desumana relação continua a vigorar plenamente em nossos dias. Nas sociedades antigas, como nas atuais subdesenvolvidas, as massas são excluídas da colaboração no progresso da cultura porque as idéias que acaso venham a produzir são necessariamente idéias de homens da massa, e não podem deixar de trazer o signo dessa procedência, pois emanariam da consciência que se opõe à dos grupos refestelados. Trazem inevitavelmente implícito, mesmo em assuntos aparentemente inofensivos, o sentido de exigências de modificação das relações internas do sistema social, o que é anátema para os dirigentes. Além de defender-se por todos os meios contra tal eventualidade, proclamam o direito que somente a cultura tem de produzir idéias, e ao mesmo tempo identificam a cultura com a compreensão da realidade por eles possuída.

Repetimos a tese anteriormente enunciada: o futuro da tecnologia não deve ser confundido com a tecnologia do futuro. O primeiro consiste na realização

da racionalidade humana, o segundo limita-se a uma questão engenheiral, técnica. A tecnologia do futuro existe agora mesmo, pois a que temos identifica-se com a do futuro de uma época anterior. Por este aspecto podemos apreciar como se constitui, estudando a maneira pela qual a atual nasceu da precedente. Estamos de tal modo habituados a viver na dimensão do futuro, na atitude da aventura existencial, esperando as estupendas criações técnicas vindouras, que estas, quando se materializam, logo deixam de sensibilizar nossa curiosidade e atenção, porque já estaremos então ansiando por outras conquistas ainda mais assombrosas. O habitante dos centros metropolitanos precisa da propaganda dirigida para ser mantida no estado de maravilhamento, do qual, segundo dissemos nas primeiras páginas deste ensaio, decorre a concepção do mundo em voga. Para isso são instalados os canais de informação induzida, influenciando sem cessar sobre a consciência, primeiramente das áreas hegemônicas. Destas se irradia para o mundo subdesenvolvido a mensagem ideológica cujo conteúdo serve ao endeusamento dos centros de poder imperial e deve produzir o desencorajamento de qualquer tentativa de competição com eles. É preciso fazer crer aos indivíduos comuns de toda parte estarem vivendo numa época privilegiada, na qual a ciência e a técnica, naturalmente pertencentes aos grupos poderosos, resolverão sem demora os urgentes problemas de quem ainda tem qualquer motivo de murmuração contra a situação estabelecida.

Com a instilação de tão cândida idéia pretendem os ideólogos a tecnologia em Providência. Origina-se assim a teologia da tecnologia, procurando fazer crer aos trabalhadores dos próprios centros dominantes, e em seguida aos povos periféricos dependentes, estar próximo o dia da redenção. Com o auxílio da técnica, ou seja, pela execução de obras públicas e distribuição de aparelhos de conforto, serão resolvidos os males que afligem a humanidade pobre e dependente. Deste modo, tenta-se revestir a técnica de uma função messiânica que lhe é de todo inadequada e aproveitá-la na constituição da nova escatologia apresentada com a fisionomia final do progresso da ciência. O conhecimento científico acabaria por absorver em si o destino da humanidade, coisa que muito alegra os filósofos domésticos dos grupos dominantes, porque acreditam significar essa “fase superior” o comando total e definitivo da humanidade trabalhadora pela minoria de privilegiados. Para nós, ao longo deste ensaio – mesmo quando involuntariamente possamos dar impressão diferente –, referindo-nos aos porta-vozes da tecnologia alienada, que exprimem sempre os projetos da consciência imperialista, importa-nos pouco o que dizem. Importa-nos, isso sim, o que querem. Os donos e diretores da política econômica espoliadora falam pela boca dos seus subordinados intelectuais. Se fosse para discutir opi-

niões alheias não gastaríamos tempo e tinta. Mas como o que dizem é apenas um instrumento para conseguirem o que querem, só para nos opor a este último objetivo somos obrigados a citar, analisar, esclarecer e refutar concepções que, de outro modo, não despertariam nosso interesse. Na verdade, os exploradores pretendem fazer por sua conta e antecipadamente o seu Juízo Final, sabendo, ou pelo menos pressentindo obscuramente, e temendo, que se o não fizerem com urgência os povos explorados do mundo inteiro o farão pelas próprias mãos. Mas a técnica, sendo uma mediação, não funciona no papel excelso e demiúrgico de Providência e sim no de mercadoria, tem preço, não sendo oferecida senão à custa do valor da força de trabalho. Por conseguinte, a felicidade que a tecnologia promete espargir na Terra depende da intensificação do trabalho, especialmente das áreas atrasadas, e dentro dos planos racionalmente traçados, o que significa na condição em que agora se executa, pois somente os rendimentos que proporciona possibilitarão as despesas dos grandes empreendimentos, da pesquisa, do ensino de alto nível, da construção de protótipos, da invenção e custeio de arrojadas experiências científicas. Pela maneira como as massas trabalhadoras souberem se conduzir na atividade social, política e econômica, estarão decidindo não apenas do conteúdo da tecnologia do futuro, daquilo que irá ser inventado, construído e posto à venda, mas da maneira pela qual o homem futuro se relacionará com os produtos da tecnologia. Esta noção tem valor capital.

A compreensão formalista e estática dos sociólogos da técnica inclui, sem discuti-la, a idéia de que o progresso representa o prosseguimento, ampliado e melhorado, do estado presente das relações de produção. Os que assim pensam sabem que advirão novas invenções e insuspeitadas criações tecnológicas, com as quais a humanidade se beneficiará, mas anunciam em tom dogmático que a possibilidade da realização dos maravilhosos inventos e proveitos do futuro acha-se na dependência da continuação da atual estrutura e convivência, indubitavelmente excelente, pois a todo momento está dando provas de fecundidade, com inegáveis vantagens para todos os homens. Por conseguinte, não somente se recusam a aceitar as perspectivas dialéticas, ou sequer discuti-las, porém acreditam serem as concepções intelectuais por nós defendidas, além de falsas e inoportunas, perigosas e nocivas, porque, injustificadamente, propõem ou prevêem uma modificação do sistema em vigor, que, caso viesse a acontecer seria daninha aos interesses do conhecimento e da expansão tecnológica. Noutras palavras, por que mudar um estado de coisas que não demonstra falibilidade ou impotência? Se há defeitos a corrigir, e certamente os há, tomem-se as medidas indicadas, planejando racionalmente a correção desejada, tanto mais

quanto esta depende precisamente do avanço da técnica. Portanto, dizem os doutores da lei, os mestres do pensamento ortodoxo bem remunerado, nossa atitude não somente é errônea mas ilógica. Pedir a cura do mal sem antes esforçar-se por descobrir o remédio revela um comportamento insano. Assim, o próprio reconhecimento das insuficiências sociais presentes converte-se, pelo recurso ao providencialismo da tecnologia, em argumento apologético a favor da conservação do sistema de convivência que as gerou. Inegavelmente, explorado com habilidade, esse raciocínio capcioso mostra-se capaz de angariar adeptos. À custa porém de duas suposições, implícitas, não examinadas, e ambas igualmente falsas: (1) Primeiramente, sob a condição da técnica ser aquilo que dela dizem os defensores de tal sofisma; (2) em segundo lugar, supondo-se que o processo histórico se desenrole sem leis autônomas, decorra independentemente da vontade humana, podendo ser governado diretamente pela influência da tecnologia do momento, na verdade pelas invenções dos grupos dirigentes, mantidas nos subterrâneos das grandes organizações industriais, que as possuem na condição de propriedade privada.

Os pensadores apegados ao ponto de vista formal têm necessariamente de conjurar a dialética da história, espírito mau que os persegue. Para tanto, invocam a tecnologia e conferem ao curso específico do progresso da técnica um poder mágico, que jamais possuiu, o de modelar a história, quando a verdade consiste exatamente na afirmação oposta. A técnica não faz a história de uma sociedade, mas esta engendra a técnica que lhe é acessível. As transformações das estruturas sociais não são obra da técnica, personificada na figura da agente causal independente, mas das leis objetivas que governam a relação da atividade humana com o mundo, em função da percepção consciente adquirida pelos homens no ato do trabalho social produtivo. O homem, ao descobrir as contradições em que esbarra, concebe as soluções possíveis e as leva à prática com o auxílio dos meios disponíveis, entre eles, com natural papel relevante, os de caráter técnico. Não depende da vontade de ninguém em particular, mas da vontade coletiva das grandes massas haver no curso da história momentos de remodelação das relações sociais quando a intensidade de seus efeitos sobre a vida do povo atinge um grau que as torna insuportáveis. O fato das relações antigas terem frutificado em valiosos bens para a humanidade apresenta acontecimento normal, tendo ocorrido em todas as formações históricas, pois não pode subsistir nenhum regime totalmente inumano, porquanto antes de chegar ao estado extremo terá desaparecido. A conta dos benefícios de qualquer sistema existente não o justifica intrinsecamente, porque não está dito que outro, ao substituí-lo, não proporcione maiores proveitos. Os elogios às realizações de

uma formação histórica, por verídicos e justos que sejam, não fundam nenhum direito, pois jamais conseguirão provar que a substituição da situação existente por outra não venha a ser benéfica. Afirmar o contrário será pronunciar-se dogmaticamente pela asserção negativa, numa análise operada no plano das possibilidades. Ora, o que de nossa parte afirmamos consiste apenas na seguinte evidência: o futuro pode ser melhor. Por conseguinte, enquanto nós discutimos possibilidades sem sair do plano das possibilidades, o que parece ser o regular procedimento lógico, os adversários pronunciam-se sobre o futuro possível em forma de asseverações negativas dogmáticas. Nenhuma das duas suposições acima referidas implícitas na argumentação dos apologetas do conservadorismo social tem validade. Nem a tecnologia possui função terapêutica dos “males” sociais, pois unicamente existe por constituir a solução de contradições reais entre o ser social do homem e a natureza, nem a marcha da história tem de ser preservada numa direção determinada e invariável, aquela julgada pelos espíritos iluminados necessária para a continuidade do engrandecimento e extensão da tecnologia. Todos os regimes sociais tiveram e têm suas técnicas. Se no passado foram mais primitivas e menos rendosas, tal se deve às condições sociais que determinavam a impossibilidade de melhor aquisição de conhecimentos sobre a realidade. A escolha dos rumos da evolução social não se decide na consciência das massas pela comparação abstrata de possibilidades de progresso tecnológico, mas pela expectativa de melhores relações de convivência entre os homens. Secundariamente, e a título de corolário inevitável, é lícito afirmar que toda decisão no sentido da libertação de maior número de possibilidades de concretização das aptidões humanas redundará em crescente aproveitamento da inteligência criadora, e portanto, em última análise, em mais prósperas condições de invenção tecnológica. A libertação do homem das opressões sociais, entre as quais se contam as que pesam sobre a capacidade intelectual, estabelecerá seguramente a criação de um futuro ampliado para a evolução tecnológica, que é função da evolução cultural do ser que a produz.

## 7. *Os equívocos a respeito do “destino do homem”.*

### *A pergunta “Quem produz o produtor?”*

Nos círculos dos comentadores ingênuos e semifilosóficos ouve-se dizer com freqüência que o maior problema de nosso tempo consiste na relação entre o homem e a técnica. Esse modo de falar, sabendo-se de onde procede, mantém-se propositadamente vago, abstrato, apenas sugestivo de alguma coisa que não fica bem definida, porém a imprecisão constitui exatamente o ambiente ecoló-



gico ótimo para o florescimento e transmissão de mensagens ideológicas recebidas por consciências predispostas à passividade. Se alguns, por candura de espírito ou ponderáveis interesses pessoais, examinam aquele imaginário conflito entre conceitos abstratos e concluem em sentido otimista, acreditando ser a técnica o fator que decidirá favoravelmente o destino do homem, outros, hipocôndriacos por natureza, mas equivalentemente primários, inclinam-se pela eventualidade oposta e prenunciam calamidades. Ambos os grupos têm de comum ligarem o destino do homem à técnica vindoura, julgarem que a tecnologia põe em jogo o destino do homem. Esta pode ser considerada a ingenuidade-padrão. O que a tecnologia põe em jogo é o futuro da tecnologia. Não ter compreendido este truísmo constitui uma das falhas mais visíveis e daninhas da presente consciência social dos centros de dominação imperialista. Quem põe em jogo o destino do homem é o homem. Serve-se da tecnologia para o bem ou para o mal. Esta última não deve ser tomada em sentido vulgar, antes da necessária análise crítica, do contrário acaba sendo um viveiro de sandices e primarismos que, infelizmente, não será possível esclarecer agora, sem entrarmos numa digressão. Suponhamos, entretanto, que aceitemos a formulação banal e de uso corrente, importa-nos verificar, de um lado, a lógica interna, fundamentalmente dialética, inerente ao processo do desenvolvimento tecnológico, no qual cada realização instala no terreno da realidade condições objetivas e no pensamento do cientista condições subjetivas, idéias, conhecimentos, que decidirão das realizações seguintes. Por isso, a tecnologia não decide do destino do homem mas é este que, pelo modo como usa a tecnologia atual, dentro das coações impostas pelas relações sociais com os semelhantes e possibilidades de operação sobre a natureza, enquanto instrumento de pesquisa, decide do destino da tecnologia. O vício de toda concepção que entrega o destino do homem a fatores estranhos a ele, sobrenaturais ou naturais, mas de sua criação, consiste na ignorância do papel produtor que, por necessidade, o homem tem de exercer para prosseguir existindo.

A tese fundamental da dialética existencial não idealista tem por enunciado a proposição que define o homem como o ser que produz a sua existência. A ela já nos referimos repetidas vezes. Mas, julgamos conveniente retomá-la de novo para apontar-lhe posição inicial no curso de qualquer raciocínio sobre a realidade e a ação humanas. Não basta reconhecer a ação do homem enquanto produtor de si e de quanto fabrica, mas faz-se mister compreender que tal ação constitui a essência deste particular vivente. Por isso a pergunta pelo ser do homem não pode enunciar-se em termos metafísicos segundo a praxe da filosofia chamada existencialista, mas exige concretizar-se desde o primário momento

na representação deste ente em sua qualidade de produtor. Perguntar “que é o homem?” constitui já pelo simples emprego desta terminologia ingênua, documentadora da falta de conhecimento do correto ponto de partida da análise existencial não idealista, um desvio idealista, que, muito compreensivelmente, conduz ao reino metafísico do chamado “existencialismo”. Porque na generalidade em que é formulada, a questão não tem sentido. Não inclui um único traço existencial concreto capaz de permitir o acesso à verdade material correspondente à pergunta proposta. Ninguém deveria estranhar que suscite apenas especulações abstratas, se a própria indagação tem caráter abstrato e não visa a desvendar a realidade autêntica do ser social, trabalhador, do homem, mas exatamente a encobri-la, enquanto vai entretendo os “pensadores” e outros aflitos letrados da mesma ala com debates ociosos, profundas especulações verbais e todos os demais recursos de que se pode lançar mão para não responder efetivamente a uma pergunta, dotada de sentido se exposta em outra linguagem e orientada por diferente pensamento. Do modo pelo qual é feita, destina-se a forçar os leitores a se ocuparem em discutir interminavelmente um *flatus vocis* e a se satisfazerem com cavilações metafísicas à guisa de explicação. Por exemplo, descobrir que o homem é “o ser que pergunta pelo ser” não passa de uma cândida e primária tautologia, que os metafísicos aceitam boquiabertos, julgando-a, em seu êxtase intelectual, profunda e satisfatória contestação à indagação feita. Ora, evidentemente, sendo proposta nos mencionados termos, a questão não pode ter senão um desfecho ingênuo, porque antecipadamente foi preciso admitir, está claro, que o homem é um ser, do contrário não se explica de onde poderia provir o enunciado, o som físico ou a frase escrita transmissoras da pergunta, que teria de ser declarada ininteligível, caso não se originasse do pensamento de alguém. Logo, a abismal resposta metafísica indicada, deslumbrante do intelecto de jovens existencialistas, equivale a dizer “o homem é o ser que pergunta pelo homem”. A resposta porém significa oferecer como atributo do sujeito a capacidade de realizar um ato subjetivo, o perguntar, mas sendo por hipótese o objeto do ato a essência do próprio sujeito, a frase não traz nenhum traço expositivo ou explicativo da realidade do mesmo sujeito, equivalendo simplesmente a uma reiteração indefinida da pergunta inicial. Dito de outro modo, a pergunta impossibilita a resposta concreta e inteligível, na qual seja exposta a realidade do sujeito a respeito do qual se indaga. A pergunta entende-se indefinidamente assim: “O homem é o ser que pergunta por quem pergunta por quem pergunta por quem pergunta...”. A resposta identifica-se com a pergunta, o que não parece representar um procedimento gnosiológico recomendável. Entretanto, colocada sob outra luz, isto é, apreciada pelo pen-

samento dialético não idealista, a pergunta adquire sentido concreto, tem razão de ser, e conduz a uma resposta exata, verdadeira e legítima. Com efeito, se há coisa pela qual o homem deve se interessar é saber em que consiste sua realidade, conhecer “o que é”, mas não será nunca no plano das especulações “existencialistas” que encontrará a desejada e natural contestação. Só a dialética do mundo material poderá fornecê-la.

O equívoco sobre o qual se fundam, com pretensões a sistema, as flutuantes e arbitrárias especulações “existencialistas” decorre da falta da menção de algum aspecto concreto na compreensão do conceito de “homem”. Para começar, escamoteia-se o fato de ser ele o interrogante; se este aspecto fosse denunciado, tornaria patente imediatamente a série formal vazia e não convergente acima apontada. Mas, por outro lado, havendo da parte dos filósofos dessa corrente a pretensão de partir da “pergunta absoluta original”, obedecendo a um cômico preconceito idealista, toma-se a idéia de “homem” sem a ela associar qualquer conteúdo concreto, e assim só se torna prototípica à custa de ter sido previamente esvaziada, despojando-se inteiramente arbitrária e infundada. Não possui o caráter “original” que lhe desejam atribuir, uma vez que para fazê-lo o homem precisa antes de tudo existir. Por conseguinte, a pergunta verdadeiramente primitiva só pode ser aquela que diz respeito à origem material do ente vivo e pensante que, posteriormente, será capaz de perguntar pelo ser, o próprio e o das coisas. Mas o ser do homem precisa já estar dado, caracterizado por um traço verdadeiramente fundamental, constitutivo dele, recebido do processo natural a que deve a origem enquanto espécie animal definida e apta, entre outras atividades, a “filosofia”. A compreensão da realidade social do homem dá-nos imediatamente a indicação do traço definidor, revelando a preeminência dele entre todos os demais igualmente constitutivos do ser humano. Tal traço consiste na qualidade de produtor. Convém sempre repetir, mesmo com o risco do enfado, que o homem é o ser que produz a sua existência, mediante a produção de tudo aquilo quanto sustenta-o, exprime-o, desenvolve-o e perpetua-o, incluindo-se nesse conjunto não unicamente as bases materiais da vida mas igualmente a criação das idéias, reflexos da realidade, que representam um produto específico da consciência conquistada na evolução orgânica. A própria pergunta metafísica, nestas linhas comentadas, afinal de contas, não passa de uma idéia, igual às outras, sendo por isso um produto humano. Encontramos aqui novo argumento em favor da posição por nós defendida. A pergunta pelo ser não pode gozar do privilégio da absoluta originalidade, sendo supostamente a mais primitiva porque antes dela vem pelo menos outra: “O que produz o homem com o poder de se tornar produtor da pergun-

ta pelo ser?”. Assim formulada a questão, a resposta é necessariamente encaaminhada a adquirir caráter concreto.

Reconhecida a natureza distintiva do homem como produtor, a fórmula mais ampla da pergunta sobre a essência dele tem de ser a seguinte: “Quem produz o produtor?”. No pensamento mais profundo e esclarecido do século passado, a propósito da educação do homem, tinha sido feita a indagação: “Quem educa o educador?”. O genial filósofo que a enunciou compreendia que o educador tem necessidade de ser ele próprio educado, mas não podendo essa função recuar ao infinito, pela sucessiva e ilimitada indicação de um educador precedente, descobriu a autêntica resposta: o verdadeiro educador do educador não estava no passado e sim no presente, envolve o atual professor por toda parte e sobre ele atua incessantemente. Essa particular atividade, quem a exerce não é uma pessoa, mas a sociedade que, com efeito, educa constantemente não apenas o educador, pela formação cultural nele depositada, mas igualmente o educando, o aluno, pois este só existe enquanto tal, a saber, enquanto ente que deseja ou necessita educar-se, porque a mesma sociedade, em qualquer grau de progresso cultural e tecnológico, o constitui como educável e exigente da educação que receberá do educador. O mestre representa uma figura simplesmente funcional dentro de um processo de absorção cultural, operando obrigatoriamente pela sociedade sobre todos os membros.

Se a mencionada resposta clássica no terreno da educação irradia incomparável luminosidade para se entender a natureza social do homem, parece-nos servir também para permitir darmos um passo adiante no caminho da apreensão da essência humana. O conceito que tanto preocupou os metafísicos nada tem de metafísico. A essência do homem, dada pelo conjunto de suas relações sociais, vê-se esclarecida quando sintetizamos esse conjunto na função que abrange todas as relações e diz respeito à variedade infinita das formas de ligação entre os homens, a função de produzir individualmente a existência social de cada um. Nossa sugestão alarga a perspectiva em que apreciamos a realidade do homem concreto, visualizando-a pela mais geral e absoluta das notas existenciais materiais, a função permanente e contínua de produtor de si. Embora seja fácil compreender o homem no papel de agente fabricante do que dele emana, tanto na produção material quanto na do conhecimento abstrato, teórico, científico, a questão a que precisamos dar resposta reside no estabelecimento da origem desse ser produtor, que é ao mesmo tempo o produtor de imensa quantidade de seres. Evidentemente, tal como no caso do educador, seria inepto dizer que foi produzido por outro homem precedente, porquanto revela-se também produtor, e inclusive já se sabia ter produzido aquele tomado

por objeto da indagação. Aparece neste ponto uma reflexão original, indicando a necessidade de aprofundarmos nosso esforço analítico muito além do que poderíamos esperar. Achemo-nos aqui numa bifurcação de caminhos lógicos, um dos quais representa a trilha correta, sendo o outro falacioso e conduzindo-nos a uma conclusão errônea. Com efeito, apresentam-se neste momento dois modos de pensar, o formal e o dialético, na qualidade de métodos para atender à indagação discutida. O caminho formal indica a impossibilidade de remontar no tempo ao longo da sucessão dos produtores de produtores, classificando tal tipo de raciocínio entre os vícios de argumentação bem conhecidos, o regresso ao infinito. De fato, encontramos-nos nessa estrada improfícua se nos colocamos na perspectiva formal. Adotando porém o caminho dialético, a mesma modalidade de raciocínio muda de qualidade, adquire novas propriedades, perde o cunho de erro lógico e oferece o fundamento para a construção da legítima resposta. A diferença entre ambos os procedimentos lógicos deve-se à especial natureza da relação que liga os termos da série temporal quando considerada dialeticamente. Não se trata no segundo caso de elementos abstratos, mas de seres vivos, cada um dos quais produz o seguinte num processo específico que, embora se repita, nunca se faz de modo formalmente idêntico, mas sim evolutivamente, ou seja, ultrapassando o simples enquadramento no modelo de iteração invariante dos resultados. Na verdade, a produção de um produtor humano pelo que o precede não equivale a uma simples produção mas a uma reprodução. O primeiro produz o segundo porque o engendra. E com tão elementar consideração abre-se o caminho para nos fazer ver estarmos em face de um processo material biológico, no qual, simultaneamente com a extensão temporal da série, há mudanças de qualidade, variações de estruturas orgânicas, acréscimo de profundidade e inauguração de funções no produto em cada momento da história natural e depois cultural.

Nada falta dizer para se perceber que só a lógica dialética nos pode esclarecer a este respeito. O primeiro resultado consiste em afastar liminarmente a figura do “regresso ao infinito”, ficando portanto entendido não ter sentido fazer referência a um único termo da série, o imediatamente precedente, na produção de um qualquer dos produtores. É indispensável recorrer à série toda, equivalente ao crescente processo da antropogênese, para encontrar o produtor de todos os produtores. A natureza, pelo processo de hominização, a partir do tronco animal do qual se diferenciou o ser em via de antropomorfização, determina a criação biológica do homem enquanto animal e fornece as condições para prosseguir o processo mediante o desenvolvimento de um tipo particular de relações entre os indivíduos, que cria o campo social onde continuará o de-

senrolar da evolução sob a forma única de expansão cultural. Nesse terreno a noção de “produtor” continua válida, porém com características inteiramente originais. Acontece um salto qualitativo, fenômeno que só a dialética tem recursos lógicos para esclarecer. O processo de hominização consiste de fato na passagem do animal que não produz ao homem que produz. As conseqüências da presente reflexão, no que respeita à interpretação da essência do homem, são decisivas.

Descobrimos neste ponto o verdadeiro fundamento do processo econômico na realidade do homem e seu papel na constituição da história. O plano da economia não pode ser aceito na condição de princípio e base da existência social do homem por um postulado *a priori*, atitude que daria caráter idealista e metafísico a toda construção que sobre ele se viesse a assentar. Tem de fundar-se na resposta dada à pergunta verdadeiramente primordial “quem produz o produtor?”. Se a economia trata do processo da produção e circulação dos bens materiais de uso humano, tem de apoiar-se no conhecimento da origem da capacidade de produzir possuída pelo produtor, sem o qual não existiria enquanto fato histórico o fenômeno que estuda, nem ela própria com o caráter de ciência objetiva. O dado inicial da compreensão da realidade humana e do curso da história só é realmente o de caráter econômico, conforme legitimamente ensina a concepção não idealista da história, porque no fato econômico se espelha todo um outro processo, que o antecede e o engendra, a evolução biológica, possibilitando o surgimento de um animal produtor, destacado qualitativamente dos seus ancestrais não possuidores da mesma capacidade. Com efeito, a produção de um bem, fenômeno que irá ser objeto da ciência econômica, revela-se um ato dúplice, porque não cria simplesmente o produto material enquanto tal, mas cria simultaneamente o produtor, o homem que, em razão da ação fabricadora praticada, progride no curso do processo de hominização, agora na fase cultural. Em virtude da produção, penetra mais profundamente no conhecimento da realidade física e social, e adquire um acréscimo de saber que representa um passo avante no processo da constituição de si por si, pois engrandece sua capacidade de refletir na consciência a realidade material. A importância capital da economia enquanto base do desenrolar da história e condicionamento das formas de relações entre os homens não constitui um axioma gratuito de um particular sistema filosófico, mas um dado irrecusável de certeza primária, que deve à evidente universalidade a desatenção em que é tomado pelos espetaculares e filosóficos nefelibatas. A teoria econômica, bem como a filosofia que a interpreta corretamente são possíveis em virtude da propriedade cognoscitiva do cérebro humano, que se organiza, ao longo da evolu-

ção biológica, em condições de refletir fidedignamente a realidade não produzida pelo homem, o universo em geral. Dessa propriedade procede o poder criador que estrutura fisiologicamente o homem na condição de ser pensante e o habilita a se converter socialmente no produtor dos bens de que necessita. Mas tal transformação, embora nos fundamentos seja anatômica e fisiológica, não teria podido instalar-se e desenvolver-se, chegando a originar-se uma nova espécie viva, destacada precisamente em razão dela, se o homem, à medida que se ia tornando produtor, pelas operações exercidas sobre os corpos exteriores, não se realizasse como ser social. Reuniram-se os indivíduos da mesma espécie em agrupamentos vitais, onde começaram a despontar formas qualitativamente novas de vínculos entre os componentes, as relações sociais.

Com o surgimento da sociedade e a organização do trabalho dá-se a passagem do período puramente biológico da evolução hominídea para o cultural. Este novo aspecto é absolutamente decisivo. O homem não se humanizou sozinho, individualmente, nem na aurora da existência, nem em qualquer outro momento da história, inclusive na época atual. Em todos os tempos, os conhecimentos que adquiriu e as técnicas que inventou tiveram a função de vínculos de ligação social no desempenho do trabalho, e por isso foram os decisivos agentes impulsionadores do processo de humanização, que não terá término. Não se tornou produtor exclusivamente por força do processo de encefalização e, em geral de aperfeiçoamento do sistema nervoso e do desenvolvimento da capacidade de registro e comunicação dos aspectos da realidade. Ao longo da escala animal, os dois fenômenos fisiológicos também se observam. Tornou-se produtor porque o decurso do processo de antropogênese passou a fazer-se, de certo momento em diante, em condições sociais. À sociedade deve o homem imediatamente a faculdade de se haver convertido em produtor, graças ao aproveitamento de possibilidades anatomofisiológicas que a evolução orgânica lhe ia concomitantemente propiciando; no âmbito da sociedade o produtor caracteriza-se então como produtor econômico. O qualitativo “econômico” cabe-lhe por efeito das relações sociais em que ingressou e de que não pode se desvencilhar, porque – sabemos agora – o traço existencial de “produtor” exige o exercício dessa atividade em regime de convivência humana. Deste modo, a pergunta de que nos ocupamos neste item, “quem produz o produtor?”, tem realmente o caráter primordial que lhe atribuímos, mas não admite resposta invocando apenas o processo biológico sobre o qual se fundamenta, em última análise, a atividade considerada. Obriga a reconhecer a entrada do animal produtor no plano das relações sociais, o que significa o aparecimento, no custo da evolução, de novo sistema de leis objetivas, qualitativamente superiores, mais

complexas, através das quais passam a vigorar, nos efeitos sobre o homem, as leis biológicas, de maior generalidade. Por conseguinte, a resposta à pergunta enunciada tem de ser esta: quem produz o produtor é o processo biológico de hominização na sua forma superior, social. Chegamos então à síntese dialética dos dois aspectos. Só seria possível compreender o ser social do homem através do processo biológico que o vai constituindo como um animal dotado anatômica e fisiologicamente de condições para se tornar um produtor, em virtude da racionalidade adquirida. Mas, inversamente, o ser biológico do homem não será compreendido senão invocando a realidade social desta única espécie animal, particularmente a condição de autor e executor da cultura, do conhecimento, da ciência, que lhe fornecem os instrumentos para se interpretar a si mesmo e à totalidade do processo universal de evolução da matéria viva, de onde deriva e que nele culmina.



CAPÍTULO

XVI

TECNOLOGIA, ESCATOLOGIA  
E CLASSES SOCIAIS

*1. O progresso técnico e os problemas morais*

As sociedades marginais, atuais ou do passado, puderam dar a impressão de permanecerem estáticas por milênios, simplesmente porque nelas a acumulação do saber se fazia com extrema lentidão. Mas se levarmos em conta que, pelo menos nos tempos históricos, ao lado daquelas havia outras empunhando na época o bastão de comando e nas quais se desenvolvia o máximo de atividade criadora então possível, conclui-se que, em caráter global, a humanidade sempre esteve empenhada no presente de cada fase histórica em decidir do grau de progresso futuro. Contudo, para compreendermos esse progresso devemos distinguir dois aspectos, relativamente definidos cada um em seu campo, embora interdependentes: (a) a criação dos avanços técnicos, corporificando o relacionamento do homem com o mundo exterior; (b) a criação das relações sociais de produção, estabelecendo o modo de convivência dos indivíduos uns com os outros. Por não ter sido claramente distinguido um aspecto do outro, gerou-se a infundada noção de ser a técnica o *fatum* do homem. Na verdade, a técnica condiciona o destino da técnica. Mas o homem, ao constituir o regime social no qual se instala para se tornar criador, absorve o processo subalterno, fazendo-o entrar a título de componente no processo superior, o de caráter existencial, identificado à sua própria realidade, relacionada com os semelhantes no movimento comum de desenvolvimento da cultura. Assim, o que se deve ressaltar em conclusão é a preponderância do homem, que nunca deixa de ser o fator decisivo e último de tudo quando tem significado humano. O homem só se comunica com a natureza pela mediação das condições sociais. A situação intensifica-se e amplia-se com a expansão, o chamado “avassalamento” da técnica, ingenuamente julgada envolvente do homem. Na perspectiva gnosiológica não há fenômeno natural puro, embora evi-

dentemente a natureza e todos os seus acontecimentos precedam a existência da consciência e dela sejam independentes. Enquanto objeto de conhecimento, porém, o fato natural alcançado pela consciência cognoscitiva torna-se fato humano, pois o simples interesse em defini-lo, estudá-lo, aproveitá-lo constitui um acontecimento da realidade do homem. Ao fazer essas ações, o homem, concretamente o pesquisador, o cientista, está decidindo simultaneamente do futuro da técnica e do seu próprio destino. Desde que começaram a existir as formas de estrutura da matéria viva que permitiram o surgimento da consciência, capacitada para apreender os dados da realidade, refletindo-os fidedignamente, o mundo passou a ser, quanto ao desenvolvimento da ciência, um fato humano.

A essa condição ligam-se, está claro, problemas morais, mas não se referem ao simples “uso” dos instrumentos fabricados pelo homem e sim dizem respeito primordialmente às finalidades incluídas no projeto humano de existência. A guerra, com todos os horrores multiplicados pela potência dos maquinismos e artefatos bélicos, não pode ser definida como consequência “má” do uso da técnica, mas é consequência “má” da finalidade de limitado grupo de homens, que, em cada época, têm o comando da economia e da política de nações ou impérios. Acusar a tecnologia de constituir-se em poder maligno destruidor do homem indica um subterfúgio revelador da má consciência de quantos sabem estar usando um estratagema de despistamento para se inocentar da responsabilidade moral pelas calamidades causadas às massas humanas. A atitude de descargo de consciência supõe, entre outros erros lógicos, a substancialização da tecnologia, dando-lhe o estatuto de ser objetivo, atuante por si mesmo a ponto de carregá-la de responsabilidade ética. Faz dela na verdade o bode expiatório que levará para o deserto os pecados dos homens. De outro lado, conforme acabamos de dizer, põe a nu a má consciência dos dirigentes de grandes nações e poderosas empresas privadas que, por negociarem em guerra, precisam tentar justificar perante a sensibilidade normal dos homens sua bárbara e irracional mercadoria. Finalmente, esta conduta, necessitando de amparo “moral”, conduz à criação de várias concepções ideológicas que se vêem a braços com problemas de “bem” e de “mal”, na verdade inexistentes no sentido proposto, mas supostamente justificados pelas finalidades desumanas em função das quais se configuram.

A consciência explorada do trabalho alheio, tendo, por esse mesmo fato, o comando político e cultural da sociedade, vê-se obrigada a arquitetar a concepção da moralidade que não apenas a inocenta, mas a exalta, valorizando-a no papel de benfeitora justamente por proceder segundo os padrões de dignidade e pelos meios que adota. Para a consciência crítica, trata-se de total inversão

de valores, mas essa atitude nada tem de extraordinária ou absurda, antes torna-se inteiramente compreensível. Pertence à natureza da consciência crítica explicar os comportamentos de forma primária. Compete-lhe ainda elaborar a autêntica teoria geral dos valores. Não podemos nestas páginas entrar numa digressão sobre o problema ético em geral, empreendimento que exigiria estabelecer várias teses fundamentais prévias, decorrentes da crítica total da existência. Diremos, tão-somente, que “bem” e “mal” não são conceitos abstratos, místicos, metafísicos, não dependem de nenhuma revelação sobrenatural, não se subordinam a mandamentos divinos, nem procedem da análise introspectiva da consciência individual. São valores atribuídos primordialmente às ações humanas pelo consenso da consciência coletiva da sociedade a que pertence o indivíduo, fundando-se em determinações materiais bem claras, a saber, a experiência dos efeitos dos atos valorizados. Ela distingue entre os atos favoráveis à realização do projeto de desenvolvimento e libertação do ser humano, e aqueles que contrariam esse propósito. Se as massas das sociedades submetidas ou subdesenvolvidas não chegaram ainda a criar de forma sistemática a ética correspondente aos seus interesses, enquadrada portanto na concepção de vida que nelas deve ter origem, e se essa privação resulta do precário estado de avanço cultural, determinado pela situação em que são forçadas a cumprir um trabalho alienado, explica-se que as camadas dominantes – por terem, além da clara percepção de seus propósitos, o domínio dos instrumentos sociais mediante os quais asseguram para si a exclusividade da disseminação do seu pensamento, concebido em causa própria – tenham produzido a ética absolutória, propaguem-na e a vejam recebida e acatada com o valor de única teoria moral possível, e legítima, por aquelas mesmas multidões que dela são vítimas. A classe dominante dispõe de todos os aparelhos de comunicação para impor seus valores. Não tem concorrência, porquanto sabe que a consciência antagônica não amadureceu suficientemente para recrutar-lhe e denunciar os sofismas que divulga. Assim, por exemplo, pode impunemente e sem contestação investir a tecnologia com atributos morais, ingenuidade primária mas extremamente eficaz porque leva o espírito cândido do homem comum a revoltar-se contra a “má” tecnologia, ou o “mau” uso da técnica, e o converte em um indivíduo ansioso por conquistar a “boa”, num infantil e improficuo gesto de indignação que, por não conduzir a nada, realiza exatamente aquilo que os mentores intelectuais do poder previam e desejavam viesse a acontecer. A única resposta capaz de amedrontar a consciência regente, até agora tranqüila na onipotência de que desfruta, seria a constituição e inevitável divulgação da verdadeira doutrina axiológica, tendo por tese principal a origem humana e o fundamento de

classe de todos os valores em função das condições objetivas do exercício social da existência por parte da maioria dos homens. De acordo com essa concepção, será a partir dos modos e relações de trabalho que as massas proferirão o seu veredicto ético. Mesmo julgando-se seguras, na previsão dessa eventualidade pressentida pelos mais argutos dos ideólogos palacianos, as camadas altas apressam-se em negar por antecipação o valor de verdade de toda compreensão de origem popular e tomam providências para tentar consolidar por vários artifícios, desde a exibição do poder cultural até a invocação de causas místicas e irracionais, as teorias filosóficas engendradas expressamente para perturbar, silenciar e ocupar a consciência crítica emergente das populações atrasadas a quem são dirigidas as mensagens teóricas metropolitanas.

Para representar melhor essa oposição, poderíamos talvez apelar para uma imagem. Parece-nos adequado dizer que no curso da história a classe dominante joga permanentemente um jogo que merece ser chamado o “antipôquer”. Sabido é existir no jogo normal do pôquer uma tática que consiste no lance denominado “pagar para ver”. Ora, pode dizer-se que no campo social a classe dominante, pelo aparelho de repressão material e ideológica por ela sustentado, com elevadíssimo dispêndio de recursos financeiros, faz o lance precisamente oposto, a saber, “paga para não ver”. Com efeito, lança mão de todos os meios para “não ver” o que aconteceria se o adversário fizesse sua jogada. Mas, tal atitude explica-se unicamente por uma razão: é porque sabe de antemão, com plena certeza, em que consistiria a jogada e quem ganharia. Assim, ao contrário do que ocorre no exercício lúdico do pôquer, onde o antagonista pode estar “blefando”, possibilidade que suscita o desafio representado pelo “pagar para ver”, a classe dominante sabe que na luta histórica não há “blefe”. Por isso, compreende perfeitamente que no confronto social não lhe resta outra decisão senão “pagar para não ver”.

Em termos gerais, a ocultação, com que se ilude a si mesma e temporariamente confunde a consciência oposta, consiste em elaborar um completo arsenal de conceitos e teorias filosóficas, sociológicas, econômicas, políticas e científicas, destituídas de valor de verdade, mas consideravelmente úteis e eficientes porque se destinam ao consumo dos inquietos membros das elites pensantes e à divulgação, em graus variáveis de respeitabilidade, entre as massas semiletradas, com especial endereço às dos países dependentes subdesenvolvidos. A tecnologia, uma vez clandestinamente carregada de sentido moral, exerce duas funções, qualquer das quais excelente para os detentores do poder: (a) a função catártica, pela qual a maquinaria, as instalações, os recintos fabris e demais implementos das organizações técnicas, agora prediletamente a automa-

ção, são apresentados como responsáveis pelos males sofridos pela humanidade e por isso têm de ser expurgados da intrínseca malignidade, rito praticado de várias maneiras, desde o ato simbólico, tão freqüente em nosso meio, da bênção das máquinas e agências bancárias pelos sacerdotes, até a promessa dos dirigentes industriais de “humanizarem o trabalho nas fábricas”. A referida liturgia, e igualmente tais declarações, têm por objetivo fazer o trabalhador acreditar que opera com máquinas “bentas”, “santificadas”, ou o bancário reverenciar o campo sagrado em que se converteu o local onde é explorado, porque tanto da maquinaria quanto do escritório foram expulsos os eflúvios maléficos da tecnologia demoníaca. Seguro quanto a esse inquietante aspecto da sua situação, o trabalhador considera-se tranqüilo e suporta melhor a situação geral que não tem meios de modificar; (b) a função messiânica, em virtude da qual a técnica passa a ser apreendida pelo lado oposto, pela valoração “boa”, humana, libertadora que possui. Embora para a consciência crítica esse aspecto seja real e verídico, a apreciação por ela feita não coincide em nada, claro está, com a compreensão dos ideólogos do poder. Expresso por eles, o conceito dessa função coincide em ingenuidade e malícia com o da função anterior. A concepção crítica da técnica não dispensa portanto o desenvolvimento da axiologia dialética, para iluminar numerosas questões da teoria das ações humanas, em particular o grupo das atividades técnicas, e fundamentar grande número de suas conclusões. Mas exigindo uma perspectiva que abrange a totalidade do ato, enquanto aspecto da existência do ser humano, perspectiva que constitui a pragmática existencial não idealista, só pode ser exposta assente nesses fundamentos. No presente ensaio, porém, não dispomos de oportunidade para desenvolver o tema.

Dos pensadores metropolitanos não se esperaria outro gênero de axiologia senão a que compendia os interesses de sua estirpe. Com isso fica impedida no plano da cultura socialmente “superior” a constituição da verdadeira teoria moral, aquela que deve ser o reflexo subjetivo e abstrato da prática social dos legítimos atos morais. Ao transferirem essas questões para a esfera dos debates teóricos, a propósito de problemas carilosamente propostos, e por isso sem conteúdo definível, tais como “destino do homem”, “finalidade da técnica”, “perigo de destruição da alma pela máquina” e mil outras simplicidades congêneres, os ideólogos das intenções desumanas da tecnologia estão realizando a operação de desvio da atenção dos estudiosos em geral, e das massas trabalhadoras em particular, daquilo que tem significação realmente essencial, a ação concreta dos homens reais, pertencentes a classes definidas dentro da sociedade, com toda a carga de interesses materiais que têm, conforme sua posição, de defender.

## 2. *Defesa das concepções expostas neste ensaio.* *A noção crítica da ética. O significado da história*

Seria lamentável vermos erroneamente compreendido o pensamento que temos procurado desdobrar nestas páginas. Não podendo deixar em certo sentido de nos opor a muitas das idéias correntes nos livros estrangeiros e nos dos copistas nacionais a propósito da técnica, da cibernética, da informação e da automação em nome do pensamento crítico, que nos esforçamos por apreender, expor e defender, desejaríamos não sermos tomados por saudosistas, românticos ou pessoas pouco simpatizantes das maravilhosas criações de nosso tempo. Ninguém mais do que nós tem certeza da grandiosidade dos tempos que hão de vir, em que as realizações da ciência encontrarão condições cada vez melhores de florescer em benefício real do homem. Ora, é à luta pela conquista dessas condições de existência humana e dos valores atribuídos às ações materiais por elas exigidas que precisamente chamamos ética.

O homem, à medida que se humaniza, vai deixando de viver em relação direta exclusiva com a natureza e criando os elementos da realidade circunstante. Institui a sociedade, que será seu meio próprio de existência, mediatizando todas as relações com o mundo natural, do qual depende. Os bens objetivos imprescindíveis vão sendo cada vez menos os corpos, os seres e os ambientes oferecidos direta e espontaneamente pela natureza, e sempre mais as utilidades produzidas pela engenhosidade do pensamento, embora as matérias-primas sejam a base da possibilidade de toda produção. Daí a luta política para conquistá-las e a da inteligência para transformá-las. O homem só produz alguma coisa, material ou ideal, pela mediação da sociedade; por conseguinte, depende de um lado do mundo natural, fornecedor dos materiais e das forças físicas dominadas pelo conhecimento e postas a serviço de seus projetos; mas, de outro lado, só o faz em ação de trabalho, portanto em algum regime de relações sociais. Ora, a segunda dependência, que na perspectiva existencial tem a localização primeira e direta, determina a necessidade de obter os objetos desejados mediante a obediência ao sistema de relações entre os membros do grupo humano. O sistema reflete-se subjetivamente num código de normas e condutas a que o indivíduo está obrigado a se submeter para participar do esforço comum, e conseqüentemente conquistar os bens almejados. Não os pode alcançar se não obedecer aos cânones do sistema social onde está incluído, do regime de produção, do qual provém não apenas o bem material pretendido mas igualmente o direito de consegui-lo. Com efeito, não basta que o conjunto dos produtores, na relação com a natureza, pelo conhecimento científico e técnico adquirido,

tenha chegado a produzir o objeto desejado por um dos membros da grei. Para consumir-se a obtenção do bem exige-se que o pretendente se ache revestido do “direito” de possuí-lo, com a preterição, nas sociedades divididas em classes disputantes, de outros, que igualmente o cobiçassem. A sociedade estabelece regras para a aquisição dos bens por ela gerados, e tais ditames, seja os das comunidades bárbaras onde impera o poder do mais forte, seja os das sociedades civilizadas, onde foi escrito o código de distribuição dos direitos, formam a estrutura objetiva das coações a que se acham compelidos todos os participantes do conjunto. São, na realidade, o sistema de formalidades, os canais coletivamente consentidos que dão acesso ao bem, material ou ideal, pretendido. O conjunto dessas formalidades ou vias de penetração não sujeitas a sanções punitivas soeitra outro nome da ética.

Para que o código seja pacificamente aceito faz-se mister proceder a uma última manobra no processo evolutivo, formalmente chamado depois “jurídico”, que conduz à subjetivação do regime inicialmente justificado e acatado tão-somente por ser fato; referimo-nos à exigência de converter o fato em valor. Passa-se assim do plano da atividade real e legitimada pelo consenso para o da idealização conceptual, quando o ato praticado sem oposição ou censura adquire o *status* abstrato de “direito”. Significa tal transferência que a aceitação pacífica do ato em questão pela comunidade dá ao praticante dele, ou a qualquer outro indivíduo, a faculdade de repeti-lo nas mesmas condições. Está fundada a moral. Desse momento em diante encontramos-nos no domínio da ética, estrutura de conceitos e comportamentos que subsistem na consciência individual, onde são depositados pela educação para o convívio com os semelhantes do mesmo grupo. Ela reveste-se de caráter sacrossanto imperativo, chegando mesmo a ser julgada legislação divina, para que, sob a guarda do tabu aterrorizante, ninguém se atreva a desafiá-la ou ignorá-la. As sanções, materiais ou “espirituais”, representam a imposição forçosa, a todos os membros da comunidade, das convenções materialmente constituídas pelo poderio dos grupos minoritários dominantes para efeito da distribuição dos bens que o conjunto social produz. Figuram entre estes igualmente os bens subjetivos, a estima, o respeito, o “valor” que cada indivíduo merece dos demais. Os bens subjetivos, por um desenvolvimento muito compreensível, chegam mesmo a representar os supremos “valores”, os mais ciosamente ambicionados e defendidos. Isto acontece por uma razão muito simples: o poder configurador da sociedade, a classe dominante, teme muito mais a perda da respeitabilidade dos valores por ela cultivados do que a dos bens materiais de sua propriedade. Percebe com plena lucidez que, perdido o valor do “valor” vigente, desafiado ou desmoraliz-

zado o culto desses conceitos sagrados, que estipulam os direitos dela e os deveres dos outros, as imensas massas nela não incluídas, a perda dos privilégios e benfeitorias segue-se automaticamente. Por isso importa imensamente mais defender a subjetividade da ética do que a ética da objetividade. Os objetos perdidos podem ser recuperados ou substituídos por outros semelhantes, desde que subsistam os valores subjetivos que permitem à classe exploradora continuar dominante e portanto refazer-se de danos eventualmente sofridos em certo momento. O valor perdido, porém, jamais é restabelecido, porque a perda significa a introdução, no lugar do antigo, de um novo valor qualitativamente diferente. Mas, ao mesmo tempo, falar em substituição de valores implica dizer que apareceram novas forças sociais, surgiu alguém diferente que desobedeceu aos valores respeitados e colocou outros no lugar daqueles. Por isso, a ética, da qual o direito, a jurisprudência, constitui o aspecto operatório, material, secundário, coercitivo, profissionalizado, em todas as formações históricas monopolizado por uma casta sacerdotal ou uma magistratura, representa a parte da filosofia em que se refugiam por compreensível necessidade de auto-defesa os mestres cantores dos interesses estabelecidos. É obrigatório não tocar na fonte dos “valores”, sendo melhor mesmo não discutir o assunto, bastando a prática resignada e incompreendida do que prescrevem. Daí o caráter institucionalizado, invariável, quase nomilético, das lições universitárias e dos escassos livros consagrados a essa “disciplina”, palavra excepcionalmente reveladora, pelo duplo sentido que comporta.

A compreensão crítica da ética é outra, não incide nas ingenuidades mencionadas nem necessita recorrer a sofismas ou à violência. Por definição, o homem existe como ser ético, no sentido de precisar do livre consentimento dos semelhantes para realizar aquilo que constitui a sua dignidade e caráter inigualável, a saber, a parte que lhe toca na produção social de bens, materiais ou intelectuais, mediante a capacidade de trabalho que pode colocar ao dispor, não de um senhor ou patrão, mas de toda a comunidade. Ninguém vive nem produz isoladamente. Todo homem, em comunhão com os demais, participa da organização de um sistema de convivência, cuja percepção pela consciência define o que se chama moralidade. Esta exposição, sendo de ordem conceptual, nada presume quanto ao tipo do sistema referido, e por isso existe uma moralidade, por execrável que seja, correspondente ao modo de produção fundado na exploração do trabalho humano. Daí, duas conseqüências lógicas indiscutíveis: (a) o sistema de convivência funda-se nas possibilidades presentes e nas exigências de desenvolvimento das forças sociais produtivas, que constituem pelo trabalho a razão de ser do grupamento da espécie para realizar a função bio-



lógica de sobrevivência; (b) o caráter necessariamente relativo, histórico, evolutivo do complexo de conceitos com o valor de regras ou determinações éticas. Para que assim não fosse ter-se-ia de afirmar que a sociedade nunca variou, o que significaria retirá-la da história concreta, construída pelos homens nos esforços despendidos para produzirem bens. Certamente nenhum moralista atual defenderá essa tese. Sem dúvida não está extinta por ora a fauna dos que defendem os “valores eternos”, bons espécimes de estudo de paleontologia, ainda hoje formando um setor do qual tem de se ocupar a filosofia contemporânea. Verifica-se uma forma especiosa de tentativa de manter a ilusão teológica, a saber, mudar os nomes e as fórmulas das idéias metafísicas, sem renunciar ao conteúdo delas. Ninguém hoje defenderia a escravidão do gênero antigo; há modos sutis de chegar ao mesmo resultado com argumentos modernos. A ética defendida pela consciência crítica define-se em essência por propugnar pela livre convivência na organização do trabalho social, de modo que nunca uma ação humana prejudique o único e verdadeiro objeto de valor que um homem tem absolutamente de respeitar, outro homem. A ética que se declara relativa em essência, enquanto reflexo de circunstâncias sociais concretas, revela-se igualmente, e em virtude da mesma essência, absoluta. É isto porque se de um lado reflete um dado variável, o processo histórico da produção, por outro lado é produzida, a título de superestrutura consciente, pelo único ser que se vê a si mesmo como um valor imutável, o homem. Por esta razão somente a consciência dialética tem capacidade para reconhecer tal contradição e resolvê-la, descobrindo a síntese eficaz da variabilidade das realizações históricas com a exigência de possível durabilidade do valor na realidade concreta do homem. O equivalente desta mesma síntese tem de operar-se na inteligibilidade do ser humano mutável, enquanto criador de valores variáveis, e imutável, enquanto fonte exclusiva do processo que os engendra.

Retornando à defesa dos modos de ver expendidos no presente ensaio, desejamos afastar uma possível suposição incorreta e injusta, a de oferecermos imotivadamente resistência ao exame de considerações e arroubos imaginativos que recheiam a imensa literatura sobre esses temas atuais, de que também nos ocupamos nestas páginas. Mas, ao mesmo tempo decidimos nós próprios acusar aqueles que em nosso entender assumem a efetiva atitude reacionária. Unicamente conservando-se no exame das aparências poderia alguém julgar estarmos incorrendo numa contradição formal. Se no campo da cibernética e da teoria da informação o desvario fantasista, o desregramento de imaginação na predição do futuro têm cunho ideológico – e nas condições habituais da parte do mundo onde nos encontramos este traço é reacionário –, segue-se que a

atitude de comedimento, de denúncia das alucinações e de sobriedade intelectual, embora alguém quisesse malevolamente apontar nela um indício de mediocridade, constitui na verdade a única compreensão progressista e transformadora. Porque, enquanto a primeira atitude só parece vanguardista porque não obedece a qualquer regulação racional, a segunda demonstra ser realmente revolucionária, no único sentido legítimo da palavra, porque procura submeter-se às leis lógicas do processo material da realidade e do desenvolvimento social, às leis dialéticas. Cremos ser inadmissível acusar-nos alguém de estreiteza de visão, pois o que seria julgado tal pelos espíritos imbuídos da magia tecnológica representa simplesmente a descrição natural da razão, que não pretende ir além da evidência nem tirar conclusões supostamente indubitáveis de fatos e idéias atuais prolongados em outros, pertencentes ao domínio da imaginação. Nosso pensamento procura manter-se fiel ao curso da realidade, aceita toda previsão imaginativa, mas a reconhece exatamente como tal. Admite a previsibilidade, com maior probabilidade de verificação futura mas somente daquilo cujas raízes materiais estão dadas no presente em condições objetivas, seja por força dos conhecimentos científicos adquiridos, seja pela submissão às leis lógicas que prescrevem o surgimento do futuro efetivamente possível e não do futuro fantasistamente idealizado.

A transição do presente para o futuro pode ser exposta mediante o simples relato dos fatos objetivos em que se concretiza. Mas esse modo de apreensão tem significação apenas empírica e se exprime em enunciados meramente descritivos. Tal é a maneira superficial, linear, formal de entender e costurar a história. Contudo, em qualquer transformação histórica o que efetivamente está em ato são as leis lógicas fundamentais nas quais se reflete a racionalidade da passagem de uma situação a outra. Elas mostram o motor dessa alteração. Se nos contentarmos com a descrição da seqüência dos acontecimentos, estaremos fazendo a crônica da realidade, e não história. Aceitaremos o valor final e suficiente da categoria de sucessão, por si mesma inexpressiva e puramente expositiva sem a indicação da lei lógica nela em ação, quando na verdade o que acontece é a substituição do conteúdo da realidade de certo momento pelo de outro. O fenômeno fundamental consiste na gênese do segundo conteúdo pelo primeiro. São modos de ver completamente diferentes. A primeira concepção, sendo narrativa, tem necessariamente de admitir a continuidade absoluta do evoluir histórico, porquanto nunca há momento sem fato, e com isso exclui a idéia de saltos qualitativos no curso do processo objetivo. Obriga, ainda mais, a recusar a procura do relacionamento interno das sucessivas configurações da realidade. Por outras palavras, ignora a existência de leis lógicas objetivas nas

quais se exprime o condicionamento recíproco dos estados contíguos da realidade. Não reconhecendo em última análise a racionalidade dos fatos, expressa nas leis que os regem, entrega-os à lógica das idéias abstratas, à mera subjetividade do historiador ou sociólogo; na prática, à imaginação ou fantasia do estudioso que propõe “explicações” freqüentemente mirabolantes ou estupefacientes. Supõe ser tarefa própria do historiador fazer a tipologia dos acontecimentos, a classificação dos grupos de realizações de certas sociedades humanas, as chamadas “civilizações” e, de modo geral, não sendo a realidade a origem do fio condutor para a interpretação dela, a compreensão do passado fica abandonada ao sabor das inclinações ideológicas, da capacidade literária, do poder idealizador e sobretudo da força dos interesses materiais do colecionador profissional de eventos antigos.

Outra, porém, será a atitude do historiador dotado de consciência crítica. Para este, a passagem de uma conjuntura histórica à seguinte não significa um acontecimento fortuito, acidental, inexplicável ou privado de nexos internos, nem no campo geral da evolução social, na ordem dos fatos econômicos e políticos, nem na trilha particular de certa classe de conhecimentos científicos ou de criações técnicas. Ao contrário, consiste na manifestação visível da relação lógica imanente que, dada a presença do conjunto de fatores antecedentes, em virtude da racionalidade intrínseca ao curso do processo, por força da existência de contradições presentes, exigindo solução com caráter de transformações materiais das condições de vida e de pensamento dos homens, leva à constituição de um novo relacionamento entre os fatores sociais determinantes. Dessa remodelação resultam, na tela onde se apresentam os acontecimentos, as ações visíveis e registráveis dos homens e grupos sociais. A lógica da história é objetiva. A primeira imposição a que o historiador tem de se submeter será a de conhecê-la, estudar-lhe as leis e, tomando-as como guias para a inteligibilidade dos fatos, penetrar na trama por estes desenhadas. Sem dúvida, os atores do drama histórico são portadores cada qual de uma consciência individual, mas esta não surtiria os efeitos que porventura vêm a ter senão em virtude da conexão com a lógica ínsita no processo no qual os homens figuram em sua realidade existencial de agentes voluntários livres. Nisso consiste a racionalidade da história. Se os homens quiserem agir segundo os desejos da subjetividade, são livres para fazê-lo. Entretanto, os esforços despendidos, caso não coincidam com os vetores condicionantes do movimento da realidade, não chegarão a qualquer resultado positivo. Por isso, pode dizer-se que a história desdobra um extenso panorama onde se exhibe a coincidência das determinações livres da vontade humana individual com as possibilidades objetivas, regidas por leis próprias.

Os fatos de um dado momento são substituídos por outros, em um instante posterior, relacionando-se estes com os primeiros por um vínculo interno não fortuito, mas racional e portanto inquebrantável. O acontecimento forma a síntese do desejado com as condições de sua possível realização, em função das circunstâncias objetivas presentes. Uma vez que o real existe por necessidade, e não tendo ninguém poderes para fazê-lo diferente do que é, a ação intentada, partida da subjetividade, unicamente se converte em ação exercida se as virtualidades objetivas do estado da realidade são de tal tipo que aceitam a incidência sobre elas do projeto individual ou grupal e se deixam alterar no modo e na direção pretendidos pelas finalidades humanas.

A história tem sempre significação pela origem e pelo sentido em que deve ser interpretada, depois de acontecidos os episódios nela encadeados. Mas ao mesmo tempo expõe a racionalidade intrínseca das leis do mundo objetivo, sobre as quais incide o projeto humano. São leis que não admitem modificações, mas apenas a intervenção da razão subjetiva individual quando esta se limita, sem pretender opor-se às determinações do curso do processo real, a combinar forças naturais e sociais para uma finalidade concebida pela consciência. A realização do projeto terá êxito quando a combinação intentada não for impossível, em vista da disposição própria dos elementos. A história estabelece a síntese dos projetos, intenções, desejos, sempre subjetivos e ideais, dos homens com a racionalidade das transformações materiais que o estado do ser social torna executáveis. Por isso, a história revela-se como obra dos homens, mas obra dos homens na história. Noutras palavras, a história engendra-se dentro dela mesma. Os homens a fazem a partir das condições reais em que a encontram em cada momento. Mas, sendo o estado atual o resultado das ações acumuladas no passado, as quais se cumpriram de acordo com essa mesma determinação, o ato humano que entra atualmente a fazer parte da história define-se como a conjugação das intenções subjetivas, constituídas pela evolução cognoscitiva, cultural, ideal dos homens, com o resultado material, igualmente acumulado no tempo, daquelas ações passadas, cujo resultado foi a configuração da situação presente. Assim, nem as condições materiais momentâneas determinam exclusivamente o projeto humano – que será, se realizado, o fato histórico de certo instante presente – nem a vontade individual, ou de um grupo dirigente, pode materializar os planos concluídos se estes não trouxerem, por sua racionalidade imanente, as qualidades que lhes permitam encaixar-se em um curso objetivo de eventos, produto de inúmeras sínteses racionais semelhantes entre as condições da natureza e a vontade dos homens, ocorridas no passado imemorial da espécie.

Julgamos útil lembrar as proposições teóricas acima referidas quando nos defrontamos com uma situação do tipo da atual, que tantos autores, em virtude da deformação idealista, pretendem apreciar segundo critérios visivelmente insuficientes, reveladores de um mundo no qual predominam à primeira vista os aspectos tecnológicos da realidade e onde se prenunciam iminentes alterações sociais qualitativas. No estudo da cibernética o que é reacionário é a imaginação desenfreada; revolucionário é o pensamento lógico, que estende desde já ao futuro o domínio da razão. Com efeito, a faculdade imaginativa deixa sempre em condições de inferioridade, ainda que não o declare explicitamente, o papel do homem e a qualidade real de suas contradições, enquanto a razão simultaneamente exalta a técnica, na função normal de mediação humana, e acentua ainda mais o significado do pensamento no processo da criação tecnológica.

### *3. A incompreensão do significado humano da tecnologia*

Vimos, em algumas amostras, o modo pelo qual tem sido interpretada por certos pensadores atuais a relação entre o homem e a técnica. Trata-se de um problema sério, que não devemos desdenhar, pois a recusa a reconhecê-lo e dar-lhe as corretas formulação e solução críticas conduz a abandoná-lo à insaciável veracidade do pensar ingênuo, que nesse campo encontra abundante pasto. A incompreensão do significado humano da tecnologia, de seu papel inevitavelmente libertador, no verdadeiro sentido da conquista e gozo da liberdade por parte do trabalhador humanizado, e portanto da função exercida pela técnica na promoção e enriquecimento da essência do homem, pode ser documentada com escritos de numerosos autores. São em geral pessoas bem-intencionadas, que desejam “salvar” a humanidade da dominação nefasta da técnica a que, segundo candidamente julgam, sucumbiu.

Escolheremos para representar a classe desses escritores impressionistas, sempre obedientes a uma ideologia retrógrada, uma figura bem conhecida, o inglês Arnold Toynbee. Em seu último livro, autobiográfico, *Experiences* (Oxford University Press, 1969), encontramos alguns trechos que vale a pena reproduzir, para revelar ao leitor, talvez instruindo-o neste particular, evidentes sintomas patognomônicos da consciência ingênua. Dá-nos assim esse reputado colecionador de fatos passados a oportunidade de uma breve lição de semiologia do pensamento simplório e inteiramente inocente do conhecimento das devidas categorias de julgamento histórico. Diz, à página 326: “O homem dominou agora decisivamente a natureza por meio da tecnologia. Mas o vencedor foi a

tecnologia e não o homem. O homem apenas trocou um senhor por outro, e seu novo senhor é mais opressor que o antigo. O homem é ainda escravo do ambiente, mas este é agora o ambiente que ele criou para si mesmo, não o ambiente com o qual a natureza originalmente o dotou. A natureza costumava castigar o homem com chicotes; a tecnologia, própria do homem, castiga-o agora com escorpiões”. Como expressão de ingenuidade de pensamento, este documento não pode ser mais saboroso. Ou, perdão, pode. Porque logo a seguir citaremos outros, do mesmo autor, que talvez o excedam em candura intelectual e demonstração de total ausência de capacidade de pensamento histórico crítico, traço que, aliás, parece definitivamente servir para o diagnóstico e classificação da atividade literária desse prolífico escritor. O trecho transcrito seria suficiente por si só para dar uma idéia da completa ausência de sentido crítico, do impressionismo e verbosidade que caracterizam o pensamento desse obscurantista autor inglês. Embora não necessitando descer à análise, observa-se à primeira vista, na passagem reproduzida, a substancialização da tecnologia, apresentada com as feições da realidade em si, corporificando um sujeito histórico, uma força natural, ou melhor sobrenatural, contra a qual o homem luta, sendo vencido e recebendo por castigo venenosas ferroadas de escorpiões. Os nocivos aracnídeos foram chamados ao palco para explicar aos leitores de onde provém a peçonha que a tecnologia agora inocula no homem. Na luta entre o homem e a técnica, drama cósmico que somente será levado a sério por quem atribua à tecnologia o caráter de princípio maligno, numa nova versão do velho zoroastrismo, pelo qual, convém acrescentar, o autor nutre confessadas simpatias, a tecnologia, sendo o “mal”, as “trevas”, acaba vencendo o homem, figura do “bem”, como desfecho do conflito universal. Nas outras mitologias teológicas clássicas desse gênero a “luz” termina por extinguir as “trevas”. Toynbee copiou a sua dessa imemorial fantasmagoria. Para extravasar o pessimismo, expressão do declínio de sua classe e faceta característica da mentalidade dos colegas de inútil erudição, inverteu o final da tragédia. Nem em sonho passa pela cabeça desse historiador-filósofo, muito acatado em rodas universitárias, que a tecnologia seja um produto do homem, destinado a satisfazer finalidades humanas, e assim sempre devendo ser. Considera o que chama “mau” uso da técnica uma força independente indomável, voltada contra o criador. Não percebe estar cometendo aqui imperdoável e incompreensível confusão entre fatos culturais, o avanço da ciência, frutificado nas técnicas arrojadas e benéficas, pelo quanto representam de alívio do trabalho humano, e fatos naturais, as catástrofes inevitáveis a que o homem está exposto pela indissolúvel vinculação original com a natureza, e de que se vai libertando no sen -

tido de cada vez mais dominá-la, exatamente pela interposição das mediações tecnológicas. Deste modo, a natureza só representava um açoite para o homem no estado primitivo, quando era impotente diante dela, ou seja, só dispunha das mediações técnicas de ínfima eficácia para desarmá-la, convertendo-a de natureza hostil num mundo social, crescentemente humanizado. O caráter maniqueísta da mística do historiador não é matéria pendente de interpretação, mas objeto de declaração expressa, quando, ao analisar as atuais religiões de ampla difusão, afirma não poder aceitar nenhuma delas, exceto o zoroastrismo. “Entre as religiões superiores históricas o zoroastrismo apresenta talvez o menor número de obstáculos para mim. Os zoroastrianos vêem a vida como a arena de uma guerra entre o bem e o mal (...). Assim, compartilho da principal crença dos zoroastrianos. Ao mesmo tempo não compartilho de suas crenças acessórias, de que a guerra entre o bem e o mal está destinada a ser travada apenas por algum tempo e que também está destinada a terminar, quando chegar a luta final, por uma definitiva vitória do bem” (*op. cit.*, trad. brasileira, Vozes, 1970, p. 158-159). O pessimismo escatológico do autor prende-se à experiência do presente avassalamento da vida humana pela técnica. Deste modo, acrescenta mais uma ingenuidade à lista das anteriores, a saber, emite essa opinião sobre a derrota do “bem” porque julga estar assistindo ao fim dos tempos, e por isso fala na qualidade de testemunha visual do Juízo Final.

Em segundo lugar, referindo-se aos ambientes naturais e aos artificiais, criados pela tecnologia, Toynbee lamenta o progresso que nos deu os nossos mais valiosos utensílios domésticos e nos enriqueceu com os outrora insuspeitados meios de transporte, com a cura das enfermidades, com a comunicação da informação e tudo quanto constitui o mundo atual, de fato produto da inteligência racional do homem. Falta ao escritor capacidade e perspicácia intelectuais para perceber que o mundo, por ele julgado ser apenas agora um âmbito “tecnologizado”, sempre teve em essência as características que hoje tem, nunca deixou de constituir o espaço da ação transformadora exercida pelos homens, mediante o trabalho social. Não só em todas as épocas o mundo histórico foi humano, mas ainda permanentemente se engendrou e organizou como produto das técnicas, ou seja, das forças produtivas de que os homens disputam em cada fase da evolução cultural, para fazê-lo segundo seus desejos e possibilidades. Na verdade, a concepção dialética da filosofia ensina estas noções na primeira lição, mostrando que assim teria de ser por definição, porquanto o homem unicamente começa a se esboçar na qualidade de animal racional justamente quando adquire a faculdade de transformar a natureza inerte, existente independentemente da consciência, em âmbito de suas realizações,

em contorno povoado por objetos e dispositivos representativos da concretização das finalidades por ele idealmente concebidas. A simples existência do homem prova a vitória da técnica sobre a natureza, do contrário não haveria o ser racional. O mundo enquanto espaço de convivência social, construído pela ação do trabalho, não perde a característica de produto humano pela circunstância de exercer sobre grandes massas efeitos nocivos e mortais, porque esses efeitos são de duas espécies: ou derivam da ação ainda não dominada de forças naturais esmagadoras do ente humano (por conseguinte devem-se justamente à insuficiência do desenvolvimento tecnológico e científico que impediria os resultados catastróficos que o homem por ora não consegue evitar), ou resultam da intencional atividade nefasta, espoliadora e fratricida de reduzidos grupos dominantes nas sociedades divididas em classes antagônicas, sobre os direitos, a liberdade e o bem-estar da maioria dos membros da espécie, as massas trabalhadoras. De qualquer modo, ou por falta de técnicas suficientes ou pelo emprego desumano das conhecidas, o mundo, na condição de meio envolvente da vida social dos homens, representa necessariamente um produto humano. O pensador primário e logicamente despreparado, atribuindo, com plena inocência de espírito, finalidades deletérias aos próprios utensílios, transforma-os em seres demoníacos, em espíritos malignos materializados, que infestam a existência do homem atual. A conclusão que nos permitimos razoavelmente tirar é que o autor julgaria preferível a época das cavernas, quando a espécie vivia exclusivamente sob o domínio da natureza e, segundo erroneamente pensa, não da técnica. Lamenta que o homem seja escravo da técnica, visivelmente preferindo que o fosse da natureza. Mas não reflete em que isso significaria regressar à existência primeva, sem compreender que o homem até hoje só foi, e ainda em largas partes do mundo continua sendo, escravo de outro homem. A palavra "escravo", gramaticalmente substantivo ou adjetivo, sociologicamente é uma conjunção, representa na verdade a ligação de um homem a outro.

Somente o homem tem o poder de escravizar o homem. Falar do animal racional chamando-o escravo da técnica equivale a usar uma metáfora literária. O que porém aconteceu, e ainda está acontecendo, é o homem, concretamente um minoritário grupo social dominante, detentor dos instrumentos do poder e elaborador das instituições, armar-se com a técnica existente no momento para, desviando-a das finalidades naturais, transformá-la de mediação para o domínio da natureza pela espécie em utensílio para o aprisionamento e a subjugação dos semelhantes. Evidentemente, se poucos conseguem dominar muitos, este fato demonstra que estão de posse de armamentos materiais e ideológicos que multiplicam colossalmente seu poder intelectual e físico de coação social;



do contrário, pelo simples confronto numérico, tal resultado seria impossível. Por conseguinte, o fato bruto da dominação de grandes massas trabalhadoras por um punhado de privilegiados indica que o objeto efetivamente dominado pelos poderosos são as técnicas sociais, jurídicas, institucionais de construção da convivência, apoiadas, claro, nas de persuasão ideológica e repressão corporal. O homem não pode defrontar-se com a técnica, nela vendo, por uma ilusão de óptica, algo estranho e hostil, a não ser numa sociedade que intencionalmente se organizou para obter esse resultado, ao configurar-se num sistema de alienação do trabalho. Pois a técnica, por essência, conforme temos dito, significa um existencial do homem e conseqüentemente nunca lhe poderia ser antagonica, visto dele não se destacar, senão quando manipulada por outro homem que a rigor se veste dela para atacar e sacrificar um semelhante a quem primeiro enfraqueceu, com o emprego de adequados meios, dos quais o mais importante reside no enfeitamento ideológico. Essa ocorrência confirma nossa concepção, porquanto a tecnologia homicida torna-se alienada, estranha e mortal em relação à vítima, mas, pelo outro lado, adere perfeitamente à personalidade anti-social do dominador, aquele em poder do qual está e que a dirige. Por conseguinte, quando um trabalhador sente a ação nociva da técnica, só atribuirá a esta os efeitos que o afligem, julgando-a uma entidade demoníaca, se não tiver podido ainda se libertar da consciência primária e não esclarecida. Tendo, porém, a visão crítica das relações sociais, compreenderá logo haver por trás da técnica outro homem, entrincheirado no sistema social e nos recursos da ciência, da cultura e da maquinaria para a satisfação de seu projeto desumano de existência, que exige o sacrifício de incontáveis multidões de seres humanos iguais a ele, com o mesmo direito de ver realizadas suas aspirações pacíficas. Repetimos: apenas o homem consegue escravizar o homem, porque entre todos os animais revela-se o único capaz de conceber o projeto homicida. Para este efeito, em todos os tempos teve de recorrer à tecnologia disponível. Se em nossos dias se faz tão mais visível o desvirtuamento da técnica, tal acontece em primeiro lugar porque começou a desaparecer a consciência primária e obtusa das massas, que aceitavam, na condição de fato natural, o acorrentamento de um homem a outro; em segundo lugar, tornou-se custosa e tremendamente complexa a mediação, ficando evidente ser o único recurso que ainda vale aos grupos sociais minoritários dominantes, associados à infusão ideológica que o acompanham, para escravizarem outro membro da espécie, fazê-lo trabalhar para eles.

Mas se esse constitui o recurso, cada vez menos eficaz, de que os centros de poder lançam mão, isto se dá porque a humanidade vai aceleradamente compreendendo melhor que assim como só um homem consegue dominar um se-

melhante, igualmente é verdade que unicamente o homem tem o poder de se libertar de outro, que o oprime. Para esse fim a tecnologia prestará os mesmos serviços que em larga medida até agora dela foram tirados para o efeito oposto. Com uma diferença. Se hoje a tecnologia passa a ser conscientemente compreendida pelos malévolos empresários na qualidade de último recurso para possibilitar a dominação, o presente estado de espírito indica estar próximo o momento em que ocorrerá a transmutação do emprego social da tecnologia, convertendo-a à verdadeira e pura finalidade, a de libertar sempre mais o homem da servidão à natureza, pela abolição da desnecessária servidão imposta, a que o fazia escravo de um semelhante. O homem trabalhador individualmente entrará na história, entendida esta na autêntica significação de espaço de exercício da liberdade, quando empreender a luta contra o inevitável incógnito do mundo natural com a total cooperação harmônica e voluntária de todos os membros da mesma sociedade, visando a iguais finalidades. Isto, porém, supõe a prévia libertação da dependência a outro homem. O terror infundido a Toynbee pela pueril compreensão do significado da tecnologia leva-o a ver o panorama da realidade histórica atual, e provavelmente o do futuro, como uma guerra travada entre o homem, queimando os últimos cartuchos na luta desesperada em defesa da própria dignidade, e a hidra da tecnologia, cujo número de cabeças parece que a fábula não contou bem quando declarou serem apenas sete. Indubitavelmente devem ser mais, pois ninguém melhor do que aquele cronista sabe que de nada valeram no passado os esforços dos profetas, santos, iluminados e paladinos da lei, da moral, do “bem”, vencidos sucessivamente pela proliferação constante das criações tecnológicas. Eis por que o antiquário, revestido atualmente dos andrajos, um tanto fora de moda, de místico e adivinho, vaticina não ser possível esperar a salvação senão de um poder divino, uma realidade transcendente, um ser incompreensível situado além ou atrás das coisas e fenômenos. Temos assim a palavra final que encerra a sabedoria suprema colhida durante uma existência longa ocupada no manuseio de alfarrábios e no convívio com os mais sublimes espíritos, sendo ao mesmo tempo uma mensagem aos leitores amados. Diz o retardatário profeta: “A atual guerra mundial não é uma guerra fratricida entre exércitos humanos em conflito. É uma guerra da natureza humana, uma revolta das pessoas contra o apagamento da personalidade” (*op. cit.*, p. 367). E, páginas adiante: “Na atual guerra mundial – e estamos vivendo nossa terceira guerra mundial neste ano de 1969 – os combatentes não são exércitos de seres humanos, combatendo para matar por conta de Estados locais em choque: os combatentes são a personalidade humana *versus* a tecnologia humana” (*op. cit.*, p. 377). Estas amos-

tras revelam o nível patológico a que pode chegar a ausência de espírito judicioso, por efeito da intoxicação com palavras abstratas, desprendidas de sentido humano, de conteúdo histórico, de função social. Vemos a que confusões pode levar o hábito das encarnações verbais, a substituição dos fatores históricos reais por entidades místicas e, de fato, por um palavreado vazio de sentido. Só uma paranóica compreensão de si mesmo, associada ao total desprezo pela inteligência do leitor, explica esses versículos atrasados do mais retardado dos colaboradores bíblicos. O impressionismo, no fundo uma modalidade pessimista de onirismo intelectual de um poeta grego excessivamente tardio, conforme a terceira parte da autobiografia demonstra, é tanto mais de admirar quando o vemos manifestado por um colecionador de fatos históricos, indiscutivelmente competente nessa ocupação. Está definida, sob o velho conceito maniqueísta de “guerra”, a luta entre o bem e o mal. Acontece entretanto que o mal atualmente encarnou-se na tecnologia, a qual o autor aliás em outros momentos louva, especialmente quando reconhece produzir remédios que prolongam a vida humana e amenizam os sofrimentos. Porém, ao lado dos benefícios físicos, a tecnologia desenvolveu um efeito espiritual supremamente daninho, de que pela primeira vez tomamos conhecimento. Consiste no “apagamento da personalidade”.

A gravidade do malefício reside em anular todas as eventuais vantagens do desenvolvimento da tecnologia, obrigando a capitulá-la como a própria efígie do “mal”. Quando o escravo saía da choupana e ia trabalhar na roça, o feitor ou o proprietário sabiam que fulano caminhava para o local de trabalho. O camponês ou o escravo, por sua vez, ao verem passar o senhor a cavalo sabiam que era tal pessoa. Agora, se ambos tomarem um trem superlotado serão simplesmente anônimos “passageiros de trem”. Não se come mais individualmente, mas em restaurantes coletivos. Não se estuda mais sob a direção do padre-mestre, mas em universidades apinhadas, onde ninguém conhece ninguém. Eis aqui, objetivamente representado, o “fim da personalidade”. Nada há tão primário e falso quanto essa sandice, encontrada entretanto em pensadores que se arrogam o título, mais decorativo, de filósofos e se espriam, em escritos onde resumem desnorteadas e etéreas cavilações metafísicas, na defesa da “dignidade do homem”, do “primado da inteligência”, do “valor da personalidade” e tantos outros pomposos atributos do ser humano, ao que parece ameaçados de desaparecimento, reclamando portanto a indormida vigilância e o corajoso socorro dos bem-pensantes, para não sucumbir na confusão e derrocada final de todos os valores. Convém lembrar que os indigitados valores, por sua natureza irreal, são julgados eternos, o que torna paradoxal o afanoso empenho em assegurar-lhes a vigência, admitidamente à beira do colapso.

Particularmente no que se refere à “defesa da personalidade”, não pode deixar de ser cômico verificar o temor do extermínio desse valor supremo por parte de um historiador que, por dever de ofício, não deveria ignorar ter sido sempre o “valor” do homem no curso da história, inclusive em termos monetários – conforme se conhece pelo preço dos escravos leiloados no passado e pelos critérios atuais da chamada “infelizmente”, e das tabelas de remuneração dos assalariados –, um *quantum* variável em função da estrutura social, da posição e distribuição dos indivíduos em castas, estamentos, “estados”, classes e das relações entre os integrantes das várias formações históricas sucessivas. O conceito de “personalidade” humana sempre foi um produto ideológico da personalidade de quem o formula. Eis a razão pela qual até aqui quase unanimemente a noção tem sido objeto da reflexão de místicos, moralistas, metafísicos, para posteriormente, e ainda hoje em dia, passar a ser peça de exame de psicólogos, começando a predominar em nossos dias o interesse dos chamados “analistas sociais”. Desnecessário será dizer que tais lucubrações são, em regra quase absolutamente geral, elixires preparados segundo fórmulas herméticas pela pura consciência ingênua. Seria impossível apontá-las ou discuti-las nestas páginas. Basta por isso acentuar a autenticidade, o caráter nacional da sóbria e simples concepção oposta, a de orientação dialética, comprovada no elementar confronto com a realidade histórica.

A distinção que os filósofos retrógrados e impressionistas se esforçam por estabelecer entre indivíduo, supostamente entendido como o simples membro de um coletivo animal, e pessoa, noção sobretudo ética, na qual se refletiriam a “dignidade espiritual”, os “valores eternos do homem”, etc., é de todo artificial, sem qualquer fundamento lógico ou mesmo sociológico. Serve de excelente exemplo de produto da consciência ideológica ingênua, que aceita tal distinção julgando-a um dado original, quando na verdade brota de especulações anteriores de pensadores metafísicos, os quais chegarão até a tentar legalizá-la no cartório da história da filosofia, construindo uma doutrina, registrada com o nome de “personalismo”. A cunhagem do conceito tinha apenas por finalidade encobrir ou disfarçar os velhos e cediços atributos sobrenaturais de que se pretende exornar o ser humano, a fim de ocultar os aspectos reais da essência dele, os que mostram a configuração do seu ser pelas relações sociais a que está vinculado em virtude do lugar ocupado no processo do trabalho produtivo. O homem é imaginado, de acordo com o antiquíssimo mito da antropoíese divina, uma criatura descida do céu, em razão do espírito imortal que nele habita, sendo por isso julgado o ente excepcional no panorama da realidade cósmica, e da vida em particular, o *theóteuctos*, o gerado pelos deuses. Se assim fos-

se, seria um ente híbrido, do gênero dos centauros e das sereias, metade matéria, corpo, mundo, tempo e metade espírito, alma, céu, eternidade. Pretende-se justificar, mediante essa hipótese ideológica, de indiscutíveis fundamentos sociais, de classe, a distinção entre o indivíduo e a pessoa, sendo evidente que somente a segunda preocupa os pensadores, intensamente devotados a explorar o sentido de tão transcendental conceito e descobrir os atributos pelos quais se distingue. Conhecidos estes, tudo deverá ser feito para defender os “valores” iminentes à “pessoa”, a metade espiritual e eterna do homem. Fica assim alicerçada a ideologia dos filósofos comprometidos com as condições sociais vigentes e incumbidos de inocentá-las sob o disfarce da proteção dos “direitos imprescindíveis da pessoa humana”, e outros enunciados grandiloqüentes similares. Não querendo, porque não lhes convém, declarar que unicamente se esforçam por conservar as relações sociais em vigor, dizem estar empenhados na logicamente desnecessária conservação do que é eterno, os valores da “pessoa”, aquilo que, por definição, não precisaria ser objeto de cuidados. De duas uma: ou os valores da pessoa são eternos, e neste caso será uma insensatez alguém perder o sono, temeroso pela sorte deles; ou não são eternos, e com isso fica desmascarado o embuste metafísico. Vê-se logo não serem valores da “pessoa”, mas das instituições e das relações sociais e econômicas em vigor. A outra metade do homem, o indivíduo, representa o lado pelo qual participa da vida social, trabalha e, nas estruturas do tipo das nossas, tem de ser explorado por motivo da situação inferior ocupada no sistema. Pela astuta teoria envolvente dessa conceituação, o segundo lado nada tem a ver com a “pessoa”, não merecendo portanto a atenção dos solícitos filosofantes que velam dia e noite pelos privilégios da “personalidade”, e clamam contra qualquer projeto de modificação da vida coletiva que, de leve, ameace as vantagens dos detentores do poder, aqueles que, pelo visto, são os únicos a personificar a personalidade. Facilmente ocorre-nos à memória que estamos diante de nova versão da remotíssima concepção teológica egípcia, segundo a qual só o faraó tinha alma. Pouco importa o que acontece ao indivíduo, à parte inferior do ser humano, embora não por acaso seja a que trabalha, padece injustiças, dá lucro sem ter lucro e não sabe como melhorar as condições de vida. A resposta dos pensadores abstracionistas cifra-se em declarar não lhes competir tratar de insignificantes minudências, porquanto os trabalhadores, sendo homens, valem apenas pelo título, metafisicamente interpretado, de “pessoa”, que ostentam, sem ninguém pensar em privá-los dele. Por conseguinte compete-lhes importarem-se simplesmente com a conservação dos privilégios do espírito, igualitariamente distribuídos, por direito de origem divina, em face do qual todos os homens se equiparam.

Se as massas trabalhadoras não entenderem bem, ou não aceitarem, satisfeitas, essa resposta, isso será coisa secundária para esse filo de filósofos, porque o essencial está em que eles a entendam.

Não se exige grande acuidade intelectual para ver o alçapão ideológico representado pelas ingênuas e hipócritas alegações a favor da “personalidade”. A palavra corresponde àquilo que, nas altas rodas, costuma-se designar por esse nome, a saber, os integrantes do nível social superior, os possuidores do poder e do prestígio. Como estes, no círculo a que pertencem, são chamados “personalidades” – tanto assim que entre eles pratica-se o rito regulatório de eleger a “personalidade do ano” –, o patrocínio da personalidade, por parte dos teóricos sociais distanciados do povo, encobre na verdade a apologia dos expoentes. Mas o homem, evidentemente, não pode ser dissociado em seu ser. No comportamento social objetivo manifesta contentemente sua constituição de agente unitário, não admitindo diferenciação senão nos atributos ou propriedades secundários, externos. O homem em todos os tempos existiu na qualidade de animal substituído no plano racional por força da evolução biológica e cultural, ainda em curso. A estabilidade da essência humana significa um absurdo lógico e uma inverdade histórica. A essência do homem não consiste num bem abstrato, numa realidade impalpável e espiritual, mas tem sentido porque representa um fato concreto, o conjunto de relações sociais que configuram objetivamente o ser de cada indivíduo nas condições onde vive. Por isso varia ao longo da história, mudando com a sociedade que a determina. A personalidade do homem configura um dado histórico. A do escravo era de escravo porque a sociedade da época permitia que houvesse escravidão, a posse pessoal de um homem por parte de outro. O assalariado de hoje tem a essência de assalariado, porque esse é o modo pelo qual a estrutura social vigente a determina. A única defesa da personalidade logicamente dotada de sentido resume-se naquela que pretende pôr em prática concretamente a ação de elevar as condições materiais e culturais de vida das massas trabalhadoras. Isto porém implica resolver a contradição que opõe as últimas às camadas possuidoras de outra “personalidade”, rica de comodidades, entre as quais se conta o direito de dispor em proveito próprio do trabalho dos que apenas têm personalidade em sentido abstrato, o de colorido moral. O pensamento, não a ação, dos dirigentes sociais pode permitir-se o lucro da generosidade, envolvendo todos os participantes da comunidade no mesmo clima de cuidado e devotamento nominais, mas na verdade, sob a capa da igualdade espiritual, encobrindo o interesse na conservação da desigualdade material das condições de existência. Unicamente causamos espanto que um historiador profissional ignore a diversidade de situações

humanas que compõem, a bem dizer, o conteúdo do relato histórico, ou disso não se lembre. Convém frisar que a história até agora não tem sido outra coisa senão o registro dessa desigualdade e dos esforços empreendidos pela maioria dos homens, com o fim de aboli-la.

O receio de ver desaparecer o valor supremo, a “personalidade”, inquieta os obcecados comentadores, incapazes de perceber a inutilidade de temer um processo que se está desenrolando permanentemente sob seus olhos. Nunca a “personalidade” humana foi fixa, o que somente poderia acontecer se a sociedade tivesse cessado de se modificar e a história tivesse chegado ao fim. Por conseguinte, a personalidade está constantemente terminando em uma forma e recomeçando, ao mesmo tempo, em outra. Não tem sentido falar em “fim” de um conceito, que se acha em inevitável e incessante transformação. Apesar da evidência desta observação, o temor do “desaparecimento” da personalidade, trazida por sistemas sociais embrutecedores do homem, que o aplainam na mediocridade do produtor atrelado a uma força exterior esmagadora, coincidiria com o “fim” do próprio homem. Esse produto da compreensão puntiforme constitui uma ilusão simplista e tenaz que habita o pensamento de estudiosos, alguns poucos sérios. Falta-lhes contudo a preparação crítica para o julgamento lógico, e por isso resvalam nas mais grotescas simploriedades, convertendo-se em componentes do público que lê e admira pensadores e outros especialistas da mesma qualificação do autor nessa passagem mencionado. O erro que cometem deve-se à inadequada formulação do conceito de “personalidade”. Sem dúvida, a vida urbana, com a multiplicação e concentração dos indivíduos e a utilização, cada vez mais intensiva, pelo homem dos bens e serviços padronizados lançados no mercado torna indistinguíveis as pessoas pelo que consomem. Mas este fato, em lugar de representar um mal, tem o significado exatamente oposto: abre-lhes a possibilidade de alcançar a verdadeira e mais alta forma de distinção da personalidade humana, a distinção determinada não pelo que consomem mas pelo que produzem. Aí está o sinal indelével da autêntica dignidade do homem.

Há um engano simplista na acusação feita por numerosos estudiosos, de vária orientação, ao que agora se convencionou chamar “sociedade de consumo”. O problema envolve múltiplos aspectos sobre os quais não podemos nos pronunciar aqui. Desejamos apenas acentuar que encontramos nas apreciações relativas ao conceito de “sociedade de consumo” o vício do hemerocentrismo, a que tantas vezes nos temos referido, mostrando ser sinal infalível da consciência ingênua. Na verdade, a sociedade, no alvorecer de sua constituição, tem necessariamente de começar sendo uma “sociedade de consumo”, o que se veri-

fica em todas as comunidades pré-históricas. E nem poderia ser senão assim, porque a primeira necessidade do homem, ainda no estágio de transição da pura animalidade para a racionalidade, é a de consumir os bens alimentares e os primeiros recursos instrumentais para sustentar a vida, antes de alcançar suficiente grau de desenvolvimento conceptual e de cruzar as formas rudimentares da associação social para se diferenciar pela posse da capacidade produtiva. Mesmo depois, ao entrarem na fase histórica, as sociedades continuaram sendo “de consumo” – entenda-se, de consumo daquilo que havia disponível para se consumir, ou por serem bens naturalmente existentes ou por constituírem os primeiros frutos da capacidade emergente de produção artificial, isto é, caracteristicamente humana. Logo que se firma como espécie racional, o homem começa a produzir para consumir. Só uma interpretação metafísica e totalmente estranha à dialética pode dissociar um desses atos do outro no estado racional, social a que chegou o trabalho humano. Um termo não tem sentido sem o complementar. Talvez, o que os atuais críticos bem-intencionados que verberam a desumanidade da “sociedade de consumo” desejam indicar seja a intensiva procura por parte de todos os membros da comunidade civilizada dos bens de utilidade e de conforto criados pela ciência e pela técnica por via da indústria moderna. O único comentário razoável a fazer é mostrar que se multiplicou de tal maneira nos países desenvolvidos a quantidade de objetos e serviços desejáveis que, com inteira razão, aparece escandalosa e inadmissível a existência de seres humanos ainda desprovidos dos meios para possuí-los. Mas essa desigualdade retrata as sociedades até aqui existentes, nas quais o consumo dos benefícios e utilidades sempre foi privilégio de um pequeno grupo de “ricos-homens”. Também as sociedades antigas foram “de consumo”, apenas, claro está, de consumo para os que podiam ter acesso aos bens existentes. O desejo de possuir as utilidades indispensáveis ou de simples conforto não diminui o homem nem o desvaloriza. Ao contrário, encontramos aqui o objetivo normal de todos os indivíduos, exigindo beneficiar-se com a produção social. Se alguns pensadores e sociólogos desorientados vituperam a “sociedade de consumo” é porque não vêem que a injustiça não consiste no desejo do consumo, enquanto tal, mas, em primeiro lugar e fundamentalmente, na impossibilidade prática de acesso aos bens por parte de todos os homens, por motivo das desigualdades entre os membros da comunidade, e secundariamente no desvio da força intelectual e física do inventor ou do trabalhador para a fabricação de objetos “de luxo”, conspícuos, supérfluos, destinados deliberadamente a servir de fronteira social visível para separar aqueles que os podem adquirir, mesmo quando inúteis e dispendiosos, dos que jamais os conseguirão possuir. Conseqüência da diferenciação entre os ho-



mens tem sido até agora a impossibilidade de solucionar a segunda causa, secundária, do desnível no consumo, a saber, a insuficiência quantitativa de grande número de utilidades que, não sendo igualmente repartidas, acumulam-se preferencialmente nas mãos de uns poucos, de uma classe possuidora, em detrimento das grandes massas, colocadas à margem do consumo.

O “mal”, se tal termo tem sentido inteligível, não consiste na ânsia do consumo, por ora muito compreensível, visto ser privilégio de classe, mas exatamente na falta de consumo, sorte a que fica relegada a maioria. Evidentemente o consumo supõe a produção, e esta a invenção da técnica de fabricação. Por isso, o ato produtivo é o que coincide com a expressão da natureza racional real do homem. Porque só poucos são capazes de inventar e fazer, enquanto todos podem e desejam consumir. A dialética da produção e do consumo, enquanto noções contraditórias e recíprocas, forma um capítulo da ciência econômica até agora território de constantes e destruidoras invasões da mentalidade metafísica. Precisar-se-á ser devidamente investigada para se eliminarem numerosas ingenuidades de curso livre, mesmo entre estudiosos dotados de intenção dialética. Não se exigindo capacidade especial para o ato de consumir, que está ligado biologicamente à simples sustentação da vida, sendo comum ao homem e a qualquer outro animal, será a capacidade de produzir que irá dar realidade específica, distintiva, ao ser do homem. O “erro” da “sociedade de consumo” não reside efetivamente no consumo, direito natural de todos os homens, mas exatamente na falta de consumo pela grande maioria das massas, especialmente nos países subdesenvolvidos. A ânsia de consumir somente se revela imoral e desumana quando ostentada pelos que desfrutam preferencial e privadamente dessa possibilidade, resultante da espoliação exercida sobre os demais. Somente deve ser qualificado indigno o consumir de quem não produz. Tal acontece com as classes abastadas que procuram distanciar-se do povo pelo estilo da vida ociosa, nunca com as massas trabalhadoras, que participam ativamente da produção, no papel de únicos e verdadeiros produtores, embora, apesar disso, vejam-se retribuídas apenas com escasso poder de aquisição de objetos realizados pela sociedade. Deve ser julgada imoral e ilegítima a sociedade em que os valores supremamente respeitados são os relacionados com o poder de consumir, porque, estando este concentrado nas mãos de poucos, estabelece odioso privilégio discriminador. Mas, se assim não fora, a classe dominante, sempre minoritária, não se vangloriaria, não se valorizaria a seus próprios olhos por tão desumana façanha. Se todos consumissem igualmente, a classe dominante, se por uma absurda hipótese supuséssemos existir, não encontraria na exibição de tal prerrogativa um motivo de destaque.

Por este motivo não se deve admitir ser o poder de consumo, em si mesmo, índice de desumana constituição da sociedade, mas o que revela esse estado real encontra-se no fato da desigual distribuição dele. No dia em que todos tiverem equivalentes possibilidades de fruição dos bens sociais, para utilizá-los segundo as preferências individuais, deixará de haver entre os homens a desigualdade numa qualidade naturalmente comum ao ser humanizado e aos animais. Não haverá então produção superior e outra inferior porque todos os homens serão valorizados pela qualidade comum de produzir, e apenas diferenciados, sem que a diferença signifique discriminação existencial, pela natureza dos bens que criam. Ter-se-á então instalado como consumo normal aquilo que é exigido pelos membros da sociedade. No caso do homem, cada vez mais as exigências são representadas por bens culturais, fabricados pela tecnologia – a diferenciação autêntica e definitivamente humana da capacidade de produzir. Porque enquanto o primeiro fato, a necessidade de consumo, se refere à simples sustentação da vida, pela satisfação de necessidades que no homem, além de nutritivas, são igualmente culturais e éticas, o segundo representa o desenvolvimento da criação de novos bens, a extensão do conhecimento, a produção artística, realização da personalidade moral do homem, pelos atos mediante os quais se relaciona com os semelhantes. A produção define não apenas o exercício de uma essência humana, tal como se acha constituída em cada momento da história, mas se constitui no fator propulsor do progresso dessa qualidade essencial, levada então a florescer em formas superiores de realização de si.

Desde que a sociedade tenha suprimido a discriminação pelo consumo, tornar-se-á um fato de significação menor e irrelevante o sábio ou o artista, o técnico ou o dirigente político, o trabalhador ou o funcionário, o camponês ou o homem urbano se identificarem pelo veículo usado pelos objetos possuídos, até mesmo pela rotina horária e formal do trabalho, se cada qual está criando alguma coisa diferenciada no campo de sua atividade especializada e se a produção de cada um for moral e economicamente tão valorizada quanto a dos demais trabalhadores. Por conseguinte, não será a tecnologia enquanto tal que escraviza a pessoa e arrasa a “personalidade”, mas a sociedade onde reina a possibilidade de inferiorização do homem, que domestica o indivíduo para extirpar-lhe as faculdades criadoras, desencorajando-o da ação inventiva, formando-o para a obediência à propaganda dos objetos à venda e a imitação dos gestos da classe supostamente superior, e só por isso detentora, entre mil outros preciosos direitos, do privilégio de definir o que seja o “bom gosto”. Para isso justifica-se uma falseada tecnologia pedagógica na qual se destaca a irracional submissão dos membros da sociedade aos chamados “testes”, criminosos ins-

trumentos de mediocrização das massas infantis e de confusão dos anseios profissionais dos trabalhadores, com graves danos para a verdadeira educação dos seres humanos e a livre manifestação de capacidade criadora dos trabalhadores de todo gênero. Ao lado das medidas esmagadoras da personalidade e exatamente usadas pelos que hipocritamente doutrinam sobre a defesa desse “valor”, convém não considerar menor a influência das aparelhagens niveladoras dos processos de trabalho. Não se acuse simploriamente a tecnologia de destruir a pessoa: são as sociedades de produção capitalista que não estão construídas para servir à humanização do homem. Num requinte de malícia ideológica, um dos meios de que se valem para conservar a anulação do ser humano consiste em carregar de culpa a tecnologia, para que os trabalhadores ingenuamente a identifiquem com o inimigo – ela que não passa de instrumento –, enquanto o verdadeiro se oculta por trás dela, para se locupletar. Em casos particulares e mais simples, a verdade brilha com esplêndida evidência. Nenhum soldado odeia o canhão inimigo, mas o homem que o maneja. Mas a astúcia dos grupos dominantes, agora que a técnica, na forma simplória em que se propala a compreensão dela, envolve todas as manifestações da atividade humana e se tornou objeto de uma concepção ideológica que a apresenta na figura de entidade em si, manifesta-se em fazer crer ao público inocente que, relativamente à tecnologia, em totalidade, a situação tem caráter diferente. O homem, o trabalhador, o sábio, que normalmente jamais teriam motivo para odiar uma máquina, são induzidos sub-repticiamente a criar razões para culpar as máquinas. Por isso, a astúcia das classes dominantes cultas, fazendo descarregar a aversão sobre os instrumentos, deixando ilesos os agentes reais e sobretudo os fins que os movem.

#### 4. O conceito ingênuo de “guerra da natureza humana contra a tecnologia”

Ao falar em “guerra da natureza humana contra a tecnologia”, Toynbee dá à natureza um conteúdo fixo e ainda uma vez incorre num erro histórico primário. A natureza humana nunca foi estável e não se pode substantivá-la fora da realidade social e histórica do homem concreto, vivendo em determinado lugar e em certo tempo, pertencente a uma cultura, membro de tal classe, submetido a um regime de trabalho e a definidas relações de convivência. Referir-se à “natureza humana” sem implicitamente designar o contexto material em que se realiza equivale a emitir um *flatus recis*, cuja única função foi outrora ocupar o tempo dos disputantes nas controvérsias escolásticas. A natureza do

homem, como a de qualquer ser vivo, resulta primordialmente da evolução do mundo material, que lhe serve de base. É um processo histórico não apenas pelo aspecto biológico, mas sobretudo pela realidade social que nele se espelha e pelo conjunto das relações de trabalho produtivo que impõe a cada ser humano particular. Esse correlacionamento com os outros, sempre distintivamente pessoal, dá ao homem uma “essência”. No caso particular do homem a essência inclui a característica da autoconsciência e a capacidade de intervir voluntária e livremente na construção do mundo físico e, na medida do possível, na das relações sociais a que se acha submetido. A natureza humana de hoje identifica-se com aquela que se mostrou capaz de criar no curso do tempo a tecnologia agora realizada, parecendo-nos por isso a mais avançada. E o fez porque nessa produção reside o modo pelo qual cumpre a determinação imanente de prosseguir no processo evolutivo, onde a cultura, ou, em termos gerais, o desempenho da realidade social do homem, prolonga a fase puramente biológica e se substitui a ela como ambiente humanizador. A personalidade do homem de hoje define-se como a de quem vive com a tecnologia que criou e não *versus* a tecnologia, segundo o pueril e quase insensato julgamento de Toynbee. Nunca houve, nem poderia haver, esse *versus*. Tal noção supõe, em primeiro lugar, a existência em si da tecnologia, fora e independentemente do homem obrigado naturalmente a trabalhar sobre o mundo. Ademais, invoca, numa típica alegoria idealista, o antagonismo voluntário da técnica, sua “decisão” de se opor aos interesses e finalidades humanas.

Não é difícil perceber que estamos em face de uma prosopopéia nascida da imaginação do erudito antiquário britânico. A técnica não se choca com o homem: quem pode fazê-lo será um outro, armado da técnica engendrada expressamente para esse fim. Sendo um existencial, a técnica iguala-se ao mesmo homem no exercício das tarefas vitais irrecusáveis, fundamentalmente a de dominar a natureza e relacionar-se com os semelhantes nas ações produtivas. Exprime um modo de ser do homem, mas tendo de realizar-se no âmbito de um sistema de relações encontradas pelo indivíduo e a ele imposto. A escolha das técnicas a utilizar e o sentido que lhes dará dependerá da atitude de cada um, no cultivo de finalidades verdadeiramente humanas, no esforço pela eliminação das circunstâncias naturais e sociais nocivas. Um bacteriologista poderá trabalhar tanto para o centro de comando de uma guerra genocida, aprimorando uma cepa de germes para a destruição maciça de inocentes populações coloniais inermes, quanto para a descoberta de novos e mais potentes antibióticos. A técnica identifica-se com a mão do homem, executando a ação suspirada pelo pensamento. Odiar a técnica ou vituperá-la significa ou infantilismo

intelectual ou decidida cumplicidade com as forças sociais que lhe dão desumano emprego. Quem a culpar desculpa o verdadeiro culpado. A técnica, entendida na verdadeira significação lógica, tem de ser sempre um “bem”, porque constitui um dado do conhecimento da realidade. Mesmo as usadas com finalidades supremamente anti-humanas são em princípio um bem, porque representam um acréscimo do conhecimento, que, ao incorporá-las, deixa patente uma das formas de ação que os princípios do pensamento moral deve repudiar. A técnica, equiparando-se ao ser do homem, define sempre um bem, desde que o homem seja ele próprio um bem para o semelhante. A concepção pessimista da tecnologia é uma variante do catastrofismo histórico, rota típica da consciência ingênua de pensadores do tipo de Toynbee, os quais precisam apresentar o mundo como palco de um permanente drama funesto, para terem oportunidade de oferecer o remédio que trazem escondido no bolso, uma doutrina da “salvação” em virtude da qual o homem fica entregue ao mistério de um destino transcendente insondável ou o faz depender do capricho de uma irracional Providência cuja incerta benevolência só lhe cabe fervorosamente implorar. O desenvolvimento da tecnologia significa em termos gerais a expansão dos meios materiais para concretizar a humanização da sociedade. Não, claro está, que esse movimento se faça automaticamente, mas no sentido de dotar as forças sociais em luta pela realização de condições de vida plenamente humanizada para todos os homens dos meios indispensáveis para alcançar esse supremo objetivo.

Não há menos humanidade em nosso tempo do que no passado, por vivermos numa sociedade enriquecida de técnicas inconceivelmente poderosas. A verdade exprime-se na compreensão oposta. A personalidade humana mudou de conteúdo porque está deixando de ser a do homem agrário, de fato a do escravo ou a do servo da gleba, e seus sucessores, os assalariados atuais. Tem agora a seu serviço um mundo de instrumentos com que jamais sonhou e que só poderão se voltar contra um homem se algum outro os apontar nessa direção. Não devemos nos esquecer de uma frase que nos parece já haveremos expendido: a bola segue a trajetória do pensamento. Conviria fazer desta frase um apotegma orientador de muitas e graves reflexões. Cabe ao filósofo ou ao técnico crítico, possuidores da correta compreensão da dialética da história, empreender uma ardorosa defesa ao mesmo tempo da tecnologia e da personalidade humana. Denunciar como erros, simplórios ou maliciosos, todas as oposições que, sob qualquer pretexto, alguém pretenda estabelecer entre esses termos, as dramatizações literárias destituídas de fundamento objetivo, simples produto de devaneios ou do pensamento sem critério, inapto para distinguir as abstrações formais e vazias daquelas fundadas no reflexo autêntico da realidade na consciên-

cia. Qualquer menção à oposição entre o homem e a técnica denuncia infalivelmente uma ingenuidade intelectual. Quem assim se expressar demonstra não saber nem o que é o homem nem o que é a técnica. Quanto ao homem, prova ignorar o caráter histórico da natureza dele, a base social onde assenta o conteúdo real do conceito de personalidade. Com respeito à técnica, quem pensa segundo a impressionista oposição acima indicada ignora trata-se de uma mediação inerente a todo ato humano, em virtude da evolução biológica que criou condições graças às quais o animal homem galgou a condição de ente social. Somente terá tonalidade crítica, e portanto será verdadeira, a concepção que integra o homem na tecnologia, no mundo atualmente constituído, em larga parte produto do seu engenho criador, e integra a tecnologia na essência social do homem, porque é totalmente um resultado de suas condições de ser trabalhador. Unicamente a partir da concepção dialética, unificadora do produtor com o produto, pois um não existe sem o outro, será possível falar da finalidade do homem e do papel da técnica. O pensamento formal, como de regra, distingue sem unir. Deixa em definitivo separados, no entendimento, dados da realidade reunidos necessariamente no curso objetivo do movimento histórico e conjugados na unidade dos conceitos pelos quais são representados. O formalismo lógico não dispõe de recursos para proceder à síntese superior dos elementos enunciados separadamente, e por isso só pode relacioná-los por vínculos externos; não chega senão ao degrau das sínteses semânticas não dialéticas. As ligações exteriores, fundando-se ou no arbúrio das definições axiomáticas ou em apreensões empíricas, e mesmo experimentais, limitadas à superfície dos fatos, estabelecem-se entre objetos ou seres supostamente independentes, e suas propriedades ou atributos, dando em resultado os componentes do mundo aparecerem como entidades metafisicamente autônomas. Assim, o valor moral passa a ser entendido por si mesmo, destacado da pessoa. Igualmente, a técnica, apenas um modo de ser da atividade do homem, é interpretada como se fosse independente dele, criando o falso problema de relacionar os dois termos depois de os haver dissociado. A concepção dialética permite ao mesmo tempo distinguir a técnica e o homem que a inventa ou aplica, conforme acontece com qualquer propriedade de uma substância, e no entanto faz ver que nessa oposição a contradição estabelecida entre os fatores indica a necessária conciliação deles num plano superior, onde germina um novo conceito. A união dialética do homem e da técnica faz-se no processo histórico da sociedade, que supera a ambos. Quando dizemos haver, em dada fase da história, a tecnologia que lhe é possível possuir, estamos aludindo a esse incessante movimento de posição de opostos e composição de sínteses. A tecnologia de qualquer momen-

to da vida de uma sociedade oferece por conseguinte, na perspectiva dialética, duplo aspecto, que importa ao pensador conhecer e formular cuidadosamente. Por um lado, manifesta um fato presente, um estado atual do desenvolvimento das forças sociais produtivas, e em tal sentido admite ser idealmente concebida à parte do homem que a utiliza e a cuja essência realmente pertence. Vistas assim, parecem duas realidades formalmente defrontadas, reclamando ulterior unificação no avanço do progresso histórico. Mas, por outro lado, a tecnologia de certo momento, que, pelo ângulo de visão ao qual acabamos de nos referir, define um dos lados de uma contradição com o homem, solicitando a unidade superior com o outro termo, corporifica na verdade o resultado de uma síntese equivalente realizada no tempo histórico imediatamente anterior, pois se assim não fosse não se apresentaria atualmente no estado de dado objetivo completo. Na tecnologia de todo momento há portanto dois aspectos a considerar: um, pelo qual se apresenta com a feição de síntese dialética já realizada, e por isso existente na qualidade de operação ou de dispositivo material utilizável; outro, em razão do qual tem de ser interpretada, por força das virtualidades que convêm, como um dos termos da contradição dialética com o homem que a vai utilizar, nela descobrindo os limites que, se são suas virtudes presentes, apontam igualmente os rumos da superação necessária, a substituição por formas mais perfeitas. No segundo sentido implica a exigência da síntese superadora ainda a realizar-se. Deste modo, sendo a ação pela qual o homem se constitui a si mesmo no desenvolvimento social, a tecnologia, pela passagem de contradição existente à contradição superada, desempenha o natural papel de mediação do processo real da vida dos homens.

O formalismo lógico mostra-se insuficiente para apreender esse movimento e decai no erro e na impossibilidade de compreender os fatos porque separa abstratamente o que só tem sentido ligado, no ato permanente do existir humano. A lógica dialética tem o direito de valer-se da noção de oposição ou contradição entre a tecnologia e o homem, porque o faz atribuindo-lhe o significado de distinção entre o agente e a mediação. Utiliza-se do conceito porque nele está implícito tratar-se de oposição dialética, um modo de inteligibilidade de aspectos e seres da realidade que, no mesmo enunciado pelo qual os declara distintos, unifica-os, fazendo-os aparecer identificados nas sínteses sucessivas constitutivas dos momentos do curso histórico. Se por toda parte nos opomos à distinção entre a tecnologia e a essência do homem produtor é porque prevenimos a tendência quase geral de entendê-la formalmente, o que a deturpa, representando na verdade um erro epistemológico. Sabemos que a distinção somente pode ser efetuada a título de ato analítico daquilo que, no movimento do

processo real onde figura, existe no estado de unidade concreta, objetivamente indissociável. A finalidade do homem e a função da tecnologia unem-se materialmente porque a primeira não pode ser alcançada sem a mediação da segunda, e esta não tem existência nem significação fora do papel que exerceu, ou exerce, na realização das intenções humanas.

Entretanto, o destino da unidade de fatores dialéticos nem é automático nem corre à revelia. Possui um sentido que, segundo nosso modo de pensar, consiste no constante incremento da liberdade. Para a compreensão mística a técnica revela-se adversária do homem. Tem grave inconveniente essa confusão impressionista, porque não deixa compreender corretamente nem o que seja a técnica nem o que seja o homem. Para quem assume a perspectiva crítica, contudo, a técnica, sendo o ato do homem, carrega-se de valor. Não que o possua por si mesma e em caráter absoluto, mas porque o adquire ao refletir o valor de quem a inventa e domina. A noção de valor unicamente tem sentido se for apreciada no fundamento humano, na atividade do ser que pode modificar a realidade e recebe uma nota axiológica conforme a qualidade da finalidade de que decorrem os atos praticados, medida tal qualidade pela contribuição social que significa para o bem-estar material e moral da humanidade. Ao executarem a mediação técnica em relação com a natureza ou com os semelhantes, os homens ligam-se uns aos outros e põem a descoberto o valor moral dos atos praticados. Do outro lado, o valor, emprestado intimamente pelo agente aos instrumentos e métodos utilizados, reverte patentemente ao indivíduo atuante, e o assinala com a nota merecida. Ora, de todos os atos humanos, os mais valiosos são os que contribuem para o incremento da liberdade. Exclusivamente por meio dessa espécie de atos o homem encontrará a possibilidade de desempenhar todos os demais, os que transportam numerosas outras formas de valor, que, deste modo, demonstram ser decorrências da existência da liberdade. Uma das perniciosas ilusões metafísicas consiste em compreender a liberdade em abstrato, julgada um valor ideal ou uma propriedade congênita do "espírito", por imaginária doação divina ou como atributo da imaterial "natureza anímica" possuída miraculosamente pelo homem. Assim entendida, fica entregue à oratória dos demagogos, às especulações dos eclesiásticos ou às alucinações dos profetas. A liberdade tem de ser compreendida em sentido concreto, e será então definida como a capacidade de executar atos materiais libertadores. Tais atos são aqueles que contribuem para constituir um regime de relações sociais no qual cada homem adquira o poder de realizar fácil e amplamente as formas de criação cultural e de aquisição do conhecimento que sua racionalidade imanente e a capacidade de imaginação lhe outorgam; no qual



se organize coletivamente a humanização das normas de trabalho em um sistema que permita a todos atingirem o estado existencial a que se costuma dar a designação emocional, mas nem por isso menos real, de felicidade. A técnica, corretamente interpretada, identifica-se com o poder de executar o máximo de possíveis atos libertadores, conforme percebe até mesmo a sociologia vulgar, que apesar de tudo compreende o papel dela na libertação do homem do trabalho manual, e agora, em crescente medida, do trabalho mental.

## 5. *A concepção escatológica da tecnologia*

O sentimento de entrada na “era eletrônica”, na “era cibernética”, na “era espacial” ou na da exploração do átomo produz tão intensa influência na consciência dos comentadores despreparados, e principalmente na dos vulgarizados irresponsáveis, que culmina naturalmente na interpretação da tecnologia que a transforma em escatologia. A ciência foi se desenvolvendo em ritmo tão acelerado que de agora em diante ela, e apenas ela, determinará a realidade do homem, as relações sociais e o curso da história. Por conseguinte, sua função suprema e última consiste em prescrever o desfecho da existência da humanidade. Constitui-se, assim, em doutrina das “últimas coisas”, aquilo que as teologias consideravam ser objeto privativo de suas insondáveis lucubrações e um dos mistérios que anunciavam. Chegando, porém, à “era tecnológica”, quando a escolástica clássica se torna motivo de ironia, sem se perceber que renasce por efeito das próprias zombarias de que a crivam, a revelação compete à ciência. Compreende-se portanto que os mais audaciosos, ou argutos, dos sacerdotes científicos são os que se proclamam arautos do final dos tempos. Mas, explicam condescendentemente os sábios, a quem foi concedida a visão beatífica da tecnologia, a ciência adquiriu o poder de previsão por motivo da extraordinária expansão conquistada, pela submissão de todos os aspectos da realidade à pesquisa experimental e pelas criações cibernéticas que dela emanam e vão ser os instrumentos envolventes das ações humanas e determinadores do curso da história da humanidade. Noutras palavras, a tecnologia representa atualmente a forma científica da escatologia. Daí o respeito exigido pelos atuais videntes. Proferem hoje seus vaticínios e imprecações não mais em nome de uma divindade iracunda, caprichosa e incognoscível, mas em função do saber que o estudo e a inteligência lhes outorgam.

Estamos, claramente, em presença de uma das mais pueris manifestações de ingenuidade intelectual, mas o tom dramático das proclamações dos pregoeiros do destino e a suposta autoridade científica sob a qual se escudam dá-

lhes especial poder de insinuação, capaz de levar a inquietação e a angústia ao espírito de numerosos leitores e curiosos semicultos. Torna-se por vezes difícil descobrir, para denunciá-los devidamente, dois aspectos inerentes a esse gênero de atividade literária, a saber, a fraqueza das prefigurações pseudo-rationais e o caráter ideológico de que infalivelmente se revestem. Toda escatologia por definição equipara-se a uma infantil atitude de pensamento, ligada a fórmulas sibilinas ou cabalísticas, que pretende atualmente apoiar-se em argumentos imaginariamente fornecidos pela ciência e pela tecnologia de nossos dias. Imitando o que faziam outrora os doutores em cânones, persiste em cultivar visões sobrenaturais do mundo. Não teria razão quem julgasse não haver motivo para a repetição em nosso tempo de tão primitiva atitude mental. Se essa fantasista espécie de conhecimento se arroga o direito de explicar a realidade do homem, nada mais natural do que se anteciper ao futuro, assumindo tom profético. Afinal, há tanta razão para os novos videntes, formados pela visão cibernética do mundo, enunciarem o que dizem sobre o presente, na explicação de natureza verdadeira do homem, quanto para augurar o que será o futuro, mostrando-nos desde já os “fins últimos” da humanidade. Toda escatologia está envolvida no clima de mistério e inquietude correspondente à etapa mística do pensamento, ainda desarmado de instrumentos lógicos para enfrentar racionalmente o curso dos fenômenos naturais e interpretar a relação entre eles e a vida humana. Prejudicial é a persistência dessa aura de misticismo em tempos nos quais se desenvolveu suficientemente o legítimo conhecimento científico e são conhecidas as corretas teorias explicativas da realidade social do homem e da história, justificando a recusa à crença nas alucinantes divagações. Devemos, porém, considerar mais grave do que a conservação dela a tentativa de arrastar a ciência para o âmbito do mistério e da revelação irracional. Os despreparados filósofos da técnica, especialmente os comentadores da cibernética, expõem muitas vezes o conhecimento da realidade em termos místicos e se esforçam por introduzir no círculo do pensamento lógico uma série de problemas imaginários, obrigando a discussão, pelos autênticos homens de ciência, de questões que representam tão-somente sobrevivências de fases superadas da marcha da racionalidade do espírito humano. Um desses pseudoproblemas identifica-se com a escatologia. Não sendo atualmente possível discuti-lo no envoltório místico ou escolástico em que era tratado nas épocas de predomínio da visão fantasista da realidade, os interessados na conservação do sentido ideológico subjacente ao debate tentam insinuar a mesma mistificação sob a capa das legítimas realizações da inteligência, conforme acontece com a exploração da tecnologia. Por este motivo vemo-la aparecer hoje em dia servindo

supostamente de fundamento para o enunciado das velhas mistagogias acondicionadas em formato moderno.

Para se interpretar a tecnologia com caráter escatológico faz-se preciso creditar certas conceituações que constituem as premissas da aceitação submissa das conclusões irracionais, embora expostas com arte verbal e plena modernidade de argumentação. Para apresentar a tecnologia, mostrando-a dotada desse novo papel, torna-se indispensável fazer os leitores acreditarem na capacidade do desenvolvimento tecnológico de determinar o modo final da realidade do homem. Acha-se aí contido um ardid cujo sucesso estabelece a primeira exigência para a montagem do cenário escatológico. Referimo-nos à possibilidade de emprestar sentido lógico à idéia de fim ou final da existência da humanidade. Evidentemente, sendo uma espécie biológica, o homem pode sucumbir a condições ecológicas que, dizem, tal como aconteceu a inúmeras outras espécies animais no passado, está acontecendo em nosso tempo e parece ter de acontecer proximamente com outras. Nada garante a existência do homem, a não ser os recursos da sua inteligência. Se foram estes que deram origem à espécie e a defenderam até hoje dos perigos que ameaçavam a evolução dela, é lícito esperar que para o futuro seja essa mesma capacidade criadora de instrumento e transformadora das condições, inclusive as hostis, da realidade a única força ao dispor do homem para lhe assegurar a sobrevivência e a defesa contra as ameaças desconhecidas que a espécie tenha de vencer em sua marcha histórica. Não sendo mais um animal exposto unicamente aos perigos de situações ambientais originadas de condições físicas deletérias independentes da vontade, do ponto de vista biológico o homem apresenta de especial um traço distintivo: o de constituir a única espécie ameaçada não somente pela natureza, como todas as outras, mas pelas criações do próprio engenho, capazes de ser, por alguns indivíduos ou grupos, convertidas em armas letais e genocidas. Vale a pena meditar sobre a seguinte noção: a natureza não tem, não produz nem usa armas. O conceito de “arma” não repousa em base biológica, tem conteúdo puramente social. As garras, os dentes, os chifres ou o veneno dos animais não são armas no sentido real do termo, mas produtos da seleção biológica incorporados à estrutura anatômica do animal e associados a comportamentos instintivos, visando a assegurar a sobrevivência de certas espécies. São chamados “armas” por quem os aprecia e define do ponto de vista do conceito teórico humano de “luta pela vida”. A natureza em determinadas condições destrói os seres vivos, entre eles os homens, mas não usa armas. Porque a arma condensa na verdade um projeto, uma invenção humana, e unicamente adquire sentido quando concebida para ser empregada contra outro animal, irracional ou não.

O conceito de “destruição” imputado à natureza nada tem de comum com a idéia do mesmo nome relativa ao homem. A natureza não pode ser “má” porque não atua segundo finalidades. Segue seu curso, em obediência a determinações casuais onde se espelha a lógica dos processos materiais que a constituem.

Se a existência da humanidade não significa um fato assegurado, e se realmente a arma que eventualmente a poderia destruir seria um produto tecnológico, pois é inadmissível raciocinar seriamente com base em algum indefinido cataclismo cósmico, sem dúvida não impossível em sentido absoluto mas impensável na perspectiva científica, a tecnologia não deverá ser responsabilizada pela hecatombe final, que não é efeito dela, visto não existir enquanto entidade, e sim de grupos humanos decididos a uma ação coletiva suicida, na defesa desvairada de interesses materiais ou ideológicos. Nesta hipótese a tecnologia tão-somente contribuiria instrumentalmente para destruir definitivamente a vida humana no planeta, mas nem por isso caberia atribuir-lhe qualquer sentido escatológico. A inteligência humana tem de ser naturalmente uma força de conservação da espécie, conforme comprova a criação desta, devida ao desenvolvimento da racionalidade. Só o colapso da razão, fenômeno logicamente inadmissível em escala universal, poderia causar a aniquilação da espécie. Antes que tal ocorresse, porém, as forças sociais ainda não desumanizadas reagiriam no sentido do retorno ao equilíbrio, sendo de supor que os grupos desvairados pela perda dos privilégios, por numerosas armas mortíferas que possuam, não encontrarão possibilidade de utilizá-las, porque precisariam vencer a mais poderosa e obstinada resistência, a da racionalidade da espécie. Essa qualidade biológica exerce-se atualmente em condições culturais no âmbito social, ou seja, cada vez mais se estende a autoconsciência do destino humano. O homem, depois de se haver julgado por incontáveis milênios um brinquedo nas mãos da fatalidade, dos deuses ou de energias imateriais incompreensíveis, sabe hoje depender de si mesmo, ter-se feito a si mesmo, só vindo a desaparecer, enquanto espécie viva, em consequência de um ato insano que praticasse. Porém, um ato assim não seria uma imposição natural, mas uma decisão intencional, por conseguinte um fato social, exigindo o consentimento de pelo menos uma parte dos seres humanos. A suposição do fim da humanidade terá de ser pensada como fato histórico cultural. No entanto, nada indica que a humanidade venha algum dia a dispor-se ao holocausto de si mesma, se até aqui se constituiu, progrediu e se justificou pela capacidade de autoconservar-se, graças à vitória sobre os inimigos naturais e sociais que a ameaçavam.

Para aceitar a crença na escatologia seria preciso admitir que a destruição da espécie pudesse provir de fatores criados pelo homem, mas tornados inde-

pendentes dele, em particular a tecnologia bélica. Ainda aqui a hipótese revela-se inverossímil. A tecnologia não se confunde com as forças físicas autônomas porque, embora se materialize em instrumentos, dispositivos e procedimentos que atuam fisicamente sobre o homem, é produto dele e o tem por agente necessário. Deste modo, a hipótese da escatologia ingênua comprova ser autocontraditória, porquanto ainda no caso de alguém crer que a técnica decide o destino do homem, sendo mera mediação, demonstraria exatamente a afirmação oposta, mostraria que unicamente o homem é autor do seu destino. O equívoco do conceito escatológico, em qualquer formulação acaso concebida, teológica, mística, histórica, ficto-científica ou tecnológica, consiste em supor a possibilidade universal de um fim último absoluto, quando realmente ninguém pode conceber senão fins últimos relativos na escala da espécie. Apenas para o indivíduo o fim é absoluto, porquanto tem fatalmente de sucumbir algum dia. Essa imposição, porém, pertence ao processo biológico que põe fim ao ente individual mas não o põe a si mesmo. Nada tem a ver com a noção de escatologia, referida puerilmente ao término das gerações, fenômeno não previsto por nenhuma lei biológica, ou ao fim dos tempos, total contra-senso filosófico, porquanto fere o princípio dialético da eternidade da matéria em contínuo movimento no tempo e no espaço. Quanto à humanidade, para nos mantermos nos limites do racionalmente previsível, se quisermos nos referir a um “fim” será preciso declará-lo sempre relativo, dialético, unificando-se com o permanente começo. Claro está que falamos aqui uma linguagem racional, referimo-nos ao fato objetivo da coincidência dos contrários na síntese dialética que os unifica. O que dizemos nada tem a ver, nem por sombra, com a noção mística irracional do chamado “eterno retorno”, própria de certas religiões orientais e das lucubrações fantasistas de algumas filosofias arquetadas à margem, ou na ausência, da lógica. A todo instante a humanidade está terminando e começando, não simplesmente no aspecto biológico da sucessão dos seres que a compõem, mas igualmente no aspecto histórico, na série das transformações sociais pelas quais passa, sem jamais permanecer imodificada. Toda transformação histórica significa, em caráter relativo, a realização escatológica dos tempos precedentes e de tudo quanto neles se continha, mas equivale também simultaneamente a uma “proterologia”, a ciência das coisas iniciais, as que pela primeira vez estão acontecendo. A unidade do absoluto e do relativo, do final e do inicial forma o fato histórico, a todo momento em curso de emergência e desaparecimento. A “escatologia”, se tivéssemos de admitir qualquer coisa com este nome, ao contrário de quanto pensa a consciência teológica sim-plista, não se refere ao futuro mas ao presente. Não haveria futuro se o presen-

te não desaparecesse e não chegassem ao término os seres, instituições, conhecimentos e valores que toda geração venera pelo que tem de meritórios e acalenta, por um engano da compreensão despreparada, neles vendo coisas situadas fora do tempo. A escatologia cai no erro de não distinguir entre os dois sentidos da palavra “último”, que significa ao mesmo tempo “derradeiro”, final, e “imediató”, mais recente. Por isso, ao se definir puerilmente como a “ciência das últimas coisas”, longe de visar a um futuro indefinidamente distante, na verdade não sai de um eterno, continuamente renovado, presente. O que a consciência elementar entende por “escatologia” confunde-se na verdade com a escandalizante e terrível irrupção do tempo no que julgava ser o domínio do eterno. Por isso, contrariando a perspectiva assustada e medíocre, a escatologia teológica deveria compreender que as “últimas coisas” são efetivamente as coisas atuais, as que acredita não deverem ser tocadas pelo tempo. Se a tecnologia estivesse incluída entre as realidades do presente imobilizado e definitivo não poderia evoluir e não passaria, tal como o próprio homem, de uma idéia ilusória.

A tecnologia não pode criar a situação última do homem, em primeiro lugar porque não há situação última, mas em seguida também porque pertence à natureza da técnica a contínua projeção para o porvir, pois é apenas um aspecto do projeto existencial do ser humano. Toda técnica mostra-se ao mesmo tempo insuficiente e relativamente eficaz, porque descobre a necessária imperfeição no mesmo ato em que realiza o melhoramento ou substituição. Um dos efeitos daninhos da substantivação da técnica, à qual várias vezes temos feito referência, ao nos depararmos com alguma de suas modalidades, consiste em retirá-la do verdadeiro tempo histórico, aquele vivido pelos homens no processo das transformações sociais para colocá-la num tempo fictício, irreal, mentalmente concebido em forma de sucessão de fatos e etapas tecnológicas. Assim, a técnica fica sendo entendida, na sua evolução, em função de si mesma, o que a entifica e igualmente a retira da superfície geral da história. Somente nesta perspectiva, vista na figura de coisa em si, assume feições de agentes capazes de decidir da sorte da humanidade. Quando, ao contrário, pensamos corretamente e consideramos a sociedade, a saber, o modo pelo qual os homens produzem a existência, como o único sujeito da história, compreendemos logo o legítimo papel da tecnologia nesse contexto em contínua mutação e vemos a necessidade de inverter a ordem de uma errônea correlação de conceitos, mostrando que unicamente a humanidade pode ser a escatologia da tecnologia. É uma ingenuidade das mais freqüentes dizer-se que o homem “precisa” da técnica para sobreviver, porque o simples fato material da sobrevivência prova possuí-la enquanto forma de atividade coerente ao seu próprio ser.

Mas a ingenuidade dessas concepções mostra-se persistente. Há sempre um odre novo em que pode ser vertido o mesmo velho óleo teológico. A noção do Juízo Final, dirigido por computadores togados, associada agora a interesses econômicos extremamente poderosos, mantém-se e renova-se nas formulações espetaculares que lhe dão os vulgarizadores atuais. Observa-se porém a este respeito um fenômeno significativo. Se a nocividade do conceito permanece a mesma, as formas em que se configura o desenlace escatológico são opostas, embora convergentes para uma idêntica confusão de espírito. Trata-se de saber que espécie de fim a tecnologia prepara para o homem. Duas concepções são veiculadas e circulam com igual insistência em livros de baixa futurologia, revistas sem maior responsabilidade nos suplementos dominicais da imprensa. Podemos denominá-las a apoteose e a catástrofe. O cenário apoteótico tem a seu favor a maior antigüidade, sendo o preferido das religiões salvacionistas e, talvez, da maior parte de quantos acreditam singelamente, sem a indispensável reflexão crítica, nos benefícios miraculosos da tecnologia. A hipótese rósea convém especialmente aos espíritos românticos, mas ao mesmo tempo funciona como poderosa arma ideológica enfeitiçadora, engendrando confortadoras ilusões, quando manejada por pregadores de cediças doutrinas teológicas lenitivas, cujo verdadeiro objetivo está em desculpar as carências da realidade, os prejuízos causados aos trabalhadores pelas relações sociais vigentes, desviando delas a atenção e transportando a felicidade para um futuro indiscriminado, com um valor infinitamente compensador das agruras do presente. Segundo o conceito apoteótico a tecnologia conduz ao crepúsculo paradisíaco da existência humana, ao término de todos os sofrimentos, inclusive os produzidos, passageira e casualmente, pela própria tecnologia, guerras, desastres nos meios de transportes, doenças e acidentes de trabalho, empobrecimento das massas, servidões humanas etc. A vitória da razão graças à técnica será a entrada na era da perfeição final. Para a concepção eufórica a tecnologia desempenha o papel da Providência. No fim todos serão salvos, mesmo os maus, os exploradores, os destruidores. Chamamos a essa benta atitude de deslumbramento a anábase da técnica. Conforme esse modo de pensar, a técnica seria uma força de ascensão (anábase) contínua, embora sinuosa, em virtude da qual a humanidade receberia um generoso impulso que a levaria a galgar etapas históricas cada vez mais ricas e benévolas, até chegar à culminação da inefável felicidade. Sem dúvida, a lírica anunciação do futuro tem de reconhecer que, por ora, as coisas não se passam bem assim, estando mesmo ainda muito longe deste esplêndido desfecho. Mas os teólogos da tecnologia, assim como os das muitas outras divindades que jazem à beira da estrada da história, recorrem a sutis argumen-

tos para ao mesmo tempo reconhecer a maldade dos tempos atualmente vividos e garantir, convictos, a certeza da ventura final. Costumam indicar o caráter insondável das intenções divinas, o enigmático e contraditório “escrever certo por linhas erradas”, explicação que, com o valor de argumento lógico, pode satisfazer simplesmente os papalvos, o mistério do poder inconcebível que regula a marcha da história e permite o mal passageiro enquanto condição para chegar ao bem definitivo. Tal modo de pensar tem evidentemente de passar por cima de numerosas, sérias e aniquiladoras objeções interpostas pela razão, em seu exercício normal, meditando sobriamente e preferindo submeter-se às exigências da lógica. Assim, por exemplo, parece difícil aceitar o enunciado da evolução poética, quando qualquer pessoa de bom senso verifica objetivamente que a imensa maioria dos homens, em todos os tempos, passou a existência individual inteira no regime de privação dos bens, na única vida que lhes foi dado viver, e ainda por cima venham agora os vates da tecnologia, ou de outra teologia equivalente, pretender demonstrar, numa despuorida e desumana zombaria, que esse mal tenha tido caráter “temporário”. Praticamente para a humanidade inteira, desde os alvares da história, excluídos os poderosos e afortunados exploradores, a vida decorreu toda na fase do “mal provisório”. Certamente essas indefinidas multidões de trabalhadores não concordarão com a lírica e maliciosa denominação que os teóricos apologetas das classes dominantes querem inculcar na compreensão das massas para designar a existência que tiveram e têm de suportar.

Ao aceitarmos, em princípio, a anábase da tecnologia, temos de admitir que, de fato, a humanidade somente percorreu até hoje a parte catabólica da curva histórica. Para as incontáveis massas sofredoras, que não conheceram senão a miséria, a servidão e a incultura, os “salvos” sempre foram “os outros”, a pequena minoria que, em todos os tempos, chegou, ou chegará, à fase apoteótica. A teoria da “salvação” tem o pequeno inconveniente de apontar exclusivamente como “salvos” os outros, a chamada “legião dos eleitos”, a qual, vista de perto, não passa de minguada procissão de cidade de roça. Quer iludir a humanidade inteira, inculcando-lhe, por conta de poderosos interesse materiais de pequenos grupos privilegiados, a tarefa ideológica de manter viva uma esperança que ninguém nota concretizar-se. A técnica ignora, evidentemente, tais especulações teológico-políticas, mas aparece comprometida, porque os apóstolos da nova versão da velha mistificação dela se valem para dar apoio a suas sedutoras profecias. Qualquer extraordinária proeza tecnológica adquire caráter miraculoso. Assim tem de ser para ficar demonstrado o cuidado com que a Providência eletrônica vela pela marcha da humanidade. O perigoso engodo



dessa maligna ilusão consiste em separar o homem e a técnica, fazendo de ambos, indiscriminadamente, instrumentos involuntários de um poder superior irracional. Para as massas, necessitadas de alguma palavra de esperança, e devendo por todos os meios ser impedidas de descobrir o fato elementar de só poderem encontrar “salvação” nelas mesmas, nos esforços expendidos para se libertar por própria iniciativa das explorações que corrompem a realidade humana do trabalho, todos os estribilhos suavizantes e consoladores têm probabilidade de aceitação, dada a falta de consciência crítica em extensas camadas das populações pobres, docilmente arrebanhadas pelos magos de todas as eras, os quais lhes anunciam com unção visões como as expressas em frases deste tipo: os justos verão a Deus. Irracionais e desumanas jaculatórias desse gênero levam à seguinte lógica conclusão: os que não o verão, e são praticamente a totalidade da humanidade, ainda não agraciada com os primeiros sinais da bem-aventurança futura – a boa vida e a posse dos bens de conforto material –, são injustos. Ou ainda um versículo escatológico, para levar as massas ao sono e ao sonho, tal o de Mateus (13, 43): “Então os justos resplandecerão como o sol, no reino de meu Pai”. Mas conseqüências tão moralmente insensatas repugnam ao sentimento de solidariedade humana. Na verdade, o sentido dos maliciosos preceitos é outro. Querem apenas servir para definir o que são os “justos”. Ficamos então sabendo que tal exaltadora designação se aplica aos “mansos”, aos submissos, conformados, mudos, amargurados mas inatuantes signatários dos recibos de pagamento dos salários, se suficientemente alfabetizados, e, quando não, aos conferidores dos “vales do barracão”. Por conseguinte, a versão apoteótica da escatologia tecnológica não passa de um palavrório oco, expendendo uma doutrina irracional e lesiva aos legítimos e naturais interesses da humanidade, além de escarnecedora dos sentimentos que a consciência moral da espécie vem acrisolando no curso das lutas de libertação dos homens dos jugos milenares que sobre eles têm pesado.

Se algum pensador suficientemente sensível aos reclamos da consciência moral da humanidade denuncia a absurdidade da mencionada cavilação ideológica, corre o risco, caso não possua a necessária orientação dialética, de cair no engano oposto, tão simplório e prejudicial quanto o que acabamos de esboçar. Acontece esse infeliz acidente aos que preferem cultivar a escatologia catastrófica da tecnologia. Segundo a nova opinião, a tecnologia conduz ao extermínio de todos os bens humanos, à falência final da existência em seus valores puros, nobres, divinos, esmagada e destruída pelas máquinas criadas por uma civilização decaída na sedução das esperanças tecnológicas, vindo de repente a acordar num leito infestado de escorpiões. Não parece necessário reproduzir,

além dos citados, novos trechos dessa primária litania filosófica, encontrada em grande número de autores de obras sociológicas relativas à cibernética em geral, à mecanização da produção e dos resultados dos progressos científicos sobre o futuro do homem. Os zelosos guias espirituais, a quem incumbe a curatela da humanidade, encontram campo livre para queixumes e soturnas advertências ao verem a vertiginosa vaga de invenções técnicas avassalando a vida civilizada, envolvendo o homem, como as serpentes fizeram com Laocoonte, privando-o da liberdade e asfixiando-o. O homem deixou de ser um ente moral, uma criatura modelada no vil barro terrestre pelas próprias mãos divinas, para se tornar uma unidade de um gênero zoológico, um número num complexo industrial, no catálogo telefônico de uma cidade, num fichário de repartição pública, finalmente num atestado de óbito. Tão aniquilador desfecho deve-se à perda do domínio sobre suas criações, especialmente a maquinaria gigantesca das quais tornou-se o servo abúlico e cego, sem sequer saber por que lhe aconteceu tamanha desgraça coletiva. Ignora por onde caminha. A única esperança de conhecer o que o aguarda e como deve comportar-se para sobreviver e recuperar o bem-estar e a humanização perdidas consiste – ó suprema ironia da história – em interrogar as próprias máquinas, agora superiores à sua capacidade racional e por isso convertidas nos motores clarividentes dos quais pode esperar, se não piedade, ao menos inteligência, para a resolução de suas aflições. Mas estas, conforme costumava fazer a Sibila de Delfos, respondem com “palavras delirantes”, segundo dizia Heráclito, e por isso não se deixam entender diretamente pelos angustiados suplicantes, o que obriga a constituir-se, tal como aconteceu em torno da Pítia antiga, toda uma confraria sacerdotal de intérpretes encarregados de traduzir o oráculo para os ignaros impetrantes. Os colegas modernos daqueles tradutores délficos são os escritores de artigos e ensaios sobre a civilização mecanizada e automatizada de nossos dias, os irresponsáveis vulgarizadores de fictociência cibernética e futuroológica, que julgam o progresso da verdadeira ciência e da tecnologia o supremo flagelo, na verdade a realização, em pleno curso, da catástrofe final, a aniquilação, primeiro, dos valores humanos, logo seguida da extinção da raça inteira dos entes desvairados, produtores de sua mesma distinção.

Sendo inútil alongar-nos na exposição dessa necessidade, cremos suficiente, para criticá-la, apreciá-la por um ângulo talvez ainda não assinalado pelos analistas de bom senso. Parece-nos razoável enquadrar tão fastidiosa jeremiada no conceito que podemos denominar “fetichismo tecnológico”. Depois do fetichismo da mercadoria, que supõe no objeto venal um valor imanente, a que todos têm de se curvar por estarem diante de um terrífico e misterioso poder,

sem reconhecerem que nela se oculta apenas uma determinada forma de relação social entre os homens, encontramos agora, com equivalentes características, o fetichismo da técnica. Supondo-se que esta existe por si, uma vez criada passa a ser para a totalidade dos homens um fator atuante distinto deles, uma força externa que os cria à sua imagem e de acordo com exigências só a ela pertencentes. O homem torna-se prisioneiro de potências demoníacas, por ele desencadeadas e sendo atualmente incapaz de dominá-las. Impotente diante delas, degrada-se à condição de ente abúlico e cego, por elas dirigido. Daí a iminência do advento do tempo apocalíptico. Ninguém duvide que não poderá estar longe a chegada dos tempos. São muitas as modalidades da tecnologia que conduzirão ao cataclismo, as artes bélicas, a expansão industrial, a voracidade no consumo de bens de luxo, com o sacrifício definitivo do homem às exigências da produção, a pedagogia de caráter político, mediante a qual os fatores sociais dominantes pretendem assenhorear-se das consciências, conformando-as aos seus interesses. Por todas essas vias, chega-se sempre a um mesmo resultado, variando apenas nos detalhes, ao sabor das preferências individuais, mas sintetizado numa desgraça única e total, a perda da liberdade. Encontramo-nos num processo de declínio irremediável e sem retorno.

Eis aí, em linhas gerais, o panorama da escatologia catastrófica. Em substância equivale à oposta, a arcádica, pela imanente ingenuidade de ambas. Para restabelecer a claridade do pensamento racional em meio a essas nebulosidades e desatinos imaginativos precisa-se começar por negar o caráter escatológico da tecnologia, coisa fácil, desde que se compreenda a intrínseca simplicidade do conceito de escatologia. Procedente de cogitações teológicas, reflete naturalmente o caráter mágico da mentalidade que o originou e cultiva. Não há portanto necessidade de discuti-lo em particular, sendo suficiente, no plano do pensamento lógico, afastá-lo em sua qualidade de produção de uma concepção irracional do mundo. Contudo, no plano social, nas sociedades onde impe- ra o propósito de obscurecer a reflexão teórica eventualmente prejudicial aos interesses dominantes, a eliminação de tal conceito não depende só da demons- tração e reconhecimento da irracionalidade da idéia, pois existem outros fatores contribuindo para sustentá-la na consciência até de respeitáveis, mas simplistas, estudiosos de ciências legítimas. O esclarecimento da inteligência neste caso será um processo individual quanto à incidência, mas social no curso, pois dependerá das possibilidades objetivas de ascensão das forças sociais portadoras do desenvolvimento histórico da razão. Se tivesse significação estabelecer-se a alternativa entre a atividade pessimista e a otimista, teríamos de dizer que a última corresponderia ao caminho da verdade. Contudo, a certeza do poder

humanizador do progresso tecnológico, racional, portanto dialeticamente concebido, nada tem de comum, nem no conteúdo, nem na argumentação, nem nos suportes sociais e finalidades com a visão beatífica, por nós inicialmente criticada. A tecnologia, se assim quisermos nos exprimir, é sempre um bem, pelo simples fato de constituir um acréscimo do conhecimento humano, a expansão da cultura, na verdade um aspecto da manobra da hominização, mesmo quando impiedosa na aplicação, em virtude das condições sociais ou dos interesses dos agentes a que serve. Em princípio, a tecnologia, sendo propriedade social, em sentido econômico e ético, representará um benefício para o homem se a sociedade que a engendra e utiliza for, ela própria, um bem para o homem que a compõe. Mas a noção de “compor” oculta duplo significado. De um lado, o homem figura abstratamente a título de fator numérico, na formação do grupo ou classe lógica denominada conjunto social. Por outro lado, o homem compõe também material e concretamente a instituição a que pertence, a que deve a origem, da qual não se pode segregar, e que precisa modificar para se realizar no processo do desenvolvimento histórico de sua racionalidade, em contínuo aperfeiçoamento. Por este aspecto fica ressaltado o papel ativo e construtor que cabe ao homem na realização da sociedade. Com razão dizemos portanto que a sociedade nunca possui o homem, na qualidade de componente passivo, arrastado por forças esmagadoras contra as quais nada pode fazer. Ao contrário, a atuação dele é que define a forma, a constituição do regime de convivência. Basta o fato de compreender sua situação, de conceituar na consciência a realidade exterior e por isso criar os instrumentos ideais dos quais se originarão os de caráter material que a transformarão, para inverter a relação de dominação, fazendo do animal aparentemente limitado e esmagado o verdadeiro dominador dos fatores que o oprimem. Ninguém vive totalmente inativo e sem função no processo de movimentar a história. Mesmo aqueles indivíduos, os escravos ou os servos de todos os tempos, que parecem impotentes em face das forças visivelmente impulsionadoras, também contribuem para a transformação contínua das estruturas, preparam os tempos que hão de vir, quanto mais não seja por efeito da própria suposta impotência, pois a marginalização constitui em toda sociedade onde o trabalho humano é explorado um problema econômico e moral, para não falar do potencial, sempre ameaçador, de revolta e destruição, para os setores dirigentes do conjunto comum. O homem faz a sociedade à imagem de seu projeto de vida, sem dúvida não de acordo com propósitos estritamente pessoais, mas exatamente pela participação nas condições coletivas predominantes de vida e de produção existentes, nunca exclusivamente individuais. A identificação do indivíduo pensante, do criador de

idéias e produtos imaginativos artísticos com os anseios da imensa maioria dos semelhantes contribuí para edificar a base material que assegurará o impulso de transformação do sistema e a direção que tomará. Desvenda-se assim o fundamento da racionalidade da tese sociológica que afirma serem as massas as construtoras da história. Mesmo quando individualmente cada elemento delas ignore, ou não perceba, o papel por ele desempenhando, nem por isso a contribuição prestada deixa de ser real. Mas o homem atua munido da tecnologia à sua disposição e por isso o esgotamento desta, e a substituição por outra aperfeiçoada, aparece aos olhos dos analistas vulgares como o único fator causal eficiente, quando na verdade a transmutação das técnicas assinala apenas o movimento histórico da sociedade, que forma a base, e não o inverso, segundo pensa a mentalidade idealista e escatológica. A tecnologia jamais levará a humanidade ao fim dos tempos pela elementar razão de que os tempos não têm fim. Os homens individualmente acabam, as formações sociais também, mas essas terminações significam simultaneamente morte e nascimento. A única escatologia que a razão dialética reconhece é a que está acontecendo no dia de hoje, visto ser preciso que este acabe para despontarem as realidades do dia de amanhã. Neste sentido, a hipótese catastrófica revela-se definitivamente primária e falsa, mas a concepção oposta somente tem assegurado algum valor inteligível se não for entendida em caráter de poética divagação – não devendo nem mesmo ser chamada “otimista”, palavra destituída de significação na perspectiva da consciência crítica da história – e sim interpretada enquanto indicação do fato natural e interminável do desenvolvimento da racionalidade humana.

## 6. *Tecnologia e classes sociais*

Numerosos são os problemas discutidos pelos chamados “cientistas sociais” a propósito da tecnologia. É impossível mencioná-los todos, mas um há que não desejaríamos deixar passar sem comentários. Referimo-nos à questão das relações entre as técnicas e as diversas classes sociais onde têm origem ou que as aplicam. São múltiplas as formulações a este respeito, e evidentemente não as podemos debater todas. Somos obrigados a escolher apenas uma delas, julgando-a merecer maior atenção pelo especial conteúdo, ramificações e ressonâncias que possui. Compreendendo que o recebimento dos conhecimentos técnicos, assim como a criação de outros novos, levando à fabricação dos correspondentes engenhos no prodigioso aparato da indústria moderna, constitui um fato social de suprema importância, e mais, ao verem a sociedade, especialmente a de tipo avançado atual, formar o ambiente natural exigido para a difusão

da tecnologia, não são poucos os estudiosos a perguntar que classe desempenha a função de principal portadora do progresso técnico. Escolhemos esta questão por nos parecer conveniente atalho para penetrarmos no âmago da mentalidade sociológica ingênua, preocupada com o “problema” abstrato da relação entre técnica e classe social. Sem invocar considerações históricas, basta-nos registrar a crença, atualmente exposta por vários autores, segundo a qual na sociedade contemporânea altamente desenvolvida, nos países situados na vanguarda do progresso, seria a chamada “classe média” a portadora da invenção técnica e da possibilidade de introduzir no movimento da produção social as novas formas de fabricação de bens, particularmente as representadas pela automatização. No passado, remoto ou mesmo relativamente recente, dizem esses simplórios expositores, foram as classes superiores, as minorias ricas dominantes que podiam em alguns casos elaborar ou, na maioria das vezes, subvencionar a invenção tecnológica da qual se apossavam. Em seguida aplicavam-na, sob a espécie dos mais variados mecanismos, e com tão hábil manobra conquistavam o controle da produção social. Atualmente, porém, julgam os analistas superficiais, esta capacidade teria deslizado para as mãos da “classe média”, que, conforme acreditam, no mesmo clima de candura sociológica, funcionalmente tem a seu cargo as estruturas técnicas das empresas, recebendo diretamente dos inventores e construtores os maquinismos encomendados pela direção das grandes organizações industriais. Põe-nos a funcionar, embora sabendo que o faz para proveito de outra classe, superior, e outros grupos, total ou parcialmente ociosos, que detêm a propriedade jurídica das instalações, do capital ou da influência, fatores nos quais se funda a existência das empresas modernas. Os autores a quem nos referimos, todos pertencentes às esferas capitalistas desenvolvidas, mediante variados disfarces mas empenhados na eficaz atuação de uma política imperialista, perdem-se em incontáveis debates, análises, inquéritos e medições, sem desconfiar nem de longe que estão tratando de um falso problema, que a seus olhos e para sua mentalidade assume proporções decisivas, de magna questão científica.

Temos de deixar claro não existir razão alguma que dê fundamento ou substância à pergunta pela classe portadora ou criadora da técnica. Trata-se de um inexistente problema, que pôde germinar no terreno fértil da imaginação de sociólogos e estudiosos desconhecedores dos rudimentos do pensar crítico. Tendo em conta quanto dissemos sobre a essência da técnica, perceberemos desde logo que, por definição, a técnica não tem origem de classe, não está ligada necessariamente a uma classe a quem incumba, por delegação social, inventá-la e aplicá-la. Dissemos ser um existencial e, enquanto tal, refere-se à realidade

de todo indivíduo humano. Deslocá-la dessa origem para colocá-la na base restrita da capacidade ou dos interesse exclusivos de qualquer setor social, o que significa excluir a quase totalidade da humanidade da função de dar-lhe fundamento, estabelece uma noção errônea e míope, só servindo para abanar a fogueira dessas inúteis e às vezes cômicas discussões encontradas nas páginas de muitos sabedores de sociologia. A possível origem de tão ingênua pergunta está na confusão, realmente compreensível, entre surgimento e apropriação da técnica. Mostra-se tão rápida, poderosa e total a apropriação, pelos grupos dominantes, das técnicas produtivas, dos instrumentos e máquinas que as executam e dos produtos delas provenientes e tão indiscutível o fenômeno social dessa apropriação na sociedade dividida em classes, que talvez assim se explique tivesse alguém perguntado, até de boa-fé, se a origem da técnica não teria também base numa particular classe. O equívoco desfaz-se separando a noção de origem do fato real da apropriação. Reintegrada na verdadeira fonte, compreende-se imediatamente que a técnica manifesta uma realização universal e onitemporal. Existe em toda parte e em todas as fases da história, desde que o homem se constituiu em espécie racional, capaz de refletir em pensamento a realidade do mundo. A necessidade de criar o próprio ser à custa do domínio das forças naturais antepostas aos desejos e exigências vitais determinou no homem a metodização de comportamentos, em estreita correspondência com os sinais recolhidos, pela percepção, das condições do mundo circunstante. A partir desta primeira base técnica – a simples experiência eficazmente organizada –, o comportamento vitalmente sensato expandiu-se logo, assentando na compreensão racional, que é o traço distintivo do modo original de ação do animal humanizado, e na descoberta de meios e instrumentos que o tornassem mais produtivo. A técnica não tem origem fora do processo em que o homem se constitui pelo desenvolvimento da razão. Ora, esse desenvolvimento, visto pela face em que se exprime na regularidade de operações eficientes para a produção de bens vitais, desde o início associada ao emprego de instrumentos manuais, depois intencionalmente fabricados, quando conhecidos em noções abstratas as propriedades dos corpos e forças naturais, é que seria a origem da técnica. Mas o conceito perde interesse enquanto noção exclusivamente definidora da técnica, porque se confunde com a origem do próprio ente que se racionaliza ao racionalizar a atuação sobre a realidade objetiva. Não havendo a possibilidade de se conceber a origem da técnica fora do processo da constituição do homem em espécie pensante, capaz, pelo trabalho, de produzir os bens de que necessita, a técnica revela-se consubstancial ao homem, que se realiza ao mesmo passo em que a engendra pelos atos mediante os quais se configura na condição de ser social.

Não existe o homem sem a técnica, nem esta sem aquele. Toda lucubração ou indagação formulada em termos que signifiquem a consideração independente das duas “entidades” pode imediatamente ser repudiada, pois está, só por isso, classificada entre as noções ingênuas, poupando o trabalho de uma discussão inútil, para chegar a conclusões sem sentido, por variáveis que sejam os seus enunciados. As mais arcaicas culturas, mesmo as de transição do estado animal ao humano, são marcadas pela posse de técnicas, sendo este o sinal que nos permite avaliar o grau de avanço do processo biológico da hominização, graças aos indícios restantes das atividades das primeiras espécies do gênero *homo*, em começo de racionalização, que a paleontologia e a arqueologia vão colhendo. São as técnicas necessárias para a constituição da existência do homem em ato de realização de si mesmo, nas condições da realidade do momento vivido, a qual ele tinha de enfrentar e dominar para se estabelecer como animal diferenciado pela posse crescente da razão. Por conseguinte, em estágios tão primitivos, começar a viver de modo humano, ou melhor dito, adquirir as funções do animal que se encaminha para chegar à condição definitivamente em evolução humanizada, significa a técnica original, a prototécnica, da qual todas as outras são decorrências, modalidades diversificadas e especializadas ao infinito. Se deixarmos de lado o involuntário jogo de palavras contido na expressão, cremos ser lícito sintetizar o essencial de nosso pensamento sobre o assunto dizendo que a técnica original do homem foi fazer-se homem. Mas, tratando-se de um processo sem limite, hoje em pleno curso no desenvolvimento da cultura, a técnica original continua a ser a base não simplesmente no sentido do ponto primeiro de partida, mas no de permanente fundamento, e ainda merece ser chamada original se compreendermos que exclusivamente esse ser pôde exercê-la. A diversificação consecutiva não poderia ter começado sem o exercício da técnica fundamental, a instituição das condições objetivas, resultantes de atividades voluntárias da espécie, que permitiram ao animal em evolução humanizadora desenvolver o tipo de sistema nervoso apto a originar as operações abstratas do pensamento. Ao vencer essa etapa, a espécie ingressou no caminho da realização da animalidade na forma superior representada pelo estabelecimento de relações sociais, determinadas pelo trabalho, entre os membros da comunidade. Por longa que haja sido a fase proto-histórica de progressiva constituição do ente humano, seguramente parte de uma etapa na qual não existiam classes mas apenas distinções entre os membros das hordas primitivas, por motivos fisiológicos como sexo, idade, força física, aptidões para diversas operações. Ainda em tempos remotamente arcaicos, a sociedade, em razão da diferenciação nas formas cada vez mais complexas do trabalho, co-



meça a adquirir uma estrutura que comporta a coexistência de atividades distintas, porém cooperantes nas tarefas de sustentação dos indivíduos organizados em clãs. Os seres suficientemente humanizados que formavam as comunidades primitivas não se agrupavam em classes, mas praticavam várias e bem caracterizadas espécies de técnicas, as de obtenção artificial e conservação do fogo, da preparação de instrumentos rústicos para a caça, etc. Este fato basta para demonstrar a independência entre técnicas e classes, porquanto em tão longínquo passado havia as primeiras sem terem ainda aparecido as últimas. Tempos depois, com o evoluir do processo da produção da vida, com o desenvolvimento de forças produtivas mais rendosas, torna-se possível a apropriação privada dos instrumentos de trabalho e dos produtos dele por parte de grupos que assumiram posição sobrepujante no âmbito social. Este fato foi possível graças a mecanismos de seleção de minorias e formação de instituições de poder em mãos de grupos minoritários, segundo complexos processos de diferenciação, do qual não nos podemos ocupar neste contexto. Desde então manifesta-se o problema que agora chama nossa atenção. As técnicas carregam-se de uma relação puramente externa e sem nada ter de essencial com a classe de que surgem, e que as emprega habitualmente ou das quais se apodera. O problema reduz-se a compreender a natureza dessa relação e outras questões anexas, por exemplo, saber se consiste numa relação real, objetiva, ou se não passa do aspecto assumido por um outro tipo de relação, esse real, o que liga grupos de homens entre si, no seio da mesma sociedade. Somente quando a sociedade se organiza em formas de convivência que opõem umas a outras classes de seus componentes, as técnicas evidenciam particulares ligações com alguma classe ou estamento dominante que delas principalmente se aproveitam. A técnica não tem base de classe. Antes, pelo modo de atuar historicamente, o certo seria dizer que a classe tem apoio na técnica, não porque dela essencialmente se origine, mas porque se baseia nos procedimentos tecnológicos que, por serem instrumentos da produção já privadamente apropriada, lhe permitem subsistir com as características que a marcam e as forças que a sustentam.

A técnica exprime sempre um atributo existencial do homem, mas desde que este ser passa a integrar uma classe, a técnica aparece relativa a essa classe. O equívoco de julgar necessária e imanente tal relação, representando uma apreciação superficial dos dados da questão, deriva na verdade da circunstância de o homem ter sempre de ser visto através da classe em que figura. São portanto as condições sociais que obscurecem o caráter existencial, ou seja, primordialmente humano, da tecnologia. Os antagonismos sociais refletem-se na diferenciação, estabelecida pelos interessados na desigualdade das formas de

trabalho e na reverência a elas atribuída, entre técnicas superiores e outras, inferiores. O mesmo se dá com a invenção, que primitivamente, pela simples base biológica de onde procede e por força das necessidades vitais que a impulsionam, era promíscua. Com efeito, tendo sido privado pela natureza de um estoque de atos instintivos que teria de cumprir rigorosamente, à semelhança dos restantes animais, para sobreviver, o homem ficou entregue à nascente capacidade cognoscitiva e passou a depender do poder de invenção, de descoberta de ações úteis e de fabricação de instrumentos eficazes para satisfazer as exigências de conservação da vida e de perpetuação da espécie. Teve de guardar de memória a arte da produção dos meios de alimentação, da criação de instrumentos de ataque e de defesa, até que, em estágio muito mais avançado da hominização, pudesse se entregar a articular técnicas culturais, representadas por exclusivos procedimentos de combinação de idéias abstraídas da realidade material, inventando então a escrita e o cálculo, formas superiores de saber, e portanto imensamente mais ricas de possibilidades de domínio da natureza, que lhe asseguraram a vitória sobre a escassez, as intempéries e os atos hostis de seus semelhantes. Ao se iniciar a revolução urbana, as técnicas são de tal modo numerosas e variadas que a vida social depende da conservação delas, obrigando a criar técnicas especiais de anotação e transmissão de outras, levando assim mais longe a diferenciação entre formas superiores e inferiores de tecnologia. Como era de prever, são sempre julgadas inferiores as que se acham ligadas aos trabalhos pesados, lançadas sobre os ombros das massas, e em função das quais estas recebem a nota social de valor. A distinção entre as modalidades declaradas científicas do saber e da tecnologia e as vulgares, ou de simples execução braçal, fixa-se e converte-se em traço indicativo da sociedade dividida. A consciência ingênua esquece que o trabalho braçal de hoje foi a criação intelectual de ontem e que a execução dele continua a exigir uma sucessão de atos, cada um dos quais rigorosamente técnico, do contrário o encadeamento de todos daria um resultado caótico, imprevisível, não levaria ao fim social visado. Apenas ocorreu a discriminação entre os criadores, profissionalizados ou reunidos em casta à parte, a futura irmandade de pensadores e modernos cientistas, de um lado, e os executores, aqueles a quem foi negada, por múltiplas barreiras sociais, a possibilidade de exercitarem a engenhosidade intelectual na tarefa de atender às solicitações de invenções que lhes ocorreriam ao pensamento, suscitadas pelas circunstâncias do meio a toda a espécie humana. A criação inventiva seria muito naturalmente de se esperar nos obreiros obrigados a manejar os corpos, as substâncias e perceber os fenômenos do mundo físico, não fosse a degradação de sua inteligência e vontade, imposta pelo esta-

do de dependência e rotina de pura obediência em que viviam. O adjetivo “cego”, habitualmente associado ao nome “obediência”, na verdade descreve a condição existencial do operário escravo, que era o verdadeiro portador do atributo “cego”, pois estava por lei social impossibilitado de ver, e portanto descobrir, algo de novo na realidade, que manuseava por ordem e em proveito de outro indivíduo, de classe superior. A natureza não indica quais devem ser, por direito inato, os indivíduos a quem caberá dar resposta aos seus desafios. Nem tampouco há livre candidatura a essa função, entre os membros da sociedade. Antes disso, o processo de produção econômica, que impõe as formas de divisão social do trabalho, incumbe-se de selecionar o corpo de elite dos sábios, sacerdotes, adivinhos etc. libertos das labutas grosseiras, e por isso naturais funcionários da cultura para o exercício das tarefas inventivas de novas técnicas de produção, das convenientes concepções ideológicas e dos correspondentes padrões de comportamento humano.

A massa decai na categoria pouco diferenciada de simples trabalhadores físicos. Daí a contaminação das técnicas a ela atribuídas com o desvalor que ferreteia os indivíduos componentes delas. Desde então, as descobertas científicas e a organização dos procedimentos tecnológicos para a aplicação em larga escala, em nível industrial, tornam-se direito de um setor privilegiado da sociedade, aquele que se apoderou do que entende por cultura, amplia-a, transmite aos seus rebentos a parte nobre desse saber, encarregando o trabalhador braçal, simbolizado na figura do escravo, de cumprir instruções não inventadas por ele mas realizadas com não menor inteligência do que a dos inventores, apenas sem receber o justo reconhecimento social pelo significado intelectual e humano do trabalho executado. O caçador da primitiva sociedade sem classe, que descobriu a técnica do polimento do instrumento cortante de pedra, foi certamente valorizado por essa iniciativa, enquanto o ferreiro que conseguiu passar do bronze ao ferro martelado e depois ao ferro fundido não deve ter sido considerado um cientista, numa sociedade onde já era nítida a conotação de estirpe intelectual, apesar de haver produzido uma revolução que dividiu, no campo tecnológico, em duas eras distintas a história humana. Para a exata INTELECÇÃO do significado da técnica, o essencial consiste em compreender que a execução de qualquer tecnologia, mesmo recebida por aprendizado e destinada a simples reiteração, não havendo duas circunstâncias ou dois materiais rigorosamente iguais, exige um trabalho intelectual permanente. Se este não se iguala ao da criação, que muitas vezes só vem a existir por obra de gênio, na ciência e na arte, nem por isso deixa de ser obra da inteligência, fruto da aplicação da razão humana às operações sobre a realidade. O trabalho humano

existencialmente interpretado revela possuir idêntica essência. Envolve, qualquer que seja, a aplicação do homem inteiro na operação de que resultará o objeto acabado. Nesse empenho a transição entre o funcionamento do cérebro e o da mão faz-se insensivelmente, não admite demarcação fisiológica definida. Ao contrário, estabelece ligações indissociáveis, o que bastaria, por si, para estabelecer o fundamento objetivo da recusa às discriminações sociais. Tanto é necessário pensar para acompanhar inteligentemente o ato manual, quanto mostra-se indispensável atuar manualmente sobre a matéria, para estudá-la e compreender o relacionamento e a legalidade de seus fenômenos, desde as formas primitivas da caçada e da aração até as requintadas manipulações dos laboratórios científicos modernos. Uma relação recíproca liga, portanto, o pensamento inventivo ao trabalho físico efetivamente cumprido pelo pesquisador. Deste modo, vemos que a distinção entre trabalho manual e outro, intelectual, quando convertida em duas categorias sociais, reflete apenas os preconceitos vigentes e as concepções ideológicas que sustentam estruturas de convivência instituídas para a exploração do trabalho humano.

Naturalmente, segundo era de esperar, as técnicas das classes dominantes, assim como suas idéias, são também as técnicas dominantes, as que recebem o máximo prêmio social. Assim acontece com a ciência em geral, a administração, pedagogia, arte militar, religião, medicina, jurisprudência, arquitetura, etc. A técnica do operário, do pescador, do camponês vê-se desprezada por ter origem nas camadas desfavorecidas. Ignora-se o extraordinário esforço intelectual que custou a invenção de operações práticas, às quais muitas vezes ninguém mais presta atenção, saídas da inteligência das massas trabalhadoras, tendo resultado da elaboração conceptual concomitante às operações de trato manual com os dados materiais da realidade. O contato com a corporeidade da natureza e o convívio com as forças físicas engendram não simplesmente o reflexo ideal da objetividade na consciência individual mas são também a fonte de sugestões e descobertas que não poderiam ocorrer senão aos agentes manipuladores diretos da matéria do mundo, transformando-a. De início, os agentes são todos os homens sem distinção. A divisão da sociedade em classes de desigual poder de decisão, se por um lado reserva às que assumem o controle da comunidade os privilégios da libertação das duras labutas, facultando-lhes empregar o tempo em afazeres especulativos, julgados nobres, de que resultaria o desenvolvimento de muitos aspectos teóricos da ciência, por outro lado representa o seccionamento dos grupos pensantes de suas antigas bases no trabalho material comum transformador do mundo físico. A principal conseqüência do último fato foi a perda do contato com a prática da produção, critério perma-

nente de verdade, e a instituição em classe “cultura” dos indivíduos selecionados, desligados das tarefas de transformação da realidade, que são a raiz da verdadeira cultura em geral, ficando tais sábios entregues a uma atividade especulativa, facilmente conversível em ocupação ociosa e sem finalidade útil. Se o pensamento investigador puro pode trazer valiosas contribuições teóricas, em indivíduos especialmente dotados, quase sempre isolados, ele com freqüência representa a quebra da situação existencial que engendra a autêntica cultura, enquanto apreensão total da realidade, na união da teoria e da prática. A ciência das massas trabalhadoras, considerada, pejorativamente, apenas prática, transmite-se por imitação, no ensino de ofício, ou por tradição oral, enquanto exigência para a capacitação de novos recrutas, destinados a ocupar o lugar de trabalhadores braçais ou artesanais, envelhecidos ou tombados no campo da obra, não sendo objeto de estudo escolar.

A técnica começou a se desenvolver metodicamente e a gerar na sociedade a consciência de si quando há muito tempo tinham sido descobertos, e estavam em uso pelos obreiros, artífices, servos e simples executantes ou auxiliares, atos construtivos ou produtores de bens essenciais à manutenção da vida humana e da organização social. Não se deve pois confundir a origem da técnica, seu “nascimento”, com o reconhecimento dela. A primeira envolve uma questão filosófica, que só à compreensão dialética do ser humano compete resolver. A segunda representa um fato sociológico que a arqueologia e a história das primitivas civilizações investigam e expõem. Os pontos de vista dos dois modos de conhecimento são ainda, em grande parte, divergentes, porque em numerosos e importantes círculos intelectuais, por motivos compreensíveis, não se consumou a unificação da interpretação histórica da evolução da sociedade sob a égide da dialética. Por isso, o que os historiadores discutem sob o nome de “origem” da técnica resume-se efetivamente em determinar o surgimento de alguma particular operação, por exemplo, a fabricação da canoa, o emprego da roda do oleiro, a medida geométrica das áreas e mil outras que as antigas civilizações conheceram e constantemente multiplicaram. Encontramos aqui a razão pela qual, por útil e imprescindível que seja a pesquisa histórica do desenvolvimento das técnicas, em todos os campos das operações humanas e da fabricação de instrumentos e máquinas, não é esse o caminho hábil para responder à pergunta sobre a “origem” da técnica. Não adianta acumular descrições e dados cronológicos, todos parciais e singulares em seu gênero, quando está em causa a razão de ser de um tipo de procedimento humano no trato com o mundo circunstante. Na verdade, o que se discute, sob a forma do exame do problema da “origem” da técnica, é a capacidade humana de resolver as con-

tradições entre o ser vivo racional aplicado ao trabalho e as condições da realidade onde está situado e na qual tem de atuar. Acontece, assim, o seguinte fato, que poderíamos elevar ao nível de lei histórica: a técnica, “inventada” na aurora da espécie indistintamente pela totalidade dos seres humanos que trabalhavam, sem distinções antagônicas, sobre a realidade, passa mais tarde a emanar dos dois planos em que se divide, então, a sociedade. A que continua a surgir das massas trabalhadoras permanece exclusivamente em poder delas, porque constitui seu modo de trabalho. Mas, tendo sido o trabalho muscular desvalorizado socialmente, as técnicas pertencentes aos grupos que o executam nas modalidades físicas são depreciadas, reflexo da depreciação social dos homens que as exercem por ofício ou condição de vida. Secundariamente, a mesma cissiparidade inclui outra consequência, o direito da camada culturalmente superior de manter a subalterna na qualidade de discípula, de receptora de ensinamentos práticos para efeito de levar a cabo as tarefas a ela impostas. A divisão de classes leva a consciência da elite a tamanho grau de auto-estima, que só reconhece ter valor de técnica, pura e simplesmente, ou seja de arte, aquela que inventa e cultiva, ou cuja execução entrega aos servos, sob sua direção, reservando-se, claro está, o mérito ou a glória das realizações. Não admite tomarem significado científico senão técnicas que são privilégio de seus membros. Com isso, a ciência, por uma lamentável confusão, embora seja, como é evidente, socialmente condicionada, passa a ter historicamente caráter de classe, o que na verdade constitui a mais decidida negação de sua essência. Em vez de ser entendida no autêntico significado de resultante normal da presença do homem no mundo e do mundo no homem, enquanto reflexo da realidade na consciência, supõe-se ser uma criação miraculosa da não menos miraculosa inteligência humana, quando de fato compendia apenas o resultado natural do acúmulo e concatenação, ao longo da vida da espécie, das experiências do ambiente material, apreendidas por um particular tipo de ser vivo, em virtude do grau de complexidade alcançado por seu sistema nervoso de relação. A técnica do operário vem a ser julgada habilidade, “jeito”, “prática” e não conhecimento, cultura e muito menos ciência.

Entretanto, sendo as considerações anteriores referentes a um processo histórico, é natural que as técnicas numa época superiores, porque correspondem ao privilégio da posse pela classe dominante da ciência então existente e cultivada, vão se identificando com o trabalho das massas, de tal modo que sofrem irreversível degradação, levando os expoentes culturais a ter de inventar novas concepções, maquinismos e procedimentos metodológicos que lhes sejam privativos, por algum tempo, para substituir os abastardados, a fim de lhes ser -

virem de signos exteriores de dignidade social. Deste modo, as idéias e as tecnologias exclusivas do círculo dominante desgastam-se continuamente, proletarizam-se, acabam por cair no domínio público e por se transformar em exigência social generalizada, conforme se verifica em nossa época com a universal tendência à democratização do saber. Mesmo assim, porém, persistem as discriminações, fato inevitável nas sociedades divididas, onde a camada alta tem incessantemente de se esforçar por inventar conteúdos e formas de saber que sejam no momento declarados eruditos e admirados, para substituir os aviltados pela queda na serventia pública. Lembremo-nos que, na época da descoberta, o elementar teorema de Pitágoras foi segredo hermético de reduzida confraria de iniciados, embora hoje seja um dado do ensino primário universal. Enquanto subsistir a presente estrutura de convivência assistiremos à continuação deste processo histórico, o mesmo que nos tempos primevos fazia das técnicas mágicas, religiosas ou astrológicas conhecimentos secretos, só possuídos por irmandades de iniciados. O fato não é casual, anormal ou consequência de um regime “primitivo”. Ao contrário, aparece constantemente porque reflete determinado tipo de estrutura de relações sociais. Encontramo-lo em nosso tempo, em condições de desenvolvimento científico inconceivelmente mais avançadas, disfarçado nas modalidades de recrutamento privilegiado dos catecúmenos do saber, representantes em plena “era tecnológica” de seus ancestrais colegas, os iniciados nos ritos secretos, no trato com as forças ocultas da natureza, outrora dominadas pelas variadas fórmulas de encantamento, e agora pela compreensão racional das leis a que obedecem.

Não nos referimos evidentemente às dificuldades reais do aprendizado da ciência atual, muito complexo e sem dúvida desigualmente atraente para os principiantes, não qualificados por equivalente preparo cultural, à parte o papel desempenhado pela natural diferença de vocação. Referimo-nos às desigualdades sociais no acesso às fontes do conhecimento. Formam uma barreira prévia, a qual, não podendo ser vencida pelas massas trabalhadoras, às quais não resta outra possibilidade senão permanecerem estacionadas no plano dos conhecimentos primários, quando não no do crasso analfabetismo, impede que legiões de jovens socialmente destinados ao trabalho inferior tenham sequer a oportunidade de experimentar se são capazes, ou não, de absorver os conhecimentos superiores, difíceis e em princípio reservados, como as mesas dos hotéis de luxo, a candidatos provenientes do nível alto. Raramente ocorre que, por aventura pessoal, alguns excepcionais afortunados estudiosos, graças à indômita força de vontade e brilhante inteligência, pulem a cerca delimitante do campo do trabalho de segunda categoria. O influxo da constituição social na valo-

ração da tecnologia manifesta-se de modo claro nas estruturas escravistas antigas. V. Gordon Childe explica perfeitamente por que a escravidão impediu o desenvolvimento da indústria. Restringia o mercado interno, uma vez que o número de escravos produtores, evidentemente não consumidores, segundo indica o mesmo autor, foi avaliado por diversos historiadores, por exemplo em Atenas no século áureo da filosofia antiga, em quantidades que variaram de quatro vezes a população livre à terça parte da população total – “recebendo pouco mais do que o estritamente necessário para o sustento, não podiam comprar seus próprios produtos. Esta situação tornou a indústria uma atividade degradante, chamada pelos gregos banáusica” (V. Gordon Childe, *What Happened in History*, Penguin Books, 1954, p. 200). A indústria, sendo objeto do trabalho das massas, desvaloriza-se, porque as classes superiores, detendo o privilégio da posse da ciência abstrata e teórica existente em cada época, só julgam meritórias e respeitáveis as técnicas originadas dos conhecimentos de que são titulares exclusivas. Ora, tais técnicas são principalmente as referentes à organização, direção e defesa do Estado, naturalmente permanecendo em mãos da minoria econômica e politicamente qualificada. Quanto às que operam transformações da realidade material, são dignificadas aquelas que os subalternos exercem sob a direção dos sábios, dos teóricos, dos planejadores e visam quase sempre à construção de obras públicas e monumentos de arte.

Desde tempos primitivos até hoje o fenômeno está em curso, porque o fundamento dele é a divisão da sociedade. A classe dominante tem permanentemente de conceber atividades para si e investir-se de símbolos de valor que a façam aparecer aos olhos das massas com o respeito e o destaque a que não podem renunciar. Por isso entregam ao trabalho do escravo, do servo ou do assalariado as invenções tecnológicas que em tempos anteriores foram seu título de honra e distinção social. Estabelecem um padrão de valor no campo intelectual. As ações dela procedentes, enquanto não podem ser feitas pelos trabalhadores, são nobres, dignificadoras. Depois de transferidas, por força do curso normal do progresso do conhecimento, e postas à disposição de todos, perdem o caráter de índice de superioridade intelectual, sendo rebaixadas à categoria de trabalho manual, de serviço rotineiro ou de arte folclórica. Mesmo tratando-se de uma atividade penosa, se inicialmente era feita exclusivamente por aqueles a quem incumbia o consumo social, tinha significado nobilitante. Quando passa aos executantes escravos ou assalariados torna-se vil, perdendo inclusive o título de “técnica”, ao ser relegada ao nível de conhecimento de ofício. Tal acontece porque já então terá suscitado outros conhecimentos científicos, que, estes sim, permanecendo em mãos do pequeno grupo cultural depen-



dente dos poderes dirigentes, representarão a ciência e a técnica propriamente ditas, as que assim são reconhecidas e admiradas. Exemplo: a medição agrária ou a observação empírica dos fatos astronômicos, que mais tarde dariam nascimento à geometria abstrata e à astronomia interpretativa, com as primeiras hipóteses cosmogônicas e a elaboração do calendário, são de início propriedade dos sábios da época, inclusive fazendo parte de suas funções de casta sacerdotal, enquanto a execução prática dos atos de medida ou a avaliação do tempo, pela conservação e fabricação dos grosseiros instrumentos então em uso, passam a ser trabalho de escravos, dirigidos por feitores que conhecem, por instrução de ordem prática, o tipo e a sucessão das operações a serem executadas, para dar realidade aos projetos ou às finalidades da classe dirigente, e às pesquisas de seus agregados científicos.

Se a técnica define primordial e essencialmente um modo de ser do homem, e como este manifesta seus atributos e atos no âmbito da classe a que pertence, a classe adquire, em caráter derivado, e a título de pura representação, a aparência de fundamento ou suporte da tecnologia, conforme julga a consciência ingênua, num conceito inidôneo ao qual já fizemos menção. Em outro sentido, porém, inteiramente diferente, será possível falar da técnica considerando-a ligada a cada classe particular. Tal acontece quando nos referimos à relação, visível em primeira aproximação, entre a tecnologia e alguma classe social, entendendo-se pelo ângulo revelador do simples fato de que ser uma classe definida por atributos e atos particulares já implica desenvolver uma teoria global e distintiva de existência no conjunto da realidade social. Poderíamos chamar, generalizadamente, este aspecto a “técnica de ser classe”. Enquanto modo de ser do homem situado numa classe, o exercício do feixe de atitudes e o culto das idéias e valores que a caracterizam torna-se uma técnica. Tanto é assim, que só por esse meio o indivíduo vem a ser reconhecido como membro de tal classe. Ser classe constitui uma técnica de existir e manter-se no curso da história. Por isso, pertencer a uma classe significa, automaticamente e em caráter pré-consciente, investir-se do conjunto das técnicas que permitiram a ela constituir-se, perdurar e possuir a função social que lhe é peculiar. Ser classe dominante supõe o emprego de numerosas técnicas, dando em resultado a sustentação social que possui, por exemplo o comando dos meios coercitivos, ideológicos e materiais em virtude dos quais se configura, defende e assegura o poder. O mesmo acontece com as classes dominadas, que não teriam podido surgir, ou não se conservariam, se não lançassem mão de um sistema de técnicas graças às quais se protegem, na medida do possível, buscam ganhar melhores condições de vida e mantêm atuantes as formas de luta usadas para enfrentar

a pressão das antagonistas, marcando com o desempenho dessas atividades defensivas sua característica fisionomia de classes exploradas. Ser burguês, por exemplo, identifica-se com o exercício técnico de um conjunto de comportamentos, dos quais a ideologia representa um dos componentes subjetivos, fundado, evidentemente, nas condições reais de atuação do indivíduo no processo produtivo. No mesmo sentido, ser proletário expõe outra técnica social de existir, distinguindo-se por um grupo de atitudes e por uma concepção de vida que entram na composição da tecnologia do existir como operário. Unicamente numa eventual sociedade sem classes deixará de haver a “técnica de classe”, para subsistir apenas a técnica de ser humano, que neste caso teria perdido a razão de ser chamada “técnica”, pois se confundiria com a simples realidade da posse dos atributos distintivos da humanidade.

A idéia errônea da impossibilidade da sociedade sem classes procura fundamentar-se na enganosa suposição de que nela o homem não poderia definir seu perfil de ente biológica e espiritualmente especificado, não conseguiria agir nem produzir sem técnicas particulares, julgadas necessariamente vinculadas a determinações de classe, ou alguma outra forma de divisão social. Este ponto de vista mostra-se inadmissível no terreno lógico porque opõe abstrata e formalmente o geral ao particular. A atuação individual técnica do homem na comunidade primitiva sem classes não se enquadra na dicotomia formalista, porque representa um fato social original, com respeito ao qual desaparece o caráter de particularidade. E isso acontece não porque qualquer indivíduo seja capaz de fazer tudo, seja substituível indiscriminadamente por outro, coisa que nunca ocorreu nem na sociedade primitiva nem muito menos poderia verificar-se numa futura comunidade sem classes antagônicas, certamente dotada de complexa tecnologia, mas sim porque tudo o que o indivíduo particular então fará representa dialeticamente, por si, o modo universal de atuação humana. E assim será precisamente porque, por hipótese, teria sido suprimida a mediação, dialeticamente tornada desnecessária e desumana, da classe social. Desaparecendo a forma histórica da classe, o homem exercerá suas operações, inclusive a obtenção do conhecimento relativo à realidade natural e aos outros homens, e, ainda mais, todas as formas de invenção tecnológica ou conjunto harmonioso com a sociedade inteira, sem disputas ou contradições internas impeditivas. A classe deixa de ser necessária se o particular estabelece uma relação mútua de identificação dialética com o universal. Tal acontecerá quando o homem produtor deixar de ver no semelhante a indispensável mediação que põe a seu serviço para alcançar fins privados no âmbito da classe a que pertence, e passar a considerá-lo fator de incremento da inteligência e do trabalho li-

vre humano, para alcançarem juntos os fins a respeito dos quais se puseram antecipadamente de acordo. Se assim for, terão se unificado na tarefa de solucionar as únicas contradições permanentes de ambos, as que os opõem à natureza. Mas estas constituem o tipo de contradição que, no curso da história da cultura, vem sendo laboriosamente resolvida, apesar do reforço das dificuldades, causado pelo desperdício de energia intelectual resultante das lutas entre os homens, que ainda não compreenderam terem todos a mesma finalidade. Quando desaparecerem as razões de tais conflitos, a humanidade se unificará na aquisição da ciência e na realização do progresso técnico, devendo haver um aumento do poderio intelectual sem precedentes. Somente então poder-se-á falar na verdade em “era tecnológica”, porque o sujeito da nova fase histórica será a humanidade unificada. Os homens deixarão de ter acesso à produção técnica e aos benefícios dela pela mediação de compartimentações sociais discriminadoras, conforme ocorre hoje em dia, o que torna sem sentido falar da mesma “era” para todos, se nem todos pertencem à mesma classe histórica do desenvolvimento da cultura, se as divisões sociais impõem o rebaixamento de incontáveis multidões de seres humanos.

Daí ser uma necessidade perguntar pela classe “portadora” da técnica. Alguns autores acreditam, e a este respeito teremos alguns comentários, ter sido a chamada “classe média” a principal portadora do progresso técnico, embora logo acrescentem que o papel histórico dessa “classe” está passando, ou já passou, a segundo plano, com o advento da burocratização da economia e a exigência de alta qualificação científica para a criação da tecnologia atual. As considerações desta ordem são especulativas e materialmente erradas, a começar porque a suposta “classe média” não tem existência em si. Além disso, sempre houve progresso técnico em civilizações remotas, nas quais, a não ser por anacronismo, dificilmente se discerne algo merecedor desse nome. Qualquer classe somente parece ter o imaginário atributo de “suporte” da técnica enquanto conserva condições objetivas que lhe permitem perdurar e portanto participar, por sua parte, com definida figura histórica, da criação geral da tecnologia. Mas convém não esquecer jamais que a entidade chamada “classe social” nada tem de racional, não existe por necessidade histórica invariável. Uma classe exclusivamente transporta as técnicas que: (a) a estruturam em sua realidade de classe; (b) asseguram e defendem-lhe a existência; (c) permitem-lhe lutar da melhor maneira possível contra as antagônicas, também munidas das técnicas que lhes são particulares; (d) são as mais fecundas, porque incluem e incrementam a posse dos instrumentos de aquisição do conhecimento. O último traço revela que as técnicas preferencialmente usadas ou criadas por

uma classe, sendo privativas dela, manifestam-se na condição do progresso da técnica apenas na área de expansão do conhecimento e da invenção que não entra em conflito com as bases desse grupo social. Assim, a técnica de uma classe constitui um gênero de técnica de curso limitado, com desenvolvimento próprio, e se distingue da que está ao alcance dos participantes de outra classe. Na atualidade, os assalariados, de quase nulas probabilidades de ingresso no conhecimento superior, têm de adquirir por compra, da qual o ensino escolar e universitário retrata uma simples modalidade particular, ou pela luta, a técnica conservada em mãos alheias. Tal situação verifica-se mesmo quando o manejo dos instrumentos tecnológicos grosseiros esteja entregue à classe realmente trabalhadora. A limitada outorga da técnica representa a mínima transferência possível de conhecimentos e maquinismos que funcione como meio de apropriação do trabalho daqueles cuja posição social lhes nega a oportunidade de engendrar por si novas invenções e de fabricar implementos de trabalho originais. A técnica concretizada nas máquinas e instrumentos fica posta ao alcance dos obreiros em quantidade e qualidade reduzidas, não lhes sendo dada porém a posse dos conhecimentos que os explicam, ou seja, o conhecimento científico que lhes permitiria desenvolver a tecnologia por iniciativa de quem com ela opera. Ainda menos os operários ganham a ocasião de se educar para criar, no conjunto social, a técnica que sua capacidade intelectual, a prática do trabalho produtivo e as finalidades humanas os levariam a conceber.

Em grande parte, o caráter conflituoso das relações sociais manifesta-se, no que respeita à tecnologia, no fato de as classes despojadas de bens e direitos precisarem apossar-se das técnicas em poder das antagonistas, para conquistar vantagens que estas lhes negam. São particularmente os conhecimentos científicos superiores e a tecnologia cultural de maior complexidade, sobre as quais as estirpes dominantes fundam o poderio, capacitando-se, pelo privilégio da propriedade privada dessas armas intelectuais, para desempenhar a função social regente. As frações minoritárias dominantes não cedem espontaneamente nem por acordo pacífico os conhecimentos e a maquinaria em que se apóiam, e daí resulta a situação social em que as massas, dotadas, de modo geral, de tecnologia inferior, têm de enfrentar com recursos mais pobres a técnica superior e a capacidade de invenção e de melhoramento ciosamente guardadas pelas elites. Não é apenas a fronteira cultural, mas sobretudo o tipo de trabalho, não derivado das próprias exigências e sim encomendado pelos grupos sociais situados em nível mais alto, para produzir os objetos e construções por eles desejados, que determina a alienação original da tecnologia para os trabalhadores, negadora de sua função existencial, porquanto inverte os papéis respecti-

vos das classes em confronto. A inferior vê-se compelida a aceitar e aplicar, como se de sua criação fosse, a técnica a ela distribuída, numa relação heril, pelos detentores da finalidade das operações obrigada a executar. Por sua vez, as iniciativas sugeridas pela prática da transformação da realidade no trabalho manual e os problemas cognoscitivos revelados à inteligência do trabalhador no ato de operar sobre os materiais e de tratar com as forças naturais, que a capacidade de operário estaria apta a resolver, com evidente proveito social geral para a expansão do conhecimento científico, não chegam a frutificar em propostas de originais criações tecnológicas, porque o timbre da origem banáusica as desvaloriza por princípio.

Mesmo assim, a história das técnicas mostra que muitos achados, especialmente no domínio da metalurgia, ou, em campo bem diferente, no das transações mercantis, na contabilidade e na instituição de instrumentos financeiros, sendo verdadeiramente eficazes, não podem ser recusados. A classe dominante logo percebe o excepcional valor que representam e deles se apropriam, enobrecendo-os pelo reconhecimento que lhes concede, sancionando-os, pondo-os em uso, claro está, para seu proveito e benefício da consolidação do poder que detém. Dado o conflito entre técnicas originadas de fontes opostas, a reflexão nos conduz à seguinte essencial proposição da teoria sociológica descomprometida com os interesses dos setores dirigentes, a saber: se a ascensão das massas servis se decidisse no plano tecnológico, jamais haveria para elas possibilidade de melhorar sua condição de vida e muito menos de assumir o comando do processo social. Permaneceriam indefinidamente na posição subalterna imóvel de aplicadoras de conhecimentos que não descobriram e mal aprenderam, e de manejadoras de maquinismos, sempre inferiores relativamente ao nível distintivo da época, que não conceberam. As camadas poderosas, e por isso “cultas”, concebem a massa trabalhadora, no estado primitivo de semoventes, ou, se já existem no país condições de incipiente industrialização, julgam que os trabalhadores estão naturalmente destinados a mover os maquinismos, formam uma especial categoria de seres que poderíamos chamar verdadeiras pré-máquinas, os escravos naturais a que se referia Aristóteles. O destino deles consistiria em receberem a imprescindível domesticação mínima para movimentarem os engenhos inertes, projetados e executados pelos cientistas e outros técnicos, por força do saber que guardam e aumentam como privilégio de casta. O trabalhador braçal ou o artesão equivale a um semi-homem, não inteiramente identificável à máquina, mas também não tão completamente humano que lhes sejam reconhecidas as faculdades de aprendizagem e a capacidade de incorporá-la integralmente à cultura letrada existente. Por isso, devem estacionar no patamar

pedagógico chamado, com mal disfarçada conotação pejorativa, “ensino técnico”. Ficam acampados nessa área, onde não criam nenhuma ameaça para os escalões superiores, verdadeiramente científicos e tecnológicos, cabendo-lhes dar repetidas expressões de agradecimento pelo generoso cuidado educativo de que foram objeto por parte dos doutores que planejaram a estrutura do ensino para o enriquecimento da nação. Daí o cuidado sob outros aspectos e com outras intenções, digno de mérito e respeito, que as elites educacionais, especialmente nos países subdesenvolvidos onde começa a fazer-se sentir com certa premência a necessidade de mão-de-obra semiqualificada, devotam agora à expansão da chamada “educação técnica” dos atuais ou futuros operários. Mas a verdade consiste em que a oposição fundamental na estrutura e nas funções dos grupos humanos dentro da sociedade não se reduz ao confronto no campo da tecnologia, nem aí se decide. Trata-se de uma contradição social, que, como tal, unicamente pode ter solução no curso do processo histórico, envolvendo a totalidade da humanidade. Por isso, confirma-se de todo inepto e ingênuo o pensamento de quem imagine poderem ser superadas as dificuldades de conciliação entre os homens, que afinal nada mais são do que as oposições entre os interesses de camadas sociais distintas, pelo simples progresso da tecnologia, pelas novas condições de vida que dele adviriam para a maioria do povo. Se por esse caminho a procura de um desfecho feliz é ilusória e só pode conduzir a amargas e talvez ruinosas decepções, o embate tem natural terminação pela via da atividade consciente da maior parte dos homens em defesa dos seus direitos. Resume-se a um enfeitiçamento ideológico supor que a luta se decidirá na esfera particular e especializada da criação tecnológica. Uma contradição que, em termos de puro desenvolvimento técnico, não se resolveria no decorrer da história chegará entretanto ao desenlace inexorável a favor da ascensão social das massas trabalhadoras, quando se constituírem, em determinado momento do processo, as condições objetivas e subjetivas, imensamente mais amplas que o mero crescimento tecnológico, que desabrocharão necessariamente nesse resultado.

### 7. *A tecnologia e a noção de “classe ociosa”*

No elenco de ingenuidades que recheiam a chamada sociologia da técnica, não podemos deixar de mencionar uma questão à qual foram devotadas longas especulações e livros inteiros, por parte de autores esquecidos de examinar previamente a validade, ou não, do tema que debatiam. Queremos nos referir ao conceito daquilo que tem sido denominado “classe ociosa”. Procura-se analisar

a significação dele, as origens e funções da presumida “classe” e explicar as relações entre ela e as demais da sociedade capitalista. Não vamos citar autores nem entrar no debate de um assunto que, de nosso ponto de vista, não tem correspondência objetiva, não se refere a nenhuma realidade concreta no conjunto das compartimentações sociais. No conceito de “classe ociosa” a única coisa realmente ociosa é esse próprio conceito, a classe que supostamente não existe, nunca existiu nem poderia existir. Resulta de uma confusão terminológica com classe de indivíduos desocupados ou entregues a atividades especiais, supérfluas, nocivas, não necessárias. Encontram-se tipos dessa espécie como produto natural de todas as formações históricas onde reinou a exploração do trabalho. Assim, na sociedade romana, Cícero (*De Gratore*, I.1) refere-se ao *otium cum dignitate*, o repouso honroso destinado a permitir a dedicação ao estudo, mas também criador do tédio da existência vazia. O conceito de “lazer” tem caráter histórico, variável com as condições de uma particular sociedade em cada época. Nas formações divididas em classes, alguns indivíduos das classes apropriadoras ostentam esse privilégio, o qual se a alguns dá meios para se consagrarem ao desenvolvimento da cultura, especialmente na parte teórica, e da arte, a outros assegura apenas a desocupação, a ser preenchida pela procura das oportunidades de todas as modalidades de prazer. O testemunho mais eloqüente desse privilégio, quando usado em seus fins dignos, nos é fornecido pela etimologia da palavra “escola”, que através do latim *eschola*, repete o grego σχολή [*schole*], significando exatamente “lazer”, “ócio”, e, por extensão, “ocupação de um homem sábio”, “estudo”. Conforme se vê, a civilização do lazer, vaticinada pelos futurólogos, às vezes atormentados por dúvidas atrozes sobre o bem-estar da humanidade futura, ameaçada pela “técnica”, se algum significado legítimo pudesse ter, seria, contrariamente aos devaneios dos sonhadores, a civilização do estudo, do máximo incremento da ciência, pelo ingresso de todos os trabalhadores nas escolas. Devendo efetivamente o conhecimento ser um dia um bem geral de toda a humanidade, podemos encontrar na lembrança das passadas raízes de classe do termo “escola” a única sugestão racional a se ligar ao conceito de “era do lazer”. Basta conhecer os rudimentos da sensata sociologia para perceber que a noção de “classe ociosa” contém uma contradição em termos, uma impossibilidade sociológica. A importância do tema não se limita ao restrito círculo de significação de tais ou quais palavras, mas ganha certa notoriedade, porque a ele se prende outro gênero de cogitações, as referentes ao conceito de “lazer” ou “ócio” e ao problema, levantado pelos sociólogos e jornalistas da tecnologia sensacional, que seria constituído pela situação da humanidade quando as máquinas, no prenunciado avanço in-

contido e arrasador, tudo tirarem do homem, até a qualidade de trabalhador. Na previsão, considerada infalível, do advento da era escatológica, os profetas da cibernética, da automação e da “comunicação planetária” horrorizam-se com a possibilidade de o homem se ver condenado ao desemprego farto, à ociosidade por falta do que fazer, ao vazio do tempo incolor, inútil e aniquilador. A própria perspectiva da entrega aos prazeres parece virá a perder todo atrativo. Temem pela sorte do homem desempregado, não como agora, por lhe ser negado acesso ao trabalho, mas pelo desaparecimento do trabalho enquanto tal. Julgando possível tal coisa, pressentem o advento do tempo oco. Este terá de ser vivido de alguma forma, mas, pensam os nostradamus da ociosidade, na verdade os ociosos atuais, não se imagina ainda como será preenchido, o que significa, na ansiosa preocupação deles, a tragédia final da humanidade, lançada no abismo do tédio. O fim do mundo não será um cataclismo cósmico, mas a confissão do homem condenado ao desespero sem remédio desta aniquiladora declaração: “Não sei o que fazer”. O trabalhador da sociedade capitalista, que até agora morreu de excesso de trabalho, corre para um destino ainda mais sinistro, que lhe está sendo preparado pela desvairada tecnologia: morrer por falta de trabalho, por ter de viver na total ociosidade.

Creemos que a única coisa verdadeiramente ociosa seria acentuar o caráter ideológico dessas ingenuidades. Visam a amedrontar a classe trabalhadora, fazendo-a crer que, por pior que seja a situação atual, a marcha da ciência e da técnica só lhe acena com outra mil vezes mais amarga, na qual a fome será substituída pelo bocejo. Com isso, esperam mitigar a dolorosa impressão causada pelos sofrimentos do dia de hoje, insinuando a conveniência de aceitá-los com resignação, porque não existe senão a escolha entre uma situação semelhante à presente, de indesejável labor pesado, e a precipitação na era do que será então a insatisfação absoluta pela absoluta satisfação de todas as necessidades. Secundariamente, e para aqueles trabalhadores mais inconscientes, ou talvez impacientes, que, cansados da labuta e da exploração em vigor, preferirem experimentar a civilização do lazer, os ideólogos da dominação, como bons mágicos, mudam rapidamente o tom da arenga, trocam as tintas e apresentam o mesmo quadro do ócio farto, porém então com o significado do paraíso final, que a humanidade terá enfim comprado ao preço de milênios de lutas, tormentos e humilhações.

Vê-se, pois, que ambas as interpretações do tal ocioso conceito de “lazer” concorrem para desorientar a consciência do trabalhador ou do estudioso do processo histórico, embaraçando-lhes o caminho da compreensão racional da evolução da realidade com o exame de conceitos sem significação e problemas



sem fundamento. A “classe ociosa”, na presente versão, definida como sendo aquele grupo refestelado num estado social que o dispensa do trabalho real e dá-lhe os meios de sustentar um trem de vida suntuoso e se expandir imoderadamente no afrontoso consumo de bens desnecessários, destinados a servir de símbolos da opulência, esse grupo figura efetivamente no espectrograma das sociedades capitalistas, principalmente as dos países hegemônicos, mas de modo algum pode ser interpretado com o significado de “classe”. Por isso, sua ociosidade, luxo e inutilidade limitam-se ao âmbito estritamente pessoal ou grupal, explicáveis por motivos sociais objetivos, facilmente discerníveis, mas não poderiam jamais delimitar uma “classe”, no único sentido que na sociologia dialética autêntica o termo admite. Uma classe existe unicamente com fundamento no processo da produção social, em virtude do papel que nele desempenha. É função da propriedade dos instrumentos, máquinas e dinheiro, do modo pelo qual participa do esforço geral para obter os bens exigidos pela sociedade e que se revela capaz de fabricar, dado o estado da ciência e da tecnologia de cada época. Sem dúvida, para a sociologia cuja característica distintiva consiste em ser reflexo das formas de alienação do trabalho humano, sujeito ao preço do mercado, não pode ser esse o fundamento para a definição de classe social. A incompreensão do verdadeiro significado do conceito permite que o pensamento paire no espaço, desligado da realidade, engendre especulações abstratas e variadas teorias para interpretar o fato das divisões sociais.

Permanecendo, porém, na compreensão que julgamos a única científica, cremos lícito dizer que por definição não existe “classe” ociosa, porque se trata de uma noção contraditória. Uma classe desse tipo seria aquela que se desculpasse de tomar as providências e de empregar a tecnologia que justamente a constituem como tal, não estivesse ocupada em manter as condições materiais que, por hipótese, lhe permitem tornar-se ociosa. Ora, essa eventualidade é evidentemente inconcebível. Ao contrário, a “classe” inocentemente julgada ociosa ou farta de lazer procura afanosamente conquistar, às vezes a duras penas e não sem lutas contra antagonistas e concorrentes, os recursos que lhe assegurem os meios de parecer não precisar trabalhar. Na verdade, a obtenção da enganosa fisionomia do ócio ou da vadiagem resulta de ingente esforço para conseguir exibir o *status* de opulenta e despreocupada. Essa qualidade, de que faz praça, contrariamente ao sentido da palavra “ócio”, nada tem de comum com inoperância, indolência, negatividade, mas indica sempre uma atividade, um modo de ser positivo do grupo que o pratica, pelo quanto representa de acérrima disputa na captura, para fins de apropriação e desfrute privados, de recursos que deveriam pertencer a toda a sociedade. Tem valor negativo do ponto de

vista dos outros, dos espoliados, ou seja, da sociedade, mas do seu próprio ponto de vista é positivamente uma “classe”, ou grupo, que trabalha para si, a fim de parecer não precisar trabalhar. A forma de realizar a mistificação consiste em ocultar a empenhada e incessante luta travada sob as aparências do *dolce far niente*, que tem sempre por fundamento o trabalho concentrado de outros, das massas sobrecarregadas. O ócio de um pequeno grupo reflete a plena intensificação do esforço de outros, mediante as numerosas modalidades de apropriação do rendimento do trabalho alheio. Neste sentido, a minúscula mas poderosa elite de privilegiados ociosos pode ser bem compreendida se invertermos a divisa suprema do capitalismo clássico, a primeira, e de fato a única, lição que os ricos industriais, comerciantes, banqueiros e agiotas ensinam aos filhos, e em vez de “*time is money*” dissermos “*money is time*”. Com esta simplíssima conversão proposicional descobre-se a essência da ociosidade exibida pelos que passeiam sua inutilidade nos locais de luxo e se esgotam, queixando-se do cansaço causado por tão intensa atividade, na procura dos bens de consumo conspícuo e da satisfação de exigências, etiquetas e regras do viver folgado. Efetivamente, o tempo que sobra aos ricos e lhes faculta o lazer não suportado em estado puro, o absoluto não fazer nada, a ponto de precisarem inventar continuamente novos atos e formas de dissipação, não é outra coisa senão o dinheiro que lhes sobra. Fecha-se, assim, o círculo infernal da espoliação do trabalho de milhões de homens, ou seja, os poderosos precisam não perder tempo para ganhar dinheiro, a fim de utilizá-lo na compra da perda do tempo. O caráter ilógico dessa estrutura existencial patenteia-se à primeira vista sem prejuízo da odiosa significação humana. Torna-se compreensível por um lado a necessidade do disfarce de tão repugnante atuação e, por outro, a impossibilidade de seu indefinido prolongamento, unicamente permitido enquanto for débil a consciência social das massas.

Tudo quanto se compra como artigo de luxo, inessencial, para exclusivo efeito de marcar o destaque social do indivíduo, representa apropriação indébita do trabalho do povo, aplicado na produção da ociosidade de diminuto grupo de folgazões. Percebemos desde já, por este elementar raciocínio, a impossibilidade de haver algum dia uma “sociedade do lazer” engendrada pela suposta monstruosa evolução da tecnologia. Para que tal imaginária situação viesse a ocorrer, seria preciso: (a) ou que se admitisse dever perdurar eternamente a estrutura existente, permitindo ao dinheiro comprar para uma minoria de felizardos o tempo vago; (b) ou aceitar a hipótese de as máquinas automatizadas serem as produtoras do tempo ocioso, noção em si mesma contraditória, porque as máquinas pertencem a uma estrutura social, que a elas tem de

se devotar permanentemente, para concebê-las, projetá-las, fabricá-las, pô-las em funcionamento e repará-las, além de expandir o emprego delas por todas as coletividades humanas, e ainda substituí-las, porquanto a própria excepcional produtividade demonstrada torna-se causa de cada vez mais rápido obsolescimento. Tudo isso porém significa consumo de trabalho, de modo que a tendência do processo de acelerado desenvolvimento da tecnologia será fazer-se em direção a dois resultados simultâneos e conjugados, o incremento do trabalho, sem dúvida em formas progressivamente mais intelectuais, e a liberação do tempo ocupado na produção, justamente porque exige um trabalho intenso e especializado mas de menor duração. Além disso, faz-se mister levar em conta que o trabalho técnico a ser executado na “era do lazer” exigirá tão extenso e profundo preparo científico, que grande parte da existência do trabalhador de então, a bem dizer toda a vida, se consumirá numa aprendizagem difícil, penosa e ininterrupta, porém dignificante e condição de realização da felicidade pessoal. Dessa atividade ninguém estará excluído, sob pena não só das sanções sociais da época, mas de tornar irrealizável o quadro agora imaginário, que supõe a distribuição eqüitativa do lazer. Sendo o hipotético “tempo desocupado”, conforme estamos indicando, fruto da evolução das formas elevadas da cultura, para existir exige que o conhecimento seja impulsionado por todos os membros da comunidade. Por conseguinte, na visão beatífica do mundo sem trabalho deve ressaltar-se que tal condição só será materialmente exequível se no curso do processo civilizatório, identificado simultaneamente com o da hominização nas etapas mais altas, for mudando de conteúdo o conceito de trabalho, pelo espraiamento da automação e suas conseqüências, e igualmente o de lazer. O conceito de “lazer” do futuro será outro, por ora insuspeitado. O ócio dos príncipes feudais, ocupado por caçadas e torneios, era diferente do exibido pelos magnatas modernos e seus filhos, não apenas no conteúdo que o preenche, mas ainda nas condições sociais que o possibilitam. Vê-se, portanto, a futilidade de todas as conversas e temores atuais a respeito de uma remota “era do lazer”. Em todas essas especulações metafísicas e pueris deixa-se de levar em conta que nas visões fantasmagóricas de hoje em dia os ideólogos ou escritores de nível menor, que nelas se comprazem, estão se referindo a uma coisa impossível de por enquanto conhecer com certeza. Ora, parece-nos que essa espécie de divertimento, se alguma significação tem, está em constituir um excelente exemplo de passatempo ocioso.

Quando porém as condições da existência social forem de tal ordem que o dinheiro deixará de ter a atual significação e função, não poderá mais comprar o ócio. O legítimo tempo livre conquistado cada vez mais amplamente pelo ho-

mem, em parte pelo avanço da tecnologia, lhe será distribuído pela sociedade como bem normal, tocando a todos os componentes dela eqüitativamente, não passando então pela cabeça de ninguém julgar essa comodidade um privilégio. Muito ao contrário, não tendo origem espúria, conforme acontece atualmente, não equivalendo a uma sobretaxa de trabalho para outros, o lazer, que acompanha proporcionalmente a quantidade de trabalho, tornar-se-á um compromisso de cada indivíduo com a sociedade e se destinará, além do que vale para a reparação de energias físicas e mentais, ao desenvolvimento das faculdades de criação e extensão da cultura, com a liberdade e a generalização do saber e do prazer estético que agora os grilhões da labuta contínua e explorada negam à maioria da humanidade. Não se julgue que mesmo presentemente a chamada “classe ociosa” revela-se de todo improdutiva. Se assim fosse não existiria. Simplesmente define-se como uma classe da qual pode dizer-se que só “produz consumo”. Se a conjuntura histórica lhe permite exibir sem riscos a face espoliadora, apresenta-se despudoradamente no autêntico papel de classe esbanjadora, e nisso põe garbo, pois vê nessa atitude o máximo título de valor. Mas se as condições da luta social tornarem sombrios os horizontes, será evidentemente perigoso ostentar riqueza e ócio, e então fica obrigada a inventar expedientes para acobertar com a máscara de um falso trabalho produtivo sua verdadeira inutilidade.

Convém observar que o vocábulo “ocioso” tem dois significados: (a) inativo, malandro, desocupado; (b) supérfluo, desnecessário. Em graus diversos e formas variáveis segundo o caso examinado, e de acordo com as imposições da situação social, a “classe ociosa” manifesta predominantemente um ou outro dos dois atributos. Devemos porém ter sempre em vista não haver ociosidade real, porque nenhum grupo social, mesmo marginal e parasitário, pode constituir-se permanentemente sobre essa base. A ausência aparente de trabalho, que forma o primeiro aspecto, provém da acentuação do segundo, o consumo ostentatório, a compra incessante do fausto, a acumulação do desnecessário. Evidentemente, procedemos segundo o ponto de vista crítico, de quem examina de fora o grupo desocupado e rico. Não estamos repetindo o pensamento dos componentes dele. Os que a ele pertencem encontram permanentemente justificativas enaltecedoras de sua posição e façanhas, chegando mesmo a compor a ética que os santifica e marca-os desde já com os sinais da insondável eleição divina para compor a falange dos “justos”, os que, a título de dolorosa prova, antes de entrarem no céu, entram nos palácios. A riqueza acumulada representa por si mesma um mérito indiscutível e simultaneamente explica por que foram eles os que mereceram colher, ainda na amargurada vida terrena, os

frutos da bem-aventurança. Não nos esqueçamos que o conceito de “supérfluo” tem caráter relativo, dependendo em cada época da quantidade e da qualidade da produção social, assim como do regime de distribuição. Na economia feudal o *supérfluo* eram os excedentes da produção agrária, rapidamente perecíveis. Por isso, o proprietário não podia guardá-los em vultosa quantidade. Não será portanto de estranhar que, em tal conjuntura, as instituições religiosas fabricadoras da ideologia moral do tempo pregassem a distribuição do *supérfluo* aos pobres, declarando-a a forma mais elevada de virtude. A razão dessa diretriz moral torna-se evidente, porquanto o senhor, incapaz de consumir tudo aquilo de que se apropriava, ou teria de deixar apodrecer os bens alimentares ou os doaria “aos pobres”, num gesto de benevolência que acrescentava gratuitamente um *superávit* de valor moral ao seu tranqüilo estado de consciência sancionado pelos princípios divinos a que obedecia. Em tais condições históricas a doação do “*supérfluo*”, que na verdade não passava da devolução do produto inaproveitável pelo extorsionário ao verdadeiro produtor, tinha a vantagem de ainda constituir um seguro investimento em futuras beatitudes. Já na economia capitalista, onde o bem é representado pelo dinheiro, por definição não pode haver excesso, não tem sentido falar-se em “excesso de dinheiro”, porquanto todo incremento de capital tem um destino invariavelmente prefixado e ilimitado, o reinvestimento. Por conseguinte, torna-se perfeitamente compreensível que nessa nova fase histórica as mesmas instituições eclesiásticas, pela voz de seus máximos teólogos, tenham abandonado na prática, e mesmo em teoria, a pregação do “*distributivismo*”, doutrina social irrealizável num regime econômico onde o único valor, o capital, jamais pode ser *supérfluo* ou excessivo, e onde a distribuição, além de ser julgada universalmente um gesto insensato, não constituiria operação que se mostrasse fonte de renda.

Por este motivo as classes esbanjadoras não admitem ser *supérfluos* seus gastos suntuários. Por mais que afrontem a miséria das massas com a ostentação de riqueza, precisam primeiramente estar munidas do necessário salvo-conduto moral, a fim de se purificar de qualquer mácula. Secundariamente, não se declaram fúteis ou perniciosas, adjetivos repelidos com indignação, mas se consideram um grupo de beneficiários pelo feliz desfecho de arrojadas iniciativas econômicas e financeiras que tiveram a inteligência e a força de vontade de empreender. Alojados em tal baluarte moral, os ociosos invertem os papéis e, sem o menor pudor, julgam-se no direito de passar de réus a acusadores. Sabido é que na época da intensa acumulação inicial do capital, preludando a chamada Revolução Industrial, a poupança, a frugalidade, a ausência de luxo e de conforto no domicílio e na vida privada mostraram os sinais exterior-

res da austeridade, considerada então a virtude suprema do indivíduo e o sine-que-non da predestinação dos ricos à felicidade celeste. Tal foi a ética do puritanismo anglo-saxão, consagrando com a nota de valor a prática da acumulação primitiva do dinheiro destinada a coletar o capital a ser empregado na construção das instalações, das máquinas e na compra do trabalho assalariado para a implantação das primeiras grandes fábricas. O espantoso e desumano resultado da situação manifesta-se no campo da valorização moral. Os indivíduos impossibilitados de acumular, os que permanecem na condição de simples trabalhadores sem capital, os pobres enfim, além de castigados pelas condições de vida miseráveis, são apontados ao desprezo público. A pobreza, mais do que desgraça material, é pecado.

Quando os comentadores da cibernética e escritores futurólogos revelam temor diante da possibilidade de se constituir uma sociedade de “desocupados”, estão apenas gastando esforço mental no trato com um falso problema, uma das típicas lucubrações procriadas pelas conveniências ideológicas de sua facção. A desocupação real é a que existe agora, na época em que o desemprego se caracteriza no confronto com os contingentes operários ocupados. A insincera solicitude com os futuros “desocupados” esconde imoralmente, sob uma ineficaz manifestação de bondade a prazo longo, a real frialdade e a insensibilidade em face do verdadeiro desemprego, aquele que está ocorrendo em nossos dias na sociedade, cujos princípios, responsáveis por este estado de coisas, os misericordiosos futurologistas não desejam alterar. Além disso, os hipócritas escritores cibernéticos demonstram, com suas afirmações, a carência de visão filosófica. Se compreendessem o legítimo conteúdo da questão saberiam que, por definição, o homem não pode achar-se “desocupado”, porque tal estado coincidiria com a instantânea aniquilação da realidade dele, pois não pode jamais se ausentar do trabalho, modo existencial de sua constituição. A desocupação real é impossível, a não ser quando vista pelo aspecto negativo, reverso de uma exigência absoluta, na verdade enquanto transferência para uma forma de atividade não reconhecida como trabalho, por exemplo a procura do autêntico trabalho. Mesmo assim, representa um fenômeno transitente, originado pela estruturação da sociedade em determinada fase histórica. A desocupação jamais poderia conferir caráter distintivo ao ser humano. Para o homem, em sentido constitutivo, não trabalhar significaria não existir. Não se deve confundir a presente tese com a afirmação, por nós várias vezes expedida, de que os “ricos” não trabalham. Ninguém concluirá, portanto, que os “ricos” não existem. Em nosso pensamento, compreendemos apenas que o trabalho define um traço existencial do homem, não impedindo porém esse

caráter que, representando um aspecto particular do vigente sistema de relações de produção, alguns indivíduos, os “ricos”, encontrem meios de desobrigar-se da exigência socialmente útil da prestação do trabalho, transferindo-a exteriormente a outros, os assalariados, enquanto pessoalmente se ocupam no que julgam ser trabalhar, mas na verdade consiste na atividade de “lucrar”. Estabelecida a antinomia entre “trabalhar” e “lucrar” não significa isto que para o exercício de ambas as operações não se torne necessária a ação individual. Sobre a simples identidade inessencial de exigência de atividade, os “ricos” fundam a pretensão de ser considerados também trabalhadores, quando, em essência, são entes improdutivos, porque se limitam a recolher lucros, o produto do real trabalho alheio. São apenas “lucradores”. A introdução das duas categorias, ao mesmo tempo lógicas e existenciais, porém ambas objetivas, na teoria econômica tem a máxima importância para a compreensão dialética da sociologia. Para os indivíduos aqui por nós denominados “ricos”, a forma peculiar de trabalhar consiste em fazer outros trabalharem para eles. Mas a própria necessidade dessa desumana transferência está indicando que não podem realmente se desligar do trabalho; simplesmente, aproveitando os mecanismos sociais de relações vigentes, fazem a sua parte do trabalho social em outro indivíduo, de onde procede o lucro que recolhem. A transferência, atividade por definição denominada “lucrar”, não exime o capturador da força alheia da relação existencial com o trabalho; antes, nesse próprio ignominioso aspecto, exatamente a confirma.

A desocupação aparente não afeta o ser do homem, e a prova está em que o desempregado revela-se um ativo trabalhador, pois se acha permanentemente trabalhando na procura de trabalho, que só não chega a realizar materialmente se obstáculos sociais o impedirem de ter acesso a ele. Deste modo, a falta de trabalho não significa ausência de trabalho no homem, mas na sociedade. A desocupação existencial é impossível, porque seria a cessação da tarefa de “ser homem”, identificada com a de “ser trabalhador”. O homem não pode deixar de defrontar-se com a realidade e de resolver as contradições que sempre terá com relação a ela. Na “sociedade do lazer” o mesmo acontecerá, a menos que se postule desde já que naquela mística fase os homens venham a perder a essência de entes sociais pela qual até agora se caracterizaram. Na atualidade, deixando de lado os casos singulares de fundo patológico, a desocupação mostra-se um fato pessoal de origem social, contrariando a vontade do indivíduo, ou referente a ínfimos grupos transferidos do trabalho para a ociosidade relativa, à custa da sobrecarga no esforço dos que efetivamente estão labutando. Não afeta a essência do homem, por um lado, incluindo assim a mi-

ragem da “sociedade do lazer”, nem conduz à articulação de uma classe ociosa, por outro lado, pois esta, se viesse a existir, estaria por definição excluída da produção, noutras palavras não teria fundamento para se instituir em classe social.

A hipótese da sociedade inteira ficar licenciada do trabalho, porque este se teria tornado desnecessário, entregue aos robôs, não passa de uma fabulação, uma incongruência lógica e objetiva, indigna de ser objeto da reflexão de um pensador sério. O custo social da desocupação, se tal coisa fosse possível, tenderia ao infinito, dado que cada vez uma aparelhagem mais gigantesca e em contínua substituição, a intervalos sempre encurtados, teria de ser instalada para suprir as necessidades humanas, e sobretudo a da invenção de novos engenhos, que, devendo ser crescentemente mais complexos, exigiriam uma sucessão de graus de complicação nas máquinas fabricantes das novas máquinas, tendendo ao infinito. Além disso, o tempo útil de existência de cada tipo de engenho elaborado por outro seria incessantemente mais curto, formando outra série tendente a uma duração aproveitável infinitamente pequena. A desilusão final da humanidade que tivesse, de acordo com o romance futuroológico, entregue o destino à tecnologia exprimir-se-ia nesta desesperada conclusão: o robô não compensa. Contudo, as especulações aqui expostas não são gratuitas. A imaginação dos ficcionistas da ciência é movida pelos interesses materiais da estrutura vigente, conduzindo à confecção desses disparatados devaneios ideológicos. Os sociólogos do imperialismo são atormentados pelo espectro de um tal desnível de ocupação do tempo entre os que são obrigados a trabalhar sem cessar e os que gozam de férias permanentes, e tremem diante da hipótese engendrada por sua própria imaginação, de que os primeiros acabem se recusando a conservar o arcabouço de relações entre os homens, gerador da possibilidade de lazer para uma insignificante mas poderosa minoria.

As considerações acima expostas não devem levar a crer que não compreendamos o papel desempenhado na libertação das canseiras humanas, exercido pela tecnologia, tendente a crescer continuamente. Julgar que cairíamos em tal simplicidade seria não haver entendido o essencial de quanto dissemos ao longo deste ensaio. A técnica, enquanto atividade consciente, desde que se manifestou como exteriorização do processo de hominização, nunca teve outra função senão reforçar a eficácia da ação humana e diminuir o esforço físico e mental que custa. O tempo do trabalho socialmente exigido do indivíduo decresce continuamente à medida que prolifera a invenção e a aplicação de engenhos produtivos na fabricação dos bens sociais. O equívoco dos



teóricos fantasistas da futurologia consiste, segundo neles era de esperar, em não superarem a visão formal da realidade e por isso procederem a uma extrapolação matemática, aceita como válida, levando-os a se transportar em imaginação para a situação-limite, na qual o trabalho humano chegaria a zero. Pensando formalmente, claro está, não conseguem perceber a influência da lei dialética que indica o trânsito de uma qualidade a outra, pela variação da quantidade condicionante. Achando-nos diante de um processo de aumento da quantidade de mecanização da produção, a lógica dialética interdiz as extrapolações ilimitadas. Mostra, ao contrário, ser imperioso haver no curso do processo saltos qualitativos, que serão acontecimentos históricos de suprema importância. A dialética leva-nos a perceber desde já que no desenvolvimento da tecnologia aplicada à produção social o trabalho humano não tende para zero, mas para uma sucessão de momentos críticos, em cada um dos quais se operará uma transformação de qualidade. Nunca desaparecerá, porém mudará várias vezes de forma, em escala social total. A chamada “civilização do lazer” não será uma situação última definitiva, conceito logicamente destituído de sentido num processo histórico material, paradisíaco ou infernal, conforme o temperamento do futurólogo. Nem pode ser sequer pensada na condição de “estado”, porquanto, se, por hipótese, viesse a existir constituiria um processo em andamento, uma série de transformações, de saltos qualitativos, simples continuação do curso anterior da história, sujeita às mesmas leis. Em cada um desses saltos o homem se libertaria de algumas tarefas penosas, que passariam a ser feitas por maquinismos, e ganharia um acréscimo de tempo livre. Ora, uma tal conjuntura não poderia de modo algum – e aqui está o erro dos futurólogos – ser considerada lazer, no sentido anti-social de disponibilidade vazia para o nada fazer, mas representaria a condição desejada e crescentemente humanizadora de o homem ocupar-se cada vez melhor, por intermédio de máquinas tão prodigiosas quanto nos agrada imaginar, e realizar um trabalho indefinidamente mais perfeito, produtivo e benfazejo. O que apareceria sob a aparência de lazer seria na verdade a forma de trabalho superior à que era praticada precedentemente, porque feito então com menor fadiga e em menos tempo. O que há de irônico na atitude dos futurólogos, ao anunciarem para a posteridade a “civilização do lazer”, consiste em não perceberem que esta identifica-se com a própria civilização de nossos dias, quando comparada às anteriores, assim como cada uma das passadas o foi em relação a épocas mais remotas, nas quais o trabalho era ainda mais difícil, rude, absorvedor e menos rendoso. A humanidade nunca viveu fora da “civilização do lazer”, pois todo progresso redundava na conquista

ta de maiores facilidades de trabalho e mais tempo disponível para o livre emprego ao gosto do indivíduo. É precisamente nessa condição, constantemente variável, que se revela o processo de hominização, de superposição do homem às forças da natureza e domínio delas pela inteligência. Desde que o animal humano começou a acumular um cabedal, mínimo a princípio, de conhecimentos sobre a realidade, que lhe permitam operar com maior rendimento e facilidade a produção dos bens necessários, estava ingressando na “civilização do lazer”, porque ganhava os instrumentos que o libertavam da labuta e lhe ofereciam a possibilidade de conseguir maior tempo para a satisfação das necessidades subjetivas, tanto as de caráter lúdico ou prazeroso quanto as de ordem cognoscitiva, a principal das quais era o desenvolvimento da ciência, cujo resultado seriam amplas oportunidades de ampliar o tempo livre. Rigorosamente falando, o termo “civilização do lazer” não passa de um pleonasmo sem sentido, porque, por definição, somente há civilização quando os homens começam a dispor de tempo não obrigatoriamente empenhado no trabalho de ininterrupta conquista da subsistência. A civilização do lazer, em última análise, identifica-se à cultura, coetânea do processo de hominização. Enquanto o animal irracional vive imerso na incessante ocupação com a satisfação de suas necessidades, o traço característico da espécie que se destacou da animalidade bruta pela aquisição da razão reside na progressiva disponibilidade de tempo, que as formas e instrumentos fecundos de produção lhe oferecem, para inventar outros ainda mais eficazes. O trabalho reduz-se a um processo que visa a produzir tempo livre para aplicar na descoberta de procedimentos e máquinas destinados a obter meios e condições para efetuar trabalhos mais suaves, ao longo de um desenvolvimento que não tende para a extinção do trabalho, mas para a elevação dele a graus qualitativos, medidos pelos padrões de realização da essência humana, indefinidamente superiores, a saber cada vez mais humanizados.

A função da tecnologia coincide com a promoção da liberdade pelas perspectivas que abre ao homem para refletir sobre si, seus problemas e exigências. Se em razão das condições sociais vigentes a tecnologia pôde constituir-se em bem privado, tornando-se causa de discórdia e instrumento de competição fratricida entre os homens, entre as nações, essa situação expõe unicamente uma etapa no processo histórico de libertação da humanidade. Não deve ser considerada de modo algum absoluta, nem permanente de direito. Por força da própria potência expansiva, a técnica, chegada a um grau tal de eficiência que anule qualquer possibilidade de vir a tornar-se fator letal, será utilizada pela consciência crítica da humanidade como o mais poderoso determinante para a

instauração da paz e da compreensão entre os seres racionais, mediante a extensão, a todos, de idênticas possibilidades de acesso aos bens verdadeiramente humanos. A previsão dessa transmutação de qualidade não deve ser julgada um “fim de sermão” destinado a confortar os paroquianos. Sintetiza a conclusão lógica da reflexão crítica sobre um processo objetivo, o qual, depois de haver passado por longos séculos de desenvolvimento de contradições solucionadas pela violência, chegou ao ponto no qual se verifica tamanha expansão do poder mortífero e anti-humano dos meios ao dispor dos homens até para o aniquilamento da espécie, que está próximo o limiar do salto dialético que converterá a situação na oposta. Isto se dará quando for impossível que um pequeno número de indivíduos se apodere da tecnologia, dela fazendo uma força social privada a serviço de interesses pessoais. O processo da invenção tecnológica, em particular o desenvolvimento da cibernética e da automação, aproxima-se da posição em que somente pode continuar a expandir-se tornando-se propriedade da humanidade inteira, deixando de ser atributo de centros econômicos e políticos hegemônicos. Os pensadores e cientistas mais lúcidos e generosos vêm chegar desde já esse momento, por efeito do aumento da consciência crítica dos povos, refletindo as contradições sociais progressivamente agudas que os agitam. Originar-se-á então um sistema universal de relações materiais e culturais, excluindo toda possibilidade de exploração e humilhação dos menos desenvolvidos pelos mais poderosos. Será realizado assim objetivamente, mas com não menor e grandioso valor moral, aquilo que os visionários do passado anunciavam sob a mística designação de comunhão da humanidade. Essa conquista terá de ser obra das massas trabalhadoras, inspiradas não por ideais transcendentais, ilusórios ou de simples transformações jurídicas nas estruturas de organização social, soluções contrárias aos legítimos interesses da humanidade, mas pela compreensão doutrinária clara das leis que regem o curso da história, prevêem a inevitável realização de modos justos de convivência e indicam os métodos de convertê-los em realidade. Se esta for a filosofia decorrente da nova forma de admiração, inspirada agora a eles pelas próprias admiráveis produções, os homens terão integrado praticamente a tecnologia no seu benefazejo e verdadeiro conceito de produto da racionalidade humana.



Los documentos que integran la Biblioteca PLACTED fueron reunidos por la [Cátedra Libre Ciencia, Política y Sociedad \(CPS\). Contribuciones a un Pensamiento Latinoamericano](#), que depende de la Universidad Nacional de La Plata. Algunos ya se encontraban disponibles en la web y otros fueron adquiridos y digitalizados especialmente para ser incluidos aquí.

Mediante esta iniciativa ofrecemos al público de forma abierta y gratuita obras representativas de autores/as del **Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología, Desarrollo y Dependencia (PLACTED)** con la intención de que sean utilizadas tanto en la investigación histórica, como en el análisis teórico-metodológico y en los debates sobre políticas científicas y tecnológicas. Creemos fundamental la recuperación no solo de la dimensión conceptual de estos/as autores/as, sino también su posicionamiento ético-político y su compromiso con proyectos que hicieran posible utilizar las capacidades CyT en la resolución de las necesidades y problemas de nuestros países.

**PLACTED** abarca la obra de autores/as que abordaron las relaciones entre ciencia, tecnología, desarrollo y dependencia en América Latina entre las décadas de 1960 y 1980. La Biblioteca PLACTED por lo tanto busca particularmente poner a disposición la bibliografía de este período fundacional para los estudios sobre CyT en nuestra región, y también recoge la obra posterior de algunos de los exponentes más destacados del PLACTED, así como investigaciones contemporáneas sobre esta corriente de ideas, sobre alguno/a de sus integrantes o que utilizan explícitamente instrumentos analíticos elaborados por estos.

## Derechos y permisos

En la Cátedra CPS creemos fervientemente en la necesidad de liberar la comunicación científica de las barreras que se le han impuesto en las últimas décadas producto del avance de diferentes formas de privatización del conocimiento.

Frente a la imposibilidad de consultar personalmente a cada uno/a de los/as autores/as, sus herederos/as o los/as editores/as de las obras aquí compartidas, pero con el convencimiento de que esta iniciativa abierta y sin fines de lucro sería del agrado de los/as pensadores/as del PLACTED, ***requerimos hacer un uso justo y respetuoso de las obras, reconociendo y citando adecuadamente los textos cada vez que se utilicen, así como no realizar obras derivadas a partir de ellos y evitar su comercialización.***

A fin de ampliar su alcance y difusión, la Biblioteca PLACTED se suma en 2021 al repositorio ESOCITE, con quien compartimos el objetivo de "recopilar y garantizar el acceso abierto a la producción académica iberoamericana en el campo de los estudios sociales de la ciencia y la tecnología".

Ante cualquier consulta en relación con los textos aportados, por favor contactar a la cátedra CPS por mail: [catedra.cienciaypolitica@presi.unlp.edu.ar](mailto:catedra.cienciaypolitica@presi.unlp.edu.ar)